



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

MÁRCIA SOFIA MARQUES POUPINHA

Educar para o Bem Comum, no contexto da *Laudato Si'*, a partir da UL4 do 8.º ano, «Ecologia e Valores»

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:**

Professora Doutora Cristina Sá Carvalho

Professor Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes

**Lisboa
2023**

Índice

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | 5 |
| ABSTRACT | 6 |
| SIGLAS E ABREVIATURAS | 7 |
| | |
| INTRODUÇÃO | 8 |
| | |
| CAPÍTULO I – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA | 12 |
| 1.1 - Enquadramento da PES | 12 |
| 1.1.1 - Caraterização da escola | 14 |
| 1.1.2 - Contexto social | 17 |
| 1.1.3 - Caracterização da turma | 21 |
| 1.2 - Enquadramento da unidade letiva de referência | 24 |
| 1.2.1 - Análise da Unidade Letiva 4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano | 24 |
| 1.2.2 - Metas, objetivos e conteúdos da unidade letiva de referência | 28 |
| 1.2.3 - Aprendizagens Essenciais | 31 |
| 1.3 - Reflexão da experiência docente em contexto escolar e em contexto de sala de aula..... | 33 |
| | |
| CAPÍTULO II – EDUCAR PARA O BEM COMUM, NO CONTEXTO DA LAUDATO SI’ | 37 |
| 2.1 - A ideia de «bem comum» | 37 |
| 2.1.1 - O bem comum: da ideia a princípio da Doutrina Social da Igreja | 38 |
| 2.1.2 - A dignidade da pessoa humana e o bem comum | 40 |
| 2.1.3 - O bem comum na Doutrina Social da Igreja | 43 |
| 2.2 - A Encíclica <i>Laudato Si’</i> , do Papa Francisco | 55 |
| 2.2.1 - Raiz humana da crise ecológica | 58 |
| 2.2.2 - Ecologia integral e o seu alcance | 61 |
| 2.2.3 - O social e o ambiental aspetos indissociáveis | 64 |
| 2.2.4 - O bem comum na perspetiva da ecologia integral | 68 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO III – PLANIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO DOMÍNIO DA ECOLOGIA | 72 |
| 3.1 - A pertinência da <i>Laudato Si'</i> na escola | 73 |
| 3.2 - Planificação da unidade letiva e respetivos relatórios de aula | 75 |
| 3.2.1 - «Tudo está interligado. (<i>LS 117</i>)» | 78 |
| 3.2.2 - «Das mãos de Deus recebemos um jardim; aos nossos filhos não podemos deixar um deserto.» (Papa Francisco) | 81 |
| 3.2.3 - «Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos.» (<i>LS 53</i>) | 84 |
| 3.2.4 - « <i>Laudato Si'</i> , mi' Signore – Louvado sejas, meu Senhor.» | 87 |
| 3.2.5 - «Creio que a Natureza une as culturas do mundo.» (Wangari Maathai).. | 90 |
| 3.3 - Atividade de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa «Cuidar da Casa Comum» | 93 |
| 3.3.1 - «A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.» (<i>LS 13</i>) | 94 |
| 3.4 - A avaliação e os progressos dos alunos | 98 |
| 3.5 - Reflexão sobre a lecionação da Unidade Letiva 4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano | 101 |
| | |
| CONCLUSÃO | 106 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA | 112 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Fig. 1 - Evidência 1, da tabela 1 - Caderno Ecológico | 80 |
| Fig. 2 - Evidência 2, da tabela 2 - Colares elaborados pelos alunos | 83 |
| Fig. 3 - Evidência 3, da tabela 2 - Colares elaborados pelos alunos | 83 |
| Fig. 4 - Evidência 1, da tabela 2 - Aluno com o seu colar..... | 83 |
| Fig. 5 - Evidência 1, da tabela 3 - Quadro elaborado pelos grupos «Cuidar da Casa Comum» | 86 |
| Fig. 6 - Evidência 1, da tabela 6 - Preparação do terreno para plantar a árvore..... | 97 |
| Fig. 7 - Evidência 3, da tabela 6 - Plantação da árvore | 97 |
| Fig. 8 - Evidência 2, da tabela 6 - Aluno a regar a árvore..... | 97 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tab. 1 - Metas e Objetivos da UL4 - Ecologia e Valores..... | 30 |
| Tab. 2 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 26 (Aula 1 de 6) .. | 78 |
| Tab. 3 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 27 (Aula 2 de 6) .. | 81 |
| Tab. 4 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 28 (Aula 3 de 6) .. | 84 |
| Tab. 5 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 29 (Aula 4 de 6) .. | 87 |
| Tab. 6 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 30 (Aula 5 de 6) .. | 90 |
| Tab. 7 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 31 (Aula 6 de 6) .. | 94 |

Resumo

O presente relatório final, conclui a Prática de Ensino Supervisionada (PES) realizada na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha, do Agrupamento de Escolas da Damaia, no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas. Coloca em destaque a lecionação da Unidade Letiva 4 - Ecologia e Valores, do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) do 8.º ano de escolaridade, enquanto contributo para a promoção do bem comum, no contexto da encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco.

A questão ecológica é, na conjuntura atual, uma preocupação urgente e inadiável para a humanidade. Porém, não pode restringir-se apenas à questão ambiental pois não é mais possível tratar das questões ambientais sem se considerar as dimensões humana e social da ecologia integral porque, infelizmente, o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto. A intenção de explorar a presente unidade letiva, e ter a mesma como unidade de referência, não parte apenas do facto de este ser um tema atual e urgente; é preciso reforçar que a questão ambiental não pode ser meramente teórica. A reflexão, a discussão, a mobilização social, a implementação de ações e a sua concretização, são alguns recursos e estratégias no rumo de processos sustentáveis.

Entre várias conclusões, este trabalho confirma a pertinência desta unidade letiva lecionada à luz da *Laudato Si'* e no sentido do bem comum, pois promove o envolvimento dos alunos e o seu sentido de pertença, mostrando que todos somos importantes na promoção e construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais sustentável. No caso concreto da ecologia, todos os alunos são importantes, independentemente do contexto social onde se inserem, pois cada um, à sua maneira, pode dar um excelente contributo na promoção da ecologia integral - nenhum aluno deve estar à margem do bem comum.

Palavras-chave: ecologia; bem comum; *Laudato Si'*; ecologia integral; educação; prática de ensino supervisionada; EMRC.

Abstract

This final report, concludes the supervised teaching practice carried out in the school Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha, of Agrupamento de Escolas da Damaia, during the Master of Religious Sciences. Highlights the teaching of Unit 4, «Ecology and Values», of the Catholic Moral and Religious Education Program of the 8th grade, as a contribution to the promotion of the common good, in the context of the encyclical *Laudato Si'* by Pope Francisco.

The ecological issue is, in the current context, an urgent and unavoidable concern for humanity. However, it cannot be restricted to the environmental issue, as it is no longer possible to deal with environmental issues without considering the human and social dimensions of integral ecology, because, unfortunately, the human environment and the natural environment degrade together. The intention to explore the present teaching unit, and to have it as a reference unit, is not just based on the fact this is a current and urgent topic; it is necessary to emphasize that the environmental issue cannot be merely theoretical.

Among several conclusions, this final report confirms the pertinence of this teaching unit taught in the context of *Laudato Si'* and in the sense of the common good, as it promotes the involvement of students and their sense of belonging, showing that we are all important in the promotion and construction of a fairer, more solidary and more sustainable society. In the specific case of ecology, all students are important, regardless of the social context in which they are inserted, as each one, in their own way, can make an excellent contribution to promoting integral ecology - no student should be on the sidelines of the common good.

Keywords: ecology; common good; *Laudato Si'*; integral ecology; education; supervised teaching practice; EMRC.

Siglas e Abreviaturas

ASE - Ação Social Escolar

CA - Carta Encíclica *Centesimus Annus*

ChV – Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christus Vivit*

CV - Carta Encíclica *Caritas in Veritate*

EMRC - Educação Moral e Religiosa Católica

EPIS - Associação Empresários pela Inclusão Social

GE - Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Educação Cristã *Gravissimum Educationis*

GS - Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

INE - Instituto Nacional de Estatística

LS – Carta Encíclica *Laudato Si'*

MM - Carta Encíclica *Mater et Magistra*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PES - Prática de Ensino Supervisionada

PP - Carta Encíclica *Populorum Progressio*

PT - Carta Encíclica *Pacem in Terris*

RH - Carta Encíclica *Redemptor Hominis*

RN - Carta Encíclica *Rerum Novarum*

SPO - Serviço de Psicologia e Orientação

SRS - Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

UL – Unidade Letiva

UL4 – Unidade Letiva 4 «Ecologia e Valores»

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Introdução

O presente trabalho surge no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada (PES), referente ao Mestrado em Ciências Religiosas - Ensino de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). Cada mestrando desenvolveu atividades de iniciação à prática da docência, no contexto das atividades de uma turma, numa determinada escola, com o apoio e orientação de um docente cooperante. Foi selecionada uma unidade letiva (UL) de referência que foi alvo de análise, argumentação e avaliação: UL4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano de escolaridade. Assim sendo, pretende-se uma reflexão, de um modo fundamentado, sobre o percurso de aprendizagens da PES, assim como, de termos importantes ao que à temática da unidade letiva de referência diz respeito. No âmbito da unidade letiva 4, 8.º ano: Ecologia e Valores, pretende-se estudar o conceito de ecologia integral, apresentado na encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, com foco nas dimensões humana, social e cultural, tal como, no princípio do bem comum. O desejado é partir do estudo do conceito de ecologia integral e do bem comum para depois se discutir como tornar as várias dimensões e o princípio do bem comum acessível e significativo para alunos provenientes de contextos sociais e económicos desfavorecidos.

A relevância da temática mostra-se pertinente na medida em que atualmente se atravessa uma crise ecológica global, que se alastra por todas as áreas de atuação humana e em cada uma delas é necessária uma reflexão que inclua a integralidade do ser humano e da sua relação com o meio ambiente. Segundo a encíclica, é imperativo pensar a ecologia numa perspetiva que considera o mundo como uma «casa comum», nunca esquecendo que tudo está interligado. Na ecologia integral não é descurado o cuidado, sendo os valores que se lhe associam a solidariedade, a responsabilidade e a compaixão, assim como, a orientação para o bem comum. Na perspetiva da reflexão do Papa Francisco, não é mais possível tratar das questões ambientais sem se considerar as dimensões humana e social da ecologia integral. As encíclicas são documentos de referência e de reconhecimento mundial, não só pelos católicos como pela restante sociedade, sobretudo no que se refere aos valores éticos e morais. A *Laudato Si'* não é exceção, abordando de forma muito inteligente todos os debates do campo ambiental, reforçando que, independentemente das suas dimensões teológicas, filosóficas e doutrinárias, o tema diz respeito a todos, crentes e não crentes.

Com base nestes pressupostos, este trabalho tem particularmente dois objetivos essenciais: 1 - Reconhecer que se atravessa uma verdadeira crise ecológica, já prolongada, pautada pela destruição do ambiente e pela destituição da dignidade de cada ser humano e de todas as criaturas, procurando compreender se abordar o tema da ecologia do ponto de vista antropológico e direcionado para o bem comum pode ser mais motivador e inclusivo para

alunos de contextos socioeconômicos mais desfavorecidos, muitas vezes eles as próprias vítimas indiretas do «excesso antropocêntrico»; 2 - Criar um recurso didático-pedagógico de forma a ajudar os alunos a compreenderem que do cuidado com o meio ambiente, depende a nossa existência e de toda a criação, desenvolvendo práticas educativas que levem os alunos a sentirem-se parte integrante do Planeta e a compreenderem o peso da sua responsabilidade perante o mesmo, bem como, agirem em consequência, é grande.

No seu formato, no sentido de responder às questões apresentadas, o presente relatório final está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será feita a contextualização da PES, onde se insere a caracterização da escola, uma breve análise do contexto social onde a mesma se encontra, a caracterização da turma, e ainda o enquadramento da unidade letiva de referência, com espaço para a reflexão da experiência docente em contexto escolar e em contexto de sala de aula. Reveste-se de importância o primeiro ponto, para uma maior capacitação de planificação e operacionalização das estratégias a aplicar em de sala de aula.

O segundo capítulo é de cariz histórico e teológico e toma-se como base teórica o conceito de bem comum. Recorrendo à metodologia de análise documental, através da revisão de literatura de livros, de artigos, de documentos do Magistério da Igreja e de outros consultados na internet, procurar-se-á compreender a origem do conceito, a sua relação com a dignidade humana, assim como, qual a evolução do conceito no seio da Igreja e os pronunciamentos considerados mais importantes, passando pelo contributo de diversos papas, como João XXIII, Paulo VI e Bento XVI. Neste mesmo capítulo é realizada uma reflexão sobre a mensagem e o desígnio da encíclica *Laudato Si'*. É explanada a relação da ecologia integral com o bem comum, na medida em que a ecologia integral se constitui como o conceito-chave da proposta apresentada, especialmente as suas dimensões social e ambiental. A *Laudato Si'*, marco necessário neste momento da humanidade, realiza o propósito de «nos ajudar a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente: cuidar da casa comum, o planeta Terra.» (LS 15). Há espaço para evidenciar o pensamento do Sumo Pontífice no que toca à procura de soluções para a crise ecológica, designadamente, na procura de derrubar muros e estabelecer laços com o outro, ir às periferias, ou seja, ir ao encontro dos marginalizados, dos esquecidos e dos excluídos.

Chegando ao terceiro capítulo, será apresentada a proposta pedagógica da UL4 - Ecologia e Valores, onde será evidenciada a importância e a pertinência da unidade, através da concretização da planificação da mesma na turma da PES. Serão expostas as planificações e relatórios das aulas da UL4, os quais transparecerão o decorrer do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido. Importa referir que a planificação teve em consideração a caracterização da turma e da escola, que apresenta uma identidade e cultura própria. A

educação, sem sombra de dúvidas, tem um papel fundamental na mudança de consciências e na sensibilização para factos mais desrespeitadores do bem comum e conseqüentemente mais injustos. Procura-se confirmar que o caminho para pôr fim a disparidades e injustiças que dividem uns e outros tem de ser o do bem comum, até porque interessa à vida de todos e de cada um.

Por fim, e em resposta às questões que desencadearam a indagação pedagógico-teológica, registar-se-ão as conclusões de todo o percurso. A par disso, será feito um balanço crítico do desempenho do trabalho desenvolvido e das aprendizagens adquiridas, no âmbito da PES.

À medida que as práticas e valores sociais se tornam incertos, vamos também testemunhando incertezas nas formas de condução da educação. A educação é, assim, desafiada constantemente a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, estando sempre a ser construída e reconstruída, como produção histórica. A escola é parte fulcral do percurso pessoal e social e os seus intervenientes desempenham um papel importante. Segundo Cunha, ser professor, no contexto atual, impõe diretrizes para um permanente questionamento dos saberes teórico-práticos, face às grandes transformações da sociedade em geral. Vivemos numa época de verdadeira vertigem de informação, suportada pelos audiovisuais e pelas técnicas mais sofisticadas. A educação, a escola, o ensino e a formação de professores pressupõem um questionamento constante. A formação de professores, nos seus modelos, práticas, conceções no âmbito de formação inicial, profissionalização em serviço, continua e especializada, deverá possuir sempre uma dimensão interrogativa: «O que fazer para transformar e atualizar?».¹ Os professores eficazes dominam um conjunto de conhecimentos que orientam o seu trabalho, tanto dentro como fora da sala de aula, permitindo-lhes lidar com determinadas matérias de uma forma mais esclarecida e eficaz.²

No que toca à disciplina de EMRC, a Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, no documento «Critérios para a admissão de candidatos à lecionação da Educação Moral e Religiosa Católica», refere que para a docência da mesma o professor deve ter três características indispensáveis: Perfil Humano (comportamento sensato, uma personalidade equilibrada e maturidade adequada à missão a desempenhar, simpatia, delicadeza, capacidade de comunicar e de criar empatia e atitude construtiva); Perfil Cristão (uma clara opção cristã de vida, um estado de vida consentâneo com as normas da Igreja, a vivência da fé através da prática dos valores evangélicos, a inserção e o compromisso comunitários) e Perfil Docente (habilitações, competência pedagógica, formação permanente e

¹ Cf. António Camilo Cunha, *Ser professor – Bases de uma sistematização teórica* (Braga: Casa do Professor), 90;

² Cf. Richard I. Arends. *Aprender a Ensinar* (Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal), 10.

sentido de responsabilidade e compromisso na escola).³ É com estes pressupostos que se afirma a legitimidade da disciplina, que deve ser orientada para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, sem prejuízo da dimensão religiosa.

Considerando que a escola é um local de aprendizagem que procura ajudar os alunos a compreender a matriz possível e conhecida do nosso mundo (que inclui aquilo que nos transcende), a lecionação da EMRC presta um importante contributo à construção pessoal do aluno e à missão educativa da escola. É na edição de 2014 do Programa de EMRC que se encontram as finalidades da disciplina, uma vez que o mesmo indica que:

«São Finalidades da Disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica: - Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular; - Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos; - Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé; - Adquirir uma visão cristã da vida; - Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso; - Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social; - Aprender o fundamento religioso da moral cristã; - Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã; - Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé; - Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade; - Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.»⁴

A EMRC desenrola-se no sentido de dar respostas às exigências duma educação integral, que inclui a dimensão religiosa, uma dimensão inegável do ser humano.

³ Cf. Comissão Episcopal da Educação da Educação Cristã e Doutrina da Fé, «Critérios para a admissão de candidatos à lecionação da Educação Moral e Religiosa Católica», 2014, https://www.educris.com/v3/download.php?f=criterios--perfil-dos-professores-de-emrc_140506102036.pdf&n=Requisitos+para+a+admiss%C3%A3o+de+candidatos+%C3%A0+EMRC;

⁴ Secretariado Nacional da Educação Cristã (Coord.), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Torres Novas: Gráfica Almondina, 2014), 5.

Capítulo I

A Prática de Ensino Supervisionada

No presente capítulo será abordada a Prática de Ensino Supervisionada (PES), referente ao Mestrado em Ciências Religiosas, que confere habilitação profissional para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Durante um ano letivo foram desenvolvidas atividades de iniciação à prática da docência, no contexto de uma turma, numa escola, com o apoio e orientação de um docente cooperante. O principal objetivo foi promover o desenvolvimento de competências, tal como, a reflexão crítica sobre o desempenho e os desafios que surgem no decorrer da prática pedagógica e do processo ensino-aprendizagem.

Num primeiro momento será explorado o contexto da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D’Orey da Cunha, do Agrupamento de Escolas da Damaia, seguindo-se a caracterização da turma no âmbito da PES, onde serão referidos aspetos fundamentais para o exercício da prática letiva. Por fim, será feito um enquadramento da unidade letiva de referência, neste caso concreto a UL4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano.

1.1 – Enquadramento da PES

A escola é um lugar eclético, onde encontramos alunos de várias classes sociais e culturas, que inevitavelmente têm desenvolvimentos cognitivos e sociais, acompanhamento familiar e objetivos de futuro completamente distintos. A transmissão de competências e saberes “anda de mão dada” com estes fatores pois a educação escolar deve pautar-se pelo reforço das oportunidades que dá a todas e a cada uma das pessoas para serem os sujeitos da sua existência.

Sabemos atualmente que todo o conhecimento humano é integrado, é um todo e que não faz sentido mantê-lo desconexo e descontextualizado.⁵ Por outro lado, a aprendizagem contextualiza-nos no real: só podemos fazer perguntas sobre aquilo que vemos ou vislumbramos.⁶ Assim sendo, a primeira preocupação do professor deverá ser conhecer a realidade da escola onde vai lecionar, compreendendo o contexto social e cultural que vai encontrar. Quando se conhece o espaço educativo e o contexto dos seus intervenientes é possível redimensionar as estratégias e as práticas educativas.

A escola como local de socialização que realmente é, tem as suas portas abertas a todos, independentemente da sua origem, nacionalidade, religião, etnia e classe social, colocando os

⁵ Cf. Ruben de Freitas Cabral, *O novo voo de Ícaro – Discursos sobre a Educação* (Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus, 1999), 31;

⁶ Cf. Cabral, *O novo voo de Ícaro*, 31.

docentes perante uma grande heterogeneidade social e cultural. Assim, para a construção de uma escola de todos e para todos, é necessário ajudar na inclusão educativa e social dos alunos que “fogem” do padrão esperado. Segundo Seabra, ao longo dos anos, têm existido diversas tentativas de proporcionar maior igualdade de oportunidades nas condições de acesso à escola e permanência, mas os processos de segregação escolar não têm deixado de se fazer sentir, assumindo, neste momento de ampla escolarização de todos, diversas formas no interior do próprio sistema de ensino.⁷

A escola deve responder, no contexto do seu tempo, ao desenvolvimento dos alunos, que possuem características próprias, promovendo também a igualdade de oportunidades através da implementação de medidas que contribuem para equilibrar desigualdades económicas, sociais e culturais. Contudo, embora tenha existido uma democratização do sistema educativo no que concerne ao seu acesso nos diferentes níveis de ensino por parte dos mais desfavorecidos, foram produzidas novas diferenciações internas, criando-se modalidades de distinção e hierarquização dos públicos escolares.⁸ Essas diferenciações passam essencialmente pelas dificuldades acrescidas sentidas pelos alunos provenientes das classes sociais mais desfavorecidas e o seu conseqüente insucesso escolar quando existe uma rutura cultural no acesso à escola, penalizando os estudantes que são portadores de uma cultura familiar que é dissemelhante da cultura escolar.⁹ Não chega garantir que todas as crianças possam ir à escola, é necessário também proporcionar-lhes meios, da mesma forma que se devem derrubar barreiras e entraves existentes, dotando os alunos com competências e qualificações diferenciadoras e significativas.

A escola é parte fulcral do percurso pessoal e social e quer-se o mais harmonioso possível, para que possa ser construído à semelhança das expectativas e realidades individuais dos alunos. Se o mundo onde desejaríamos viver é um mundo livre de injustiças e onde a liberdade se conquista dia-a-dia em comunhão com todos, então é imprescindível que a escola se assemelhe tanto quanto possa a esse mundo.¹⁰

⁷ Cf. Teresa Seabra, «Desigualdades escolares e desigualdades sociais», *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 59 (2009): 79, <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>;

⁸ Cf. Seabra, «Desigualdades escolares e desigualdades sociais», 88;

⁹ Cf. Seabra, «Desigualdades escolares e desigualdades sociais», 90;

¹⁰ Cf. Cabral, *O novo voo de Ícaro*, 57.

1.1.1 - Caraterização da escola

A Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha foi o estabelecimento de ensino onde decorreu a PES. Saliente-se que a direção do Agrupamento, ao qual pertence a escola, acarinha a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, onde a mesma se mostra ativa e dinâmica, sendo reconhecida como área de crescimento humano e cognitivo, de relação e de vida. No ano letivo a que se reporta o presente trabalho, o grupo disciplinar dinamizou diversas atividades, como por exemplo, o Magusto, a visita de estudo ao Cristo Rei, a visita de estudo aos Templos, a exposição de Presépios e postais de Natal, a comemoração do Dia da Não Violência e da Paz ou a campanha solidária de recolha de brinquedos. No âmbito da PES, também foram bem aceites (e elogiadas) as diversas atividades realizadas no recinto escolar pelo grupo de estágio. A par disso, a percentagem de alunos inscritos na disciplina de EMRC no ano letivo 2021/2022 era de 82,01%.

A Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha é uma escola pública, sede do Agrupamento de Escolas da Damaia, e localiza-se na Rua Bernardino Machado, concelho da Amadora, abrangendo as anteriores freguesias da Damaia e da Buraca, que atualmente constituem a freguesia das Águas Livres. O Agrupamento de Escolas da Damaia é constituído pela Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha, escola sede, pela Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância Águas Livres, pela Escola Básica do 1.º Ciclo Padre Himalaia e pelos Jardins de Infância da Damaia e da Cova da Moura, abrangendo na sua totalidade 1377 alunos, distribuídos por 62 grupos/turmas, sendo 8 grupos de educação pré-escolar e 54 turmas de ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos).

A edificação da escola é constituída por vários pavilhões que apresentam já alguma degradação. Conforme indicado no Projeto Educativo do Agrupamento, as instalações carecem genericamente de um progressivo plano de melhoria do seu estado de conservação e de um restauro geral dos pavilhões.¹¹ Não obstante, no ano 2021 as janelas foram substituídas levando a uma melhoria na climatização das salas de aula, que eram muito frias no inverno e demasiado quentes no final da primavera, início do verão. No interior dos pavilhões também é notória a passagem dos anos, contudo, as salas de aula estão equipadas com o equipamento necessário para a lecionação, bem como, equipamento e ferramentas tecnológicas: computador, vídeo projetor e internet.

Na escola estudam alunos de diversas nacionalidades. Embora a maioria da população escolar seja de origem portuguesa, muitos alunos são imigrantes, na sua maioria, oriundos dos

¹¹ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 5, acessado a 05 de novembro de 2021, <https://www.aedamaia.pt/index.php/agrupamento/documentos/projeto-educativo>.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), aos quais se têm juntado cidadãos brasileiros e dos países da Europa de Leste.¹² Num universo de 1377 alunos, 528 usufruem de escalão A, 249 de escalão B e 23 de escalão C.¹³ Estes dados vão ao encontro do contexto social em que o Agrupamento se insere, na medida em que estes escalões se enquadram na Ação Social Escolar (ASE). A Ação Social Escolar é uma medida que tem como objetivo compartilhar as despesas escolares de alunos cujas famílias apresentam poucos recursos socioeconómicos, que se traduz pelo respetivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio (A, B ou C). Segundo o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, na sua redação atual, os escalões da ASE são calculados com base nos escalões do abono de família e os apoios destinam-se a alimentação, aquisição de material escolar, suportar custos de visitas de estudo e de transporte para a escola. Aos diferentes escalões de apoio correspondem o acesso a diferentes benefícios, diferentes níveis de benefício ou ainda diferentes graus de participação pelos benefícios recebidos, quando seja caso disso.

O Agrupamento integra o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que tem como objetivo corporizar o cumprimento da escolaridade obrigatória num modelo integrado de funcionamento vertical e horizontal.¹⁴ Segundo a Direção-Geral da Educação, o Programa TEIP é uma iniciativa governamental, implementada em escolas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam.¹⁵ A escola deve ter um projeto humanístico e de sociedade, mas tem de estar enraizado no presente e na realidade que rodeia os alunos, realidade essa, nas circunstâncias das sociedades complexas, que não se circunscreve ao local imediato.¹⁶ A necessidade da escolarização ser universal é algo francamente aceite, contudo, é preciso efetivar as suas promessas para todos, sendo esta uma batalha que ainda não está ganha. Para ganhá-la é necessário combater atitudes e conceções que justificam as desigualdades de tratamento dado a diferentes seres humanos ou as diferentes expectativas sobre o que cada um pode dar de si. A sociedade democrática não pode perder as qualidades de ninguém e a escolarização não pode tornar-se uma causa de desigualdade.¹⁷

¹² Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 5;

¹³ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 6;

¹⁴ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 5;

¹⁵ Cf. Direção-Geral da Educação, «Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária», acessido a 05 de novembro de 2021, <http://www.dge.mec.pt/teip>;

¹⁶ Cf. José Gimeno Sacristán, *A Educação Obrigatória* (Porto: Porto Editora, 2002), 24;

¹⁷ Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 55.

Nesta Agrupamento, trabalham 131 professores, que têm como suporte na sua ação educativa 45 assistentes operacionais, 8 assistentes técnicos e 3 técnicos superiores (1 educadora social, 1 psicóloga e 1 assistente social).¹⁸

O Agrupamento de Escolas da Damaia, define como missão no seu Projeto Educativo:

«[...] contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e jovens das suas escolas, através da criação de condições favoráveis quer ao desenvolvimento de competências para o sucesso quer à transmissão de conhecimentos e de experiências facilitadoras da sua integração adaptada e ativa na sociedade em mudança.»¹⁹

A colaboração da escola na construção da pessoa é incontornável e urge que o seja cada vez com maior qualidade e que os seus intervenientes se descubram fundamentais nesse processo. Já no Concílio Vaticano II, indica a Declaração *Gravissimum Educationis* – Sobre a Educação Cristã, que

«[...] é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, retamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância.» (*GE 1*)

Sendo a educação um direito universal, o Concílio apelou à responsabilidade de todos. Há uma intenção geral que é apresentar hipóteses para uma educação integral, que leve em consideração todos os aspetos do ser humano e que favoreça um crescimento saudável e pleno das crianças e dos jovens, onde

«[...] tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz no património cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e criando entre alunos de índole e condição diferentes um convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar

¹⁸ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 5;

¹⁹ Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 7.

parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana.» (GE 5)

No que concerne ao patrono da escola, o mesmo é o Professora Pedro D'Orey da Cunha. Pedro d'Orey da Cunha (1939-1995) licenciado em Filosofia (Braga, 1962) e em Teologia (Granada, 1968), obteve o grau de Mestre em «*Counseling Psychology*» no Boston College em 1973 e doutorou-se em Ciências de Educação pela Boston University, em 1983. Deixou vários escritos sobre a deontologia da profissão docente, sobre a educação ética na família e na escola, procurando para o sistema educativo português uma visão humanista e intercultural do ato educativo.²⁰ A pedagogia de Pedro D'Orey da Cunha centra-se em 10 princípios, que, conforme indica a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, promovida pelo Agrupamento, se entrecruzam e reforçam mutuamente, sugerindo estilos e estratégias próprias de relação pedagógica para a autonomia e interdependência responsável, sendo eles: 1. Princípio da Fascinação; 2. Princípio da Expetativa; 3. Princípio do Respeito; 4. Princípio do Encorajamento; 5. Princípio da Compreensão; 6. Princípio da Confrontação; 7. Princípio das Consequências; 8. Princípio das Negociação Criativa; 9. Princípio do Diálogo; 10. Princípio da Exigência. Posto isto, e o facto da sua pedagogia e vida profissional estar ligada à problemática das famílias migrantes e à sua integração, a escola sede adotou-o como patrono.

1.1.2 - Contexto social

O concelho da Amadora é caracterizado pela sua diversidade populacional e cultural. Por um lado, apresenta uma população envelhecida e por outro, a presença de jovens adultos provenientes de outros países. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2021, residem cerca de 37663 pessoas na freguesia das Águas Livres, freguesia onde se localiza o estabelecimento de ensino onde decorreu a PES. A par disso, a escola está inserida num território de exclusão social, com uma população vulnerável e com baixas qualificações académicas. Embora os níveis de violência tenham vindo a diminuir, esta ainda é uma zona que sofre muitos preconceitos, consequentes da insegurança e violência que existiram no passado. Um elevado número de alunos é proveniente de bairros desfavorecidos e marginalizados, considerados problemáticos, como é o caso da Cova da Moura que, por decisão do Conselho

²⁰ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «O Patrono», acedido a 05 de novembro de 2021, <https://aedamaia.pt/index.php/agrupamento/escolas/eb2-3-prof-pedro-d-orey-da-cunha>.

de Ministros em janeiro de 2007, passou a fazer parte dos bairros críticos.²¹ Entenda-se por bairro crítico, aglomerados populacionais onde é urgente uma requalificação urbana e intervenção social.

Segundo a Junta de Freguesia das Águas Livres, o Bairro da Cova da Moura é de construção ilegal, e ocupa uma posição central neste território, sendo objeto de um plano de intervenção com capacidade de incorporar a resolução dos problemas sociais, assim como, a melhoria das condições de vida dos residentes.²² Embora os dados deste bairro sejam pouco fiáveis, pela dificuldade em recolhê-los, por diversos fatores, é sabido que existe um certo nível de criminalidade, violência e que as condições de habitabilidade são muito pobres, com famílias numerosas, que frequentemente partilham a mesma casa.

À primeira vista não se encontram situações de insegurança e violência na escola, no entanto, existem dificuldades que estão latentes, designadas no Projeto Educativo:

«[...] situações de indisciplina; elevado número de alunos que não dominam a língua portuguesa; pouco envolvimento e participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos; elevado número de famílias com relações conflituosas; situações precárias a nível habitacional, económico e laboral dos agregados familiares; reduzida dinâmica de trabalho colaborativo; resultados académicos abaixo da média nacional na avaliação externa de Matemática; degradação das condições físicas de alguns edifícios; instabilidade do corpo docente.»²³

No que concerne à pobreza e à exclusão social, atualmente, ambas fazem parte das grandes preocupações da humanidade e dos desafios futuros, e a escola deve ser uma grande aliada no combate a estas problemáticas. A 25 de setembro de 2015, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estando no centro 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os ODS são universais, transformadores, inclusivos, e abrangem desafios globais que são fundamentais para a sobrevivência da humanidade.²⁴

²¹ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, acessido a 10 de novembro de 2021, <https://files.dre.pt/1s/2007/12/25100/0912009120.pdf>;

²² Cf. Junta de Freguesia das Águas Livres, «História», acessido a 10 de novembro de 2021, <http://www.jf-agualivres.pt/a-freguesia/16/historia/2/historia/57>;

²³ Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 8;

²⁴ Cf. UNESCO, «Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem», *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Setor de Educação da UNESCO* (2017): 6, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>.

Embarcar no caminho do desenvolvimento sustentável impõe uma profunda transformação na forma como pensamos e agimos, sendo, portanto, a educação fundamental para a conquista destes objetivos, onde se pretende capacitar os alunos para a tomada de decisões informadas e para o incentivo na adoção de ações responsáveis, no sentido de construir uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras.²⁵ Dentro dos 17 ODS encontram-se o ODS 1 - Erradicação da pobreza e o ODS 4 - Educação de qualidade. Estes ODS podem (e devem) ser trabalhados de forma interdisciplinar com recurso a diversas estratégias, e neste sentido, a UNESCO apresenta para cada ODS objetivos de aprendizagem.

No que concerne ao ODS 1 são quinze os objetivos de aprendizagem, que passam por: «O educando entende os conceitos de pobreza extrema e relativa e é capaz de refletir criticamente sobre as premissas e as práticas culturais e normativas subjacentes; O educando tem conhecimento sobre causas e impactos da pobreza, como a distribuição desigual de recursos e de energia, colonização, conflitos, tragédias causadas por desastres naturais e outros impactos induzidos por mudanças climáticas, degradação ambiental e desastres tecnológicos, além da falta de sistemas e medidas de proteção social; O educando é capaz de mostrar sensibilidade para as questões da pobreza, bem como empatia e solidariedade com os pobres e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade; O educando é capaz de planejar, implementar, avaliar e replicar atividades que contribuam para a redução da pobreza.»²⁶

Relativamente ao ODS 4, são apresentados também quinze objetivos de aprendizagem, destacando-se: «O educando entende a educação como um bem público, um bem comum global, um direito humano fundamental e uma base para garantir a realização de outros direitos; O educando entende que a educação pode ajudar a criar um mundo mais sustentável, equitativo e pacífico; O educando é capaz, por meio de métodos participativos, de motivar e capacitar outros para exigirem e aproveitarem oportunidades educacionais; O educando é capaz de aproveitar todas as oportunidades para a sua própria educação ao longo da sua vida, e aplicar os conhecimentos adquiridos em situações cotidianas para promover o desenvolvimento sustentável.»²⁷

Em Portugal, segundo dados do INE, em 2020, a taxa de risco de pobreza das crianças registou um aumento de 1,3 p.p. em relação a 2019.²⁸ Referente à educação, a proporção de alunos do ensino básico que no final do ano letivo obtiveram aproveitamento tem vindo a crescer consistentemente desde o ano letivo 2014/2015, tendo sido de 97,8% no ano letivo

²⁵ Cf. UNESCO. «Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem», 7.

²⁶ UNESCO, «Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem», 12;

²⁷ UNESCO, «Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem», 18;

²⁸ Instituto Nacional de Estatística, «Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal - 2015/2021», INE (2022): 62, <https://www.ine.pt/xurl/pub/31592402>.

2019/2020, o que representa um crescimento de 5,7 p.p. entre os dois anos letivos mencionados.²⁹

No caso particular do Agrupamento de Escolas da Damaia é evidente a preocupação sobre estas questões, patenteada no trabalho desenvolvido das mais diversas formas, e na dedicação em procurar soluções para os desafios que vão surgindo. Através da diversidade da oferta educativa que o Agrupamento disponibiliza, é possível perceber que o mesmo não desvaloriza o meio em que está inserido, e que procura ir ao encontro das características individuais dos alunos, com vista à promoção do seu sucesso escolar e pessoal. Segundo o Projeto Educativo, o Agrupamento promove os seguintes serviços e projetos: Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS), Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, Centro de Recursos Educativos, Clubes, Desporto Escolar, Eco-Escolas, Rede de escola de excelência, Orquestra Geração, Parlamento dos Jovens, Turma de Acolhimento, Projeto de Educação para a Saúde, Grupo Coral Infantil Alentejano, Blogue 3.º ciclo em ação, Unidade de Multideficiência, Equipa Multidisciplinar para a promoção da disciplina e bem-estar, Projeto das Expressões em par pedagógico.³⁰

Estas medidas revelam uma pedagogia inclusiva e eclética do Agrupamento, que respeita a comunidade onde se insere, procura promover e trabalhar os valores do respeito, da disciplina, da solidariedade e da multiculturalidade, assim como, da participação ativa na sociedade. Segundo Sacristán, os professores não podem ser meros vigilantes dos processos educativos, regulados para serem juizes dos “bons” e “maus” alunos; devem colocar em prática soluções que mitiguem dinâmicas de exclusão. A segregação deverá ser evitada com uma pedagogia diferenciada, que aproveita a flexibilidade que permite o desenvolvimento do currículo.³¹

Outro complemento da aprendizagem e da promoção das boas relações humanas são as visitas de estudo, como também, atividades lúdicas para proporcionar momentos de interação e relações humanas descontraídas, desenvolvendo uma cultura humanista e de integração. Muitas destas atividades são dinamizadas pelo grupo de EMRC. Mostra-se pertinente fazer referência às visitas de estudo, sendo estas uma bandeira da disciplina de EMRC. Para além do conhecimento histórico do património local e nacional, as visitas de estudo podem proporcionar excelentes oportunidades de aprendizagem. A utilização de visitas escolares é apontada como alternativa aos contextos escolares, no desenvolvimento de competências e na construção de conhecimento, desenvolvidos em grupo. Através de estratégias lúdicas e culturais (em espaços

²⁹ Cf. Instituto Nacional de Estatística, «Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal - 2015/2021», 80;

³⁰ Cf. Agrupamento de Escolas da Damaia, «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia 2018-2021»: 12;

³¹ Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 79.

e equipamentos, a que, de outro modo, alguns alunos não acederiam), é possível desenvolver capacidades como a criatividade, a linguagem, a comunicação, a resolução de problemas e a socialização. Muitas vezes a visita é utilizada como forma de motivar e sensibilizar os alunos para a abordagem de um determinado tema, podendo também ter como função concretizar e aplicar conhecimentos já adquiridos. A par disto, considerando o contexto social em questão, muitos dos alunos apenas têm a possibilidade de conhecer e visitar espaços artísticos, culturais, ambientais quando o fazem em contexto escolar.

1.1.3 - Caracterização da turma

A PES decorreu na turma E do 8.ºano. A caracterização da turma constitui-se como um elemento importante para um melhor conhecimento dos alunos e da realidade que os envolve, particularmente no que concerne ao seu percurso escolar e ao seu meio social e familiar. Todos os dados possíveis de recolher servem de guias para a atuação do professor, permitindo melhorar a sua ação pedagógica, adaptando-a à turma em questão, procurando equidade para que os alunos desfrutem de igualdade de oportunidades de sucesso.

Relativamente à caracterização da turma E do 8.ºano, as informações foram recolhidas a partir dos documentos já existentes na escola, que se revelaram bastante completos, evitando, assim, uma duplicação de tarefas ao serem realizados novos questionários. Devido à proteção dos dados, esta será a caracterização possível, não deixando de se referenciar os elementos mais significativos. A turma é composta por dezoito alunos, quinze dos quais inscritos em Educação Moral e Religiosa Católica. A maioria dos alunos da turma estão inscritos e frequentam a disciplina de EMRC, o que comprova a importância e a relevância da mesma, evidenciado o excelente trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, pelos docentes da disciplina. Dos inscritos sete são do sexo feminino e oito do masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, sendo a média de idades de 13,3 anos. A maior parte dos alunos tem nacionalidade portuguesa, contudo, sete alunos têm nacionalidade estrangeira: 3 de Cabo Verde, 3 da Guiné-Bissau e 1 do Brasil. Ao nível religioso, 9 alunos são Cristãos, 3 alunos são Muçulmanos e 3 indicam não ter religião. A turma apresenta-se, assim, como multicultural e multirreligiosa.

Segundo Arends, dada a diversidade da sociedade contemporânea, e a longa história de discriminação, é fundamental que o professor se torne culturalmente consciente e pedagogicamente eficaz em relação a diferentes grupos de alunos. A necessidade crescente que as subculturas apresentam de se perceberem umas às outras, constituem fatores influenciadores de uma educação multicultural, que se entende como o reconhecimento, a compreensão e a

sensibilidade em relação a todos os grupos culturais e o desenvolvimento de competências para ensinar diferentes grupos de alunos.³²

Do ponto de vista do aproveitamento, a turma caracteriza-se pelo baixo rendimento escolar, por dificuldades de aprendizagem e por pequenos problemas comportamentais. Dos alunos que compõem a turma, quatro apresentam duas retenções no seu percurso escolar. Um dos alunos é acompanhado pela equipa do SPO, sendo que a outro está agendada uma intervenção psicopedagógica pela mesma equipa. Um dos alunos beneficia de apoio psicoterapêutico, usufruindo ainda de adaptações ao processo de avaliação segundo o artigo 28.º, alíneas e) tempo suplementar na realização da prova, f) transcrição das respostas, g) leitura do enunciado e h) utilização de sala separada, assim como medidas seletivas do artigo 9.º, b) adaptações curriculares não significativas e d) antecipação e reforço das aprendizagens; a acrescentar a redução do grupo de turma. Quatro alunos estão sinalizados pela Equipa Multidisciplinar, que trabalha em prol da promoção da disciplina e bem-estar do aluno, melhorando a sua integração na comunidade escolar. No entanto, não obstante as suas dificuldades efetivas, aparentam, na generalidade, ser jovens simpáticos e recetivos.

Nem todos os alunos provêm de um contexto socioeconómico favorável, na medida em que, sete alunos beneficiam de Ação Social Escolar e grande parte dos pais/encarregados de educação possuem uma baixa escolarização: 1 analfabeto, 1 com o 1.º ciclo do ensino básico, 3 com o 2.º ciclo do ensino básico, 9 com o 3.º ciclo do ensino básico, 6 com o ensino secundário, 1 com licenciatura e os restantes com formação/habilitação desconhecida. Analisando mais detalhadamente a situação familiar de cada aluno, verificamos que, apesar da maioria dos discentes possuir um ou mais irmãos e ser educado pelos pais, outros, porém, são criados apenas pela mãe, inexistindo dados relativos ao pai. Dois alunos têm a avó como encarregada de educação e um aluno tem a irmã como encarregada de educação.

Toda esta conjuntura vai ao encontro do contexto social acima descrito e é passível de se refletir no processo de aprendizagem e nos resultados dos alunos uma vez que promove, em muitos casos, baixa autoestima, comportamentos de indisciplina, interesses divergentes aos escolares e falta de aspirações sociais, culturais e/ou profissionais. Contudo, cada aluno deve ser sempre valorizado e desafiado a alcançar o seu máximo potencial, independentemente do seu estatuto socioeconómico, género, etnia e língua, assegurando-se, acima de tudo, que todos têm as mesmas oportunidades de aprendizagem sem, no entanto, descuidar as especificidades que é trabalhar com esta diversidade. Menciona o Santo Padre, na Audiência Geral, de 17 de novembro de 2021, que «“Para Jesus, as periferias e a marginalidade são prediletas.”,

³² Cf. Arends. *Aprender a Ensinar*, 141.

reforçando que Deus se manifesta nas periferias geográficas e existenciais, porque “o Senhor age sempre escondido”, “na periferia da alma, nos sentimentos que talvez nos envergonham”». ³³

Por fim, é importante não esquecer que muitas das resistências que iniciaram o movimento dos Direitos Humanos, e outros movimentos a favor da igualdade e da liberdade pelo mundo fora, contribuíram também para a modificação do conceito de educação. A noção dos danos causados aos grupos minoritários, bem como, o desejo de os atenuar, convergiram para a sala de aula na era pós Segunda Guerra Mundial, intensificando a preocupação pela educação multicultural. ³⁴

³³ Papa Francisco, «Audiência Geral, de 17 de novembro de 2021», acessado a 14 de abril de 2023, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2021/documents/papa-francesco_20211117_udienza-generale.html;

³⁴ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 141.

1.2 - Enquadramento da unidade letiva de referência

Após a reflexão sobre o contexto geral da PES, impõe-se proceder à análise da unidade letiva trabalhada nesse âmbito.

O Programa do 8.º ano da disciplina de EMRC, apresenta-se direcionado para algumas das questões existenciais do ser humano, nas suas variadas dimensões, particularmente a dimensão social, espiritual, sexual e ecológica. As quatro unidades letivas que compõem o Programa do 8.º ano - UL1 – O Amor Humano; UL2 – O Ecumenismo; UL3 – A Liberdade; UL4 – Ecologia e Valores - revelam-se adequadas à faixa etária em que os alunos se encontram. Também são pertinentes, uma vez que promovem uma reflexão pessoal, e procuram formular chaves de leitura para ler a realidade e encontrar respostas. Não ignorando o enquadramento geral do Programa do 8.º ano, será feita uma abordagem e análise mais específicas das metas, objetivos, conteúdos e aprendizagens essenciais da UL4 - Ecologia e Valores, pois, conforme já foi mencionado, é essa a unidade letiva de referência.

1.2.1 - Análise da Unidade Letiva 4 – Ecologia e Valores, do 8.º Ano

A unidade letiva «Ecologia e Valores» é a quarta unidade letiva que se insere no Programa do 8.º ano do ensino básico da disciplina de EMRC. São cada vez mais conhecidos os impactos no ambiente como consequência das atitudes dos seres humanos. A par da poluição, os recursos ambientais estão a ser utilizados com enorme amplitude a uma velocidade que dificulta a recuperação por parte do Planeta. Estes fatores têm contribuído para o agravamento do desequilíbrio da Terra e, conseqüentemente, dos seres humanos. É importante, desde tenra idade, inculcar o respeito pela natureza e a escola apresenta-se como bom aliado nesta “missão”.

A unidade letiva mostra-se importante para a promoção do respeito pelo Planeta e apresenta conteúdos capazes de sensibilizar os alunos, crentes ou não crentes, para o cuidado da «casa comum», pois o problema ecológico tem uma dimensão universal, que importa a todos. Mostra-se como inquietação desta unidade letiva que a disciplina de EMRC apresente uma visão positiva acerca da ecologia, assente em valores.

A organização dos conteúdos da unidade letiva, patente no Programa de EMRC, permite iniciar por uma reflexão sobre o mundo e a sua origem, seguindo-se a questão do ser humano e o impacto das suas ações no mundo; depois aborda-se o que indicam as diversas religiões acerca da «casa comum» e, por fim, destaca o compromisso pessoal de cada um em cuidar não só da Terra, mas também dos outros que nela habitam.

Ao longo da unidade há a intenção de levar os alunos a compreender que o ser humano não deve ocupar o planeta Terra num sentido de posse, como sua propriedade, mas sim habitá-lo, junto com todas as criaturas vivas numa atitude de respeito com os seus recursos. Habitar um espaço é assumi-lo como seu, onde a permanência é desejável e permite felicidade; não esquecendo que não é apenas o ser humano que habita no planeta Terra, este coexiste com o ar, a água, as plantas, os animais, existindo uma interdependência entre todos. Naturalmente, seguindo a perspetiva cristã própria da disciplina, Deus é apresentado como Criador, remetendo para a ideia de que Deus cria o ser humano à sua imagem e semelhança incumbindo-o da tarefa de proteger, preservar e continuar a Sua criação.

São ainda referenciadas algumas das razões que estarão na origem do comportamento destrutivo e dominador do ser humano perante o planeta Terra: o egoísmo, o lucro individual, o bem-estar imediato e a sobrevalorização da economia são alguns dos aspetos referidos. O ser humano deve colocar em primeiro plano do seu agir a preservação da natureza e do ambiente em que vive. Deve pensar no bem coletivo, no desenvolvimento do bem comum, nas consequências das suas ações a médio e a longo prazo e adotar políticas e atitudes de defesa do meio ambiente. O foco da unidade letiva não será, por exemplo, instrumentalmente ensinar a reciclar, mas sim ajudar a dar sentido ao propósito de cuidar do mundo, abrir horizontes e olhar as razões de fundo para que o ser humano possa de facto adotar uma postura diferente perante a maneira como vive, e desta mudança de atitudes surgirão comportamentos relevantes como a reciclagem.

A unidade letiva «Ecologia e Valores» fomenta nos alunos interesse e compreensão pela ecologia, no sentido que esta não se resume apenas ao meio ambiente, mas também ao ser humano, não de uma forma isolada, mas numa lógica integral, em que tudo está interligado pois «o cuidado pelo ambiente natural, cria igualmente condições para o bem-estar e para o futuro da humanidade».³⁵ Há o sentido de mostrar aos alunos que estes fazem parte dos ecossistemas e que têm uma palavra a dizer sobre os mesmos, assim como, uma ação positiva a desencadear.

Pode indicar-se como finalidade da unidade auxiliar os alunos a compreenderem que a Terra não é unicamente exclusiva do ser humano, pois outros seres vivos também foram criados para viverem no Planeta, e a cada um cabe uma missão que merece ser respeitada e amada. A par disso, também a tomada de consciência sobre a atitude consumista, utilitarista e consequentemente destruidora do ser humano perante a natureza surge como finalidade, bem como, a procura de melhores relações com a natureza, com os seres humanos e os demais seres vivos, e, em última instância, consigo mesmo. Isso implica, em primeiro lugar, descobrir o

³⁵ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Quero Descobrir: Manual do aluno de Educação Moral e Religiosa Católica - 8.º ano do Ensino Básico* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 131.

sentido humano da ecologia, isto é, o lugar do ser humano no mundo e qual o sentido da sua vida e das demais realidades existentes.

A intenção de explorar a presente unidade letiva, e ter a mesma como unidade de referência, não parte apenas do facto de este ser um tema atual e urgente; é preciso reforçar que a questão ambiental não pode ser meramente teórica. A reflexão, a discussão, a mobilização social, a implementação de ações e a sua concretização são alguns recursos e estratégias no rumo de processos sustentáveis. Paralelamente, mediante a caracterização da escola e da turma acima mencionadas, levantou-se como questão o real interesse dos alunos nestas problemáticas. Estarão os alunos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos sensíveis a estas questões? Como podemos motivar os alunos de contextos desfavorecidos para a problemática das questões ambientais? Se já existem dificuldades na adequação do extenso currículo à realidade, ao mercado de trabalho, aos interesses dos jovens e da sociedade contemporânea, mais se agravam entre os alunos em condições socioeconómicas adversas, cujos pais, por exemplo, têm pouca escolaridade, ou até que nunca tiveram oportunidades educacionais.

Conforme indica Schons, há vários estudos que têm reconhecido que os que menos contribuem para o aquecimento global, os pobres, são os mais afetados por ele pois não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou protegerem dos impactos das alterações climáticas. Este problema ecológico e social global está a tornar-se insustentável.³⁶ A relação entre pobreza e meio ambiente pode ser bidirecional, portanto, é importante ressaltar que a ligação entre estas variáveis é complexa. Contudo, sabe-se que as alterações na sociedade e a globalização levaram a uma crescente desigualdade social, que por sua vez, impõe barreiras e cria estigmas que precisam de ser quebrados. Posto isto, surgem várias questões na relação entre a ecologia e o estrato social, que passam pelo real interesse destes problemas a quem apresenta carências socioeconómicas e pela forma como uma pessoa pobre lida com os problemas da preservação da «casa comum», tal como, os entende e age sobre eles.

Ao longo da História, a humanidade viveu a exploração de povos sobre povos, de nações sobre nações, de indivíduos sobre indivíduos. E é desta realidade que emerge a apropriação sem limites da natureza, a exploração do ser humano sobre outro ser humano, instalando-se a miséria, a fome, irrompendo agora, como nunca, a devastação sem limites da natureza, fundamento da questão ambiental.³⁷ Ter conhecimento ambiental é essencial para que o meio

³⁶ Cf. Selma Maria Schons, «A questão ambiental e a condição da pobreza», *Revista Katálysis*, v. 15, n.º 1 (2012): 71, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179622787007>;

³⁷ Cf. Schons, «A questão ambiental e a condição da pobreza», 74.

ambiente seja preservado e para que as futuras gerações não sofram as consequências de hábitos de consumo errados. Estamos todos interligados.

Também é fundamental aproximar os alunos da natureza, facilitar práticas e desafiá-los a sair de sua zona de conforto, fortalecer valores humanos como a cooperação, a empatia, o respeito e a solidariedade. Os alunos tendem a sentir-se motivados para uma determinada atividade quando estão verdadeiramente interessados, quando a valorizam e daí retiram satisfação. Reforça e apela o Santo Padre que «os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.» (LS 13) Mas, será que os alunos com carências socioeconómicas, muitas vezes eles os próprios excluídos, são discriminados quando estes assuntos são abordados em sala de aula? Será justo pedir a quem já vive em situações vulneráveis que reduza consumos? Poderá esta unidade letiva, desmistificar que só quem tem mais recursos pode colaborar na construção de um mundo melhor, mais justo, mais solidário, mais ecológico? É nesta linha de pensamento que surge o trabalho desenvolvido ao longo da PES, e, conseqüentemente, na elaboração do relatório final. É de facto, importante fomentar que todos somos importantes e que a responsabilidade pessoal é o que deve orientar a vida de cada indivíduo, pois, o ser humano realiza-se no que produz e realiza, e o resultado deve servir ao bem comum de todos.

Segundo Mamede-Neves, os jovens têm muito a dizer sobre a sua forma de pensar e entender as transformações das quais têm feito parte como sujeitos que vivem e operam com a realidade de seu tempo. Contudo, é preciso saber ouvi-los e entendê-los sem uma atitude pré-concebida. É também necessário fugir das adjetivações que rotulam e agrupam os jovens em grupos distintos e opostos, como por exemplo, terríveis ou alienados, passionais ou apáticos, materialistas ou sonhadores.³⁸ Acima de tudo, os jovens procuram o sentido de si mesmos e procuram integrar-se em comunidades capazes de valorizá-los.

Na exortação apostólica *Christus Vivit* (Cristo Vive), a primeira publicação do Vaticano sobre os jovens e que resulta do Sínodo dos Jovens, são destacadas as diferentes realidades juvenis pelo mundo, incitando o debate teológico-pastoral para permitir uma renovação do trabalho desenvolvido com os jovens. O Papa Francisco começa a *Christus Vivit* abrindo um diálogo com os jovens, não os separando do resto da Igreja, pretendendo através destes dirigir-se a todos os cristãos, mostrando confiança nos mesmos. O Papa Francisco pretende que os jovens levem a Mensagem de Jesus a outros jovens e que, através do seu testemunho, possam

³⁸ Cf. Maria Aparecida Campos Mamede-Neves, «As Voltas e Viravoltas dos Jovens do Início do Século XXI», *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, n. 05, Vol. 1 (jan./jul. 2010): 40, https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapij/volume5_n1/mamede-neves.pdf.

levar a fé a tantos outros para o reencontro de uma nova vida. De alguma forma, este apelo vai também no sentido da conversão ecológica, da ecologia integral, pois «em muitos adolescentes e jovens, desperta especial atração o contacto com a criação», sendo estes sensíveis à proteção do meio ambiente. (*ChV* 228).

Considerando ainda a linha de pensamento da ecologia integral, o Santo Padre faz referência aos migrantes, destacando os jovens, que fogem por diversos motivos, incluindo desastres naturais devidos também às alterações climáticas. (*ChV* 91) Assim, é proposto aos jovens irem além do seu grupo de amigos, procurando o bem comum e a amizade social, porque a inimizade social destrói (*ChV* 169), bem como, que lutem pelo bem comum, que sirvam os pobres, que sejam protagonistas da revolução da caridade e do serviço, capazes de resistir às patologias do individualismo consumista e superficial. (*ChV* 174). É pela experiência e erros do passado, que os jovens são chamados a discernir os caminhos do futuro, pois o entusiasmo próprio da juventude deve conduzir ao crescimento e amadurecimento, sempre com valorização própria.

É importante promover a noção de bem comum e levar a informação de maneira mais clara e convidativa, sendo, portanto, com estes pressupostos que se pautou a planificação da UL4 – Ecologia e Valores, que será mais à frente apresentada.

1.2.2 - Metas, objetivos e conteúdos da unidade letiva de referência

O Programa da disciplina indica um conjunto de domínios, metas e objetivos que se pretende que os alunos alcancem, quer ao nível dos conhecimentos, quer ao nível dos valores e atitudes. Na edição de 2014 do Programa de EMRC encontramos três domínios da disciplina: 1) Domínio da Religião e Experiência Religiosa; 2) Domínio da Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida; 3) Domínio da Ética e Moral. O Programa define Domínios de Aprendizagem como áreas de ensino que a disciplina abrange, onde se inclui o que aluno deve conhecer e deve saber fazer.³⁹

Por domínio definiram-se metas curriculares, «nas quais são definidos, de forma consistente, os conhecimentos e as capacidades essenciais que os alunos devem adquirir, nos diferentes anos de escolaridade ou ciclos e nos conteúdos dos respetivos programas curriculares».⁴⁰ As mesmas irão orientar a planificação, e a cada meta corresponderá um ou mais objetivos. Conforme indica Ambrósio, na elaboração da edição 2014 do Programa de EMRC existiu o cuidado para que as metas aparecessem de forma equilibrada ao longo dos

³⁹ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 8;

⁴⁰ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 6.

diversos anos e ciclos, de forma a permitir que o itinerário fosse harmonioso, atingindo as finalidades pretendidas, tendo em conta a identidade da disciplina.⁴¹ As metas curriculares não se concretizarão todas no mesmo ano letivo, sendo estas as metas que todos os alunos deverão alcançar na frequência da disciplina desde o 1.º ano até ao 12.º ano. Para cada nível de ensino foram determinadas unidades letivas onde se desenvolvem objetivos programáticos que operacionalizam a aprendizagem de conteúdos específicos do tema de cada unidade letiva. Para cada unidade letiva as metas irão permitir a definição de objetivos que se articulam em torno dos conteúdos.⁴² Ao serem definidos objetivos programáticos é possível determinar o comportamento que o aluno deve adquirir e que o professor aceitará como prova de aprendizagem, da mesma forma que o próprio aluno recebe uma mensagem clara do que se espera dele.⁴³

Importa mencionar que o Programa afirma que a EMRC é direcionada para o ensino religioso e para a educação ético-moral e que oferece uma interpretação, favorecendo uma significação da cultura, como lugar do agir humano que se deve orientar por valores que preservam a dignidade humana.⁴⁴ Posto isto, seguidamente serão apresentadas as metas, os objetivos e os conteúdos da UL4 – Ecologia e Valores.

A importância de estimular nos alunos a capacidade de refletir e compreender os conteúdos previstos, implica que a planificação das aulas seja elaborada a partir das metas e objetivos. No final da UL4 – Ecologia e Valores, deseja-se que os alunos tenham desenvolvido o proposto nas seguintes metas curriculares e atinjam os seguintes objetivos:

| UL 4 – Ecologia e Valores | |
|---|---|
| METAS | OBJETIVOS |
| B - Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. | 1 - Reconhecer a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus. |
| | 2 - Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza. |
| C - Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas. | 3 - Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local do encontro com Deus. |
| J - Descobrir a simbólica cristã. | |

⁴¹ Cf. Juan Ambrósio, «Finalidades, Domínios de Aprendizagem e Metas Curriculares. Programa de EMRC, edição 2014», *Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, n.º 31/32 (2015): 76;

⁴² Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 9;

⁴³ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 9;

⁴⁴ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 163.

| | |
|--|---|
| <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p> | <p>4 – Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza.</p> |
|--|---|

Tabela 1- Metas e Objetivos da ULA - Ecologia e Valores

No que toca aos conteúdos⁴⁵ desta unidade letiva, os mesmos são:

| | |
|--|--|
| <p>Meta B Objetivo 1</p> | <p>«O mundo é a nossa casa»; A ecologia como reflexão acerca da casa de todos os seres vivos e da sua relação com o meio ambiente; A Natureza (Criação) como dádiva de Deus; Tudo na natureza está interligado: a relação dos seres humanos entre si e com os outros seres vivos; O ser humano é o cume de toda a natureza. É a obra-prima de Deus a quem foi confiado o cuidado de todas as outras realidades: Sl 8, 4-7; A natureza existe em função da felicidade do ser humano, mas tem também autonomia que deriva de ter sido criada por Deus e por ele amada.</p> |
| <p>Meta B Objetivo 2</p> | <p>A destruição do ambiente vital onde todos habitamos: o esgotamento dos recursos naturais, a desertificação, a extinção dos habitats e das espécies, a poluição, o aumento da temperatura média global, o “buraco” na camada doo zono; Razões que conduzem ao comportamento destrutivo: O egoísmo; O desenvolvimento direcionado apenas para o lucro sem preocupações sociais ou do bem comum; Desejo de obtenção de bem-estar no imediato sem prevenir consequências negativas a médio e longo prazo; Subordinação da política à economia e ao lucro fácil.</p> |
| <p>Meta C Meta J Objetivo 3</p> | <p>O «Criado» nas várias tradições religiosas; A experiência da gratidão em relação ao Deus que na criação se dá e tudo nos oferece; O reconhecimento da natureza como lugar permeado pela presença de Deus; A natureza como lugar onde se pode fazer a experiência do encontro com Deus; A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo.; A responsabilidade em relação às gerações vindouras; Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações.</p> |
| <p>Meta O Objetivo 5</p> | <p>Dn 3, 57-82: Todas as criaturas, bendizei o Senhor!; O exemplo de S. Francisco de Assis e a irmã Natureza; Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo.</p> |

⁴⁵ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 93.

1.2.3 – Aprendizagens Essenciais

Segundo a Direção Geral de Educação

«As Aprendizagens Essenciais são documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, e visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.»⁴⁶

Foram construídas a partir dos documentos curriculares existente. Conforme indicado no Despacho n.º 6944-A/2018,

«[...] estas aprendizagens essenciais correspondem a um conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada componente do currículo ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.»⁴⁷

De acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018, as aprendizagens essenciais são, por um lado, um conjunto de documentos com orientações curriculares base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem e, por outro lado, o conjunto comum de aprendizagens disciplinares estruturantes - conhecimentos, capacidades e atitudes - «a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.» (Artigo 3.º - Definições).⁴⁸ As Aprendizagens Essenciais (2018) integram um conjunto de medidas com vista à promoção do sucesso educativo.

⁴⁶ Direção Geral da Educação, «Aprendizagens Essenciais», acessido a 02 de novembro de 2022, <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>;

⁴⁷ Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Despacho n.º 6944-A/2018, Diário da República, 2.ª série — n.º 138 — 19 de julho de 2018, acessido a 02 de novembro de 2022, <https://files.dre.pt/2s/2018/07/13800001/0000200002.pdf>;

⁴⁸ Decreto de Lei nº55/2018, Diário da República, 1.ª série - Nº 129 - 6 de julho de 2018, acessido a 02 de novembro de 2022, https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl_55_2018_afc.pdf;

No que concerne à UL4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano, da disciplina de EMRC, as mesmas são:

- Discutir o conceito de ecologia como ponto de partida para um mundo habitável e sustentável;
- Questionar razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza;
- Caracterizar algumas instituições de defesa da natureza;
- Identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano;
- Participar em iniciativas que promovam a proteção do mundo como casa comum.⁴⁹

A possível gestão autónoma e flexível do currículo para que tendem os documentos curriculares requer uma cuidada reflexão pois quando se pensa em documentos orientadores da prática letiva, em paralelo, deve-se considerar a própria prática letiva e os alunos que nela estão envolvidos, não esquecendo que a prática pedagógica deve promover o trabalho colaborativo, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, a que EMRC também é chamada a contribuir.

⁴⁹ Ministério da Educação, «Aprendizagens Essenciais de Educação Moral e Religiosa Católica: 8.º Ano, 3.º ciclo do Ensino Básico», acessado a 02 de novembro de 2022, https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_8a.pdf.

1.3 - Reflexão da experiência docente em contexto escolar e em contexto de sala de aula

Chegado o término de um percurso é necessário avaliar o mesmo. O percurso da PES permite a consciencialização da importância de uma atitude de questionamento constante por parte do professor, no sentido de melhorar a sua prática, fundamentando e justificando as opções tomadas. É neste processo que, para além da aquisição de experiência no exercício da docência, se espera um crescimento pessoal, de treino e de exercitação da tarefa. O desenvolvimento da prática supervisionada tem uma enorme importância para os futuros docentes, na medida em que leva a uma reflexão profunda sobre a educação em geral, assim como, sobre tudo o que foi desenvolvido, olhando para trás e pensando nos alunos como um ser único, não esquecendo que as suas vivências são importantes pois é através delas que retiram algum significado e aprendem. A reflexão e a prática, juntas, possibilitam um desenvolvimento dos métodos de ensino.

A escola é um lugar eclético, onde encontramos alunos de várias classes sociais e culturas, que inevitavelmente têm desenvolvimentos cognitivos e sociais, acompanhamento familiar e objetivos de futuro completamente distintos, e a transmissão de competências e saberes sofre a influência destes fatores. Segundo Cabral, a escola sempre foi, e tem de continuar a ser, o espaço-tempo em que uma comunidade se aperfeiçoa através dos seus confrontos internos, do seu diálogo com o mundo, no contexto do futuro.⁵⁰ A educação é desafiada constantemente a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, estando sempre a ser construída e reconstruída, como produção histórica. Para que exista sucesso nesta construção e reconstrução é necessário criar um modelo educacional adequado às novas exigências da sociedade, sempre numa perspetiva de educação integral. Quando se fala em educação integral não é possível ignorar a dimensão religiosa, tendo em conta que esta «é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração; nem se compreenderá verdadeiramente a realidade social, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais.»⁵¹

Assim, fica evidente o contributo da EMRC no sistema de ensino, na medida em que, esta disciplina «é lugar privilegiado de desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir.»⁵² A disciplina deve ser pensada e estruturada

⁵⁰ Cf. Cabral, *O novo voo de Ícaro – Discursos sobre a Educação*, 51;

⁵¹ Conferencia Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade», acedido a 02 de novembro de 2022, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>;

⁵² Conferencia Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade».

em função da construção da pessoa humana, bem como, possibilitar o diálogo entre a cultura contemporânea e a fé, preparando o aluno para um compromisso na sociedade e no serviço aos outros.

Por fim, deseja-se que a disciplina seja um espaço sério e sereno de diálogo entre a cultura contemporânea e a fé, de colocação da questão de Deus a partir da mundividência da tradição cristã, no local sociológico, que é a escola, plural e democrático.⁵³

No caso específico desta disciplina, o professor distingue-se dos outros professores pela chave hermenêutica que usa para ler a realidade. O professor de EMRC parte da dimensão religiosa, mais concretamente da dimensão religiosa cristã católica, para interpretar a realidade e a apresentar aos seus alunos. Neste sentido, deve ser capaz de desenvolver o diálogo entre a cultura e a fé. Conforme indica Moita:

«O professor de EMRC tem de ser alegre, disponível aos outros, e envolto em muito amor e compreensão. Daí a necessidade da sua firmeza na fé e na esperança, e a consciência, sempre presente, da missão recebida. É ser com os outros e para os outros.»⁵⁴

Compete ao professor de EMRC levar a dimensão espiritual para dentro da escola e nada na escola lhe deve ser estranho. A par disso, deve estar atento às experiências e às problemáticas dos alunos, às dinâmicas e projetos educativos da escola, às propostas e aos modelos de vida que a sociedade projeta. Pressupõe, escuta e pesquisa, tempo de silêncio e tempo de estudo.⁵⁵ O professor de EMRC deve ter a qualificação para o ser e também terá de ser qualificador dentro da escola, ou seja, qualificar a escola para a dimensão religiosa. Estes pressupostos não foram descurados no decorrer PES.

No que concerne à gestão do Programa, considera-se que foi realizada uma boa análise e aplicação dos domínios de aprendizagem, das metas curriculares, dos objetivos programáticos e dos conteúdos, ressaltando que possibilitaram autonomia nas planificações e na lecionação. Para uma planificação adequada foi importante conhecer a realidade da escola onde decorreu a PES. Com a caracterização da turma, da instituição e do meio foi possível traçar um plano adequado às características e necessidades dos alunos. Para tornar todo o trabalho num trabalho intencionalmente educativo foi necessário passar por várias etapas interligadas que se sucedem e aprofundam tais como, observar, planear, agir, avaliar, comunicar e articular. Uma boa gestão

⁵³ Cf. Fernando Moita. «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual», *Pastoral Catequética revista de catequese e educação*, 26 (2013): 63;

⁵⁴ Moita, «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual», 67;

⁵⁵ Cf. Moita, «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual», 68.

do programa através das planificações possibilita ao professor desenvolver o Programa da disciplina, utilizando diversos materiais de apoio à lecionação (estando alguns descritos e/ou anexados ao portefólio final da PES). Depois de planear é necessário agir, ou seja, colocar em prática todas as intenções educativas propostas para, de seguida, avaliar. Não esquecendo nunca a comunicação e a articulação com o contexto envolvente. As competências fortalecidas ao longo do estágio, particularmente, na planificação de atividades, nas relações, na gestão de tempo e de comportamentos, colaboraram para o desenvolvimento e aprofundamento de métodos de prática pedagógica.

Existiu sempre a preocupação de motivar os alunos para as aprendizagens, através de estratégias diversificadas e adequadas. Também melhorar a autoestima e autoconfiança dos alunos, no sentido de melhorar a sua integração e relacionamento com os colegas e na própria sociedade, foram pontos importantes e orientadores. Segundo Arends, é difícil motivar os alunos a persistirem nas tarefas de aprendizagem, sendo que alguns alunos são mais persistentes do que outros e algumas tarefas parecem suscitar maior interesse que outras. Refere ainda o autor que muitos estudos indicam que ambientes caracterizados pelo respeito mútuo, padrões elevados e uma atitude atenta influenciam a motivação dos alunos, levando a uma maior persistência dos mesmos.⁵⁶ No decorrer da PES, procurou-se sempre uma relação cordial e próxima com os alunos, na certeza de que o professor tem que ter disponibilidade para observar, conhecer e aprender com a turma, de forma a atender às suas necessidades e dificuldades, auxiliando e permitindo situações de aprendizagem apropriadas a cada aluno.

As tarefas e atividades realizadas foram objeto de reflexão e de avaliação por parte da professora cooperante e dos professores estagiários. Procurou-se ter em consideração, no processo de ensino-aprendizagem, a diversidade e a riqueza cultural dos alunos, e ainda, ter especial atenção à forma de exposição uma vez que alguns alunos não tinham o português como língua materna, o que poderia ter dificultado a compreensão de determinados conceitos. Como refere Arends, a linguagem é um fator muito importante na escolarização e os alunos não fazem progressos quando a sua língua-mãe é suprimida, portanto, não devem ser feitos julgamentos negativos sobre as capacidades dos alunos com base na língua culturalmente dominante, mas sim, apoiar o dialeto e simultaneamente incentivar os alunos a ganhar domínio da língua convencional.⁵⁷

Em suma, o estágio pedagógico constituiu-se como um período extraordinário de autoformação cooperada, por meio de uma interação sistemática efetuada entre o trabalho realizado com os alunos, com os colegas de estágio e com a docente cooperante. Houve

⁵⁶ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 116;

⁵⁷ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 146.

consciencialização dos aspetos a melhorar, não descurando o questionamento do que poderia, e como poderia, ser aperfeiçoado na atividade pedagógica, a fim de promover uma atividade educativa de qualidade. Salienta-se a assiduidade, a pontualidade e o sentido de compromisso durante todo o decorrer do estágio.

Educar é um ato muito mais complexo e rico do que a simples tarefa de debitar a matéria para um grupo que observa. Educar é privilegiar emoções e promover aprendizagens pela representação e pela experimentação, dando oportunidade aos alunos de contactarem com o que os rodeia, familiarizando-os com um contexto estimulante, que lhes desperte a curiosidade e o desejo de aprender. A PES reveste-se de uma importância primordial na formação de futuros professores, cabendo aos mesmos procurar desenvolver e aprofundar os seus conhecimentos, numa perspetiva de aprendizagem constante.

Capítulo II

Educar para o Bem Comum, no contexto da *Laudato Si'*

Ao longo deste capítulo será feita uma abordagem fundamentada e aprofundada do princípio do bem comum, nomeadamente, a sua origem, a sua relação com a dignidade da pessoa humana e a sua relação com a Doutrina Social da Igreja. Tendo em conta os objetivos do presente relatório da PES, importa, de facto, explorar o princípio do bem comum, procurando depois aferir de que forma, no trabalho com os alunos, se pode concretizar o mesmo, assim como, este se pode relacionar com a temática do ambiente e da ecologia. Ou seja, é fundamental que o professor se dote dos fundamentos teóricos para maiores serem as hipóteses de uma eficaz preparação das aulas e, conseqüentemente, existência de sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Num segundo momento, será feita uma breve exploração da encíclica *Laudato Si'*, aprofundando o conceito de ecologia integral, com especial foco nas dimensões humana e social, bem como, na forma de concretizar o princípio do bem comum. A questão ambiental tem sido debatida de forma transversal, incluindo a reflexão teológica que de uma maneira ou de outra, se foi pronunciando ao longo dos tempos, contudo, associar a ecologia ao bem comum surge como novidade na encíclica *Laudato Si'*.

Ao longo do capítulo serão feitas considerações pedagógicas, uma vez que um dos aspetos da ecologia integral é relativo à educação, e sendo este o Relatório Final da PES assente na temática do bem comum, não podia ser descurado.

2.1 – A ideia de «bem comum»

Filósofos, teólogos, advogados, políticos e os próprios cidadãos comuns foram chegando a opiniões distintas sobre o que o bem comum implica, como deve ser equilibrado em relação aos bens individuais e se e por quem deve ser aplicado. Embora existam muitos críticos sobre o conceito, este tem sobrevivido ao longo dos tempos como algo significativo, e continua a servir como um princípio estruturante da vida em sociedade. Apesar de cada ser humano ter a sua singularidade, a sua natureza encaminha-o para uma existência com o outro, para o bem comum.

2.1.1 – O bem comum: da ideia a princípio da Doutrina Social da Igreja

O bem comum tem raízes profundas na história do pensamento filosófico e religioso. Uma das primeiras e mais relevantes formulações é atribuída à tradição aristotélica-tomista. Para Aristóteles a «vida boa» e as «boas ações» seriam o objeto da comunidade política, não apenas a vivência comum. Retomando a visão aristotélica quinze séculos mais tarde, São Tomás de Aquino acrescentaria que o bem comum adquire o seu sentido nas práticas de governação, o que implica uma discussão dos fins, mas também dos meios.⁵⁸

A primeira noção de bem comum associada a Aristóteles indica que o bem do Estado é o conjunto dos bens individuais dos cidadãos, o que não abrange todos os Homens, já que a cidadania tem condição restrita. Para o filósofo o bem comum é a plena realização para a qual tende a sociedade humana, inquestionavelmente superior aos bens dos indivíduos.⁵⁹ Aristóteles apresenta uma visão do bem comum que não pode ser simplesmente reduzida à soma dos interesses privados e individuais, uma vez que *cidadãos virtuosos* e comunidades harmoniosas são consequência da busca do bem e de uma boa vida para a comunidade. Indicam Pato & Gonçalves, que Aristóteles entendia que a participação livre dos cidadãos no governo da cidade e a competição igual e saudável entre eles no dia-a-dia eram os elementos fundamentais para atingir a felicidade, invocando uma especial *virtude do cidadão*, enquanto apelava a uma participação livre no governo da cidade, ciente de que através dessa participação se procurava obter a maior felicidade para todos.⁶⁰ Cada pessoa trabalha nesta procura da felicidade, e mesmo que em algum momento seja procurada para usufruto individual, torna-se comum dada a própria sociabilidade humana. A própria felicidade é resultado ou o fim último das mais variadas atividades individuais ou coletivas. Embora o filósofo não utilize concretamente a expressão bem comum, encontra-se no seu pensamento as raízes da noção ou do conceito.

Indica Carmo Ferreira, que o bem comum é uma expressão que nos remete para o pensamento social-cristão e que se reconhece como nuclear desde que foi adotada pelos padres latinos da Igreja, nomeadamente Santo Ambrósio e Santo Agostinho. Foi posteriormente, de forma reflexiva, elaborada por São Tomás e retomada com acentuada continuidade pelos Papas na abordagem de temática ético-política e socioeconómica, vindo a ganhar novas dimensões na

⁵⁸ Cf. João Pato, Luísa Schmidt & Maria Eduarda Gonçalves (orgs), «Um reflexão contemporânea acerca do Bem comum» em *Bem comum: público e/ou privado?*, ed. Imprensa de Ciências Sociais (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013), 21 – 40, <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22896>;

⁵⁹ Cf. Paulo Moacir Godoy Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», *Cadernos Fé e Cultura* 2, nº2 (2017): 154, <https://doi.org/10.24220/2525-9180v2n22017a4269>;

⁶⁰ Cf. Pato, Schmidt & Gonçalves (orgs), «Uma reflexão contemporânea acerca do Bem comum», 47.

atualidade.⁶¹ Com São Tomás de Aquino, inspirado por Aristóteles, o bem comum tornou-se um conceito elaborado e remete-nos para uma fundamentação metafísica de inspiração cristã.

Segundo Maritain, não assumindo ainda a doutrina de Aristóteles, S. Tomás de Aquino defende que a pessoa humana é ordenada diretamente para Deus como para o seu fim último absoluto e esta ordenação direta para Deus transcende todo o bem comum criado, bem comum da sociedade política e bem comum intrínseco do universo.⁶² Ao relacionar o ser humano com Deus, S. Tomás de Aquino dá a entender o ser humano como uma pessoa singular, mas também como parte do coletivo, uma vez que o conjunto dos seres humanos participa do ser que é Deus de uma maneira específica, onde Deus é o bem comum das criaturas bem-aventuradas comungando todas nele e elas comungam no seu amor umas com as outras.⁶³ O ser humano tende naturalmente para a vida em sociedade, está orientado ao bem e só se realiza plenamente quando unido a Deus, e, deste modo, unido com os seus semelhantes.

Com os filósofos modernos, o conceito de bem comum foi sofrendo alterações, afastando-se da tradição aristotélico-tomista, uma vez que o desenvolvimento do conceito mais contemporâneo perdeu totalmente a vinculação entre bem comum e a constituição ontológica do ser humano e da sociedade humana, esvaziando o conceito e reduzindo-o a mero interesse comum. Consequência inevitável foi o seu gradual abandono pelos autores políticos e sociais.⁶⁴

É na década de 1940 que se recupera a discussão acerca dos Direitos Humanos fundamentais e do papel do Estado como instituição de garantia do bem comum. O projeto de reconstrução da Europa no pós-II Guerra Mundial, a criação da ONU em 1945 e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 representam, para além das motivações inerentes à conjuntura histórica, uma tentativa de criar condições efetivas à implementação de um novo Estado Social e de um projeto de paz duradoura.⁶⁵ O nazismo e a guerra tornaram-se um desafio não apenas ao religioso ou eclesiástico, mas a tudo o que é universal. Nesta linha de ação também a Igreja Católica retoma à abordagem do bem comum, sobretudo, com o Papa João XXIII e no Concílio Vaticano II.

No conceito de bem comum cruzam-se a ética e a política, a economia e o direito, enquanto dimensões do humano, que o legitimam, mas também problematizam, na medida em que as suas finalidades advêm tipo de convivência humana que estabelecem, bem como às razões justificativas que invocam.⁶⁶ Assim, o bem comum tem simultaneamente um carácter

⁶¹ Cf. Manuel Carmo Ferreira. «O Elogio do Bem Comum» em *O Elogio do Bem Comum numa Cultura de Raiz Individualista-Contributos da Doutrina Social da Igreja*. Comissão Nacional Justiça e Paz e Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa: junho 2008), 7.

⁶² Cf. Jacques Maritain, *A pessoa e o bem comum* (Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1962), 13;

⁶³ Cf. Maritain, *A pessoa e o bem comum*, 24;

⁶⁴ Cf. Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», 155;

⁶⁵ Cf. Pato, Schmidt & Gonçalves (orgs), «Uma reflexão contemporânea acerca do Bem comum», 22;

⁶⁶ Cf. Ferreira. «O Elogio do Bem Comum», 7.

normativo – designa uma ação a cumprir – e crítico – permite o discernimento de orientações assumidas e de razões invocadas.⁶⁷

O princípio do bem comum é fundamental para o entendimento das relações sociais, quer dos indivíduos entre si, quer destes em sociedade, sendo que, quando respeitado, otimiza o convívio social, evitando o individualismo ou coletivismos seletivos e eliminatórios. Uma sociedade dificilmente persistirá se os seus membros não considerarem alcançar o bem comum, partilhável por todos. Segundo Pozzebon, a sociedade humana tem um fim, um objetivo último para a sua existência. Esse fim é o bem da sociedade, diferente do bem individual dos membros que a compõem. Esse fim é o bem comum.⁶⁸ O bem comum não existe por si, isolado do bem dos cidadãos pois é a ordem enraizada no bem-estar dos membros da sociedade.

2.1.2 – A dignidade da pessoa humana e o bem comum

A noção de dignidade humana é uma ideia que atualmente se dispõe e admite na civilização ocidental, sendo a base dos textos elementares sobre os Direitos Humanos, contudo, nem sempre assim foi. Ao longo da História é possível constatar diversos episódios onde não existiu reconhecimento pelo ser humano, como por exemplo, a escravatura predominante nas civilizações orientais, clássicas e europeias ou a 2.^a Guerra Mundial.

As primeiras referências sobre a dignidade humana remonta à Antiguidade Clássica, no entanto, é após o surgimento do Cristianismo que este valor obtém um significado e transformação maior, atravessando inúmeras mudanças até à atualidade.

Pode considerar-se que a primeira noção de dignidade humana se apresenta na Sagrada Escritura, particularmente, quando enfatiza que o Homem foi feito à imagem e semelhança de Deus: «Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança.»⁶⁹ Há aqui a referência ao ser humano como que uma divindade suprema dotada de reverência e valor, na medida em foi criado à imagem e semelhança de Deus. A dignidade humana é um património sagrado e inviolável, pois a pessoa é a imagem divina na Terra. Deus é a magnitude fundante do ser pessoal, livre e social do ser humano. Segundo Domingues, Deus, inteligência, liberdade e amor, toma a iniciativa de criar e acompanhar permanentemente, até oferecer a salvação à humanidade, pelo processo de Encarnação redentora. Deus ama infinitamente e é fiel ao projeto de encaminhar livremente os seres humanos para a felicidade.⁷⁰ Sem a Encarnação o ser

⁶⁷ Cf. Ferreira. «O Elogio do Bem Comum», 8;

⁶⁸ Cf. Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», 157;

⁶⁹ Génesis 1,26;

⁷⁰ Cf. Bernardo O. P. Domingues, «Em que consiste a dignidade da pessoa humana», *Humanística e Teologia*, n.º11 (1990): 163, <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/24527>.

humano não poderia reconhecer a grandeza a qual é chamado. É Jesus Cristo que revela o homem ao homem; sem Cristo não poderíamos reconhecer a finalidade da nossa existência.⁷¹ O valor, o significado único e imortal da pessoa tornou-se, progressivamente, uma verdade primordial da tradição judaico-cristã, onde a própria Sagrada Escritura indica que o compromisso de Deus com a Humanidade foi e é permanente.⁷² A pessoa é um reflexo do mistério de Deus. Assim, o mesmo respeito e a mesma veneração que se tem por Deus deve-se ter pela pessoa, sua imagem-representação.

Indica O'Reilly que o conceito «dignidade» se refere a um bem que apenas os seres com inteligência e liberdade possuem, onde participam dos assim chamados transcendentais, isto é, todo ser é um, é verdadeiro e é bom. Porém o ser humano possui uma bondade que chamamos de dignidade.⁷³ Dignidade é a valorização do ser humano. Pela sua condição pessoal, o ser humano transcende a sua dimensão natural e material. Qualquer tentativa de reduzir a pessoa a um nível subumano viola a sua dignidade e o seu valor. Não existe um sistema de medida para mensurar a dignidade e dizer que alguém é mais digno que o outro. A dignidade é soberana porque prevalece sobre quaisquer outros bens, interesses ou Direitos Humanos relevantes, inclusive, dentro de determinados limites, a autonomia humana. Tem um valor absoluto e inalterável, isto é, não importa as condições às quais cada ser humano é submetido, pois ele é, em qualquer contexto social, político e jurídico, digno.

A dignidade da pessoa humana consiste na sua inteligência e no seu livre-arbítrio, contudo, estas características são ordenadas à comunhão com Deus, por outras palavras, o ser humano tem inteligência e livre-arbítrio precisamente para poder entrar, estar e crescer numa comunhão com o Sumo Bem que é Deus. Entre todas as criaturas visíveis somente o ser humano é capaz disso.⁷⁴ Assim, na sua forma efetiva, a dignidade está estreitamente ligada aos valores éticos e morais, que vão desde a igualdade à proteção.

Entendendo o ser humano como feita à imagem de Deus, a pessoa humana surge na mensagem de Cristo com um valor que não pode ser agredido ou afetado. Além disso a ideia de que todas as pessoas são filhas de Deus liga diretamente a dignidade humana à fraternidade em termos universais, entre todos os seres humanos, onde quer que se encontrem e qualquer seja o tempo em que vivem. Por sua vez da dignidade da pessoa humana originam outros valores como a vida, integridade física ou a intimidade, onde com o passar dos anos se foram conformando direitos, cuja concretização exige condições específicas e impõe garantias

⁷¹ Cf. Pe. Ailbe O'Reilly, «A Dignidade da Pessoa Humana e o Bem Comum no Concílio Vaticano II», *Revista De Magistro de Filosofia*, Ano V, n.º10 (2012): 4;

⁷² Cf. Domingues, «Em que consiste a dignidade da pessoa humana», 164;

⁷³ Cf. O'Reilly, «A Dignidade da Pessoa Humana e o Bem Comum no Concílio Vaticano II», 1;

⁷⁴ Cf. O'Reilly, «A Dignidade da Pessoa Humana e o Bem Comum no Concílio Vaticano II», 2.

próprias. Já no século XX a dignidade humana volveu-se em fundamento, critério e limite do Estado que quer ser Estado de Direito.⁷⁵ A pessoa, portanto, refere-se ao bem comum, pois a sociedade, por sua vez, ordena-se à pessoa e ao seu bem, estando ambas subordinadas ao fim supremo que é Deus. Só com estes princípios se pode encontrar a luz necessária para enraizar corretamente as relações entre as esferas pública e privada, e para ultrapassar as eventuais oposições daí resultantes.⁷⁶

Numa sociedade onde as desigualdades acabam por prevalecer para satisfazer os interesses individuais e não os coletivos, surge a necessidade de apelar à dignidade da pessoa humana, em concordância com o princípio do bem comum. Entendida a ideia de dignidade da pessoa humana, é possível perceber, por sua vez, a ideia de princípio do bem comum, já que este segundo resulta do primeiro referido.

Na Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa «Responsabilidade solidária pelo bem comum», os Bispos colocam o bem comum como o horizonte de toda a vida social. A carta, procurando relembrar alguns pontos fundamentais da doutrina da Igreja sobre a sociedade, relaciona aspetos da vida cotidiana com o bem comum: a saúde, a educação, a participação na vida pública, o trabalho, a exigência ética pedida ao mercado, o papel dos meios de comunicação, a defesa do ambiente e, inclusivamente, os comportamentos na estrada. Reforça que a «dignidade da pessoa humana é um valor universal, base de todos os outros princípios orientadores da compreensão do ser humano em relação com os outros seres humanos da comunidade.»⁷⁷, onde «Pelo princípio da dignidade da pessoa humana, todos os seres humanos são iguais e solidários, todos têm o direito e o dever de participar na construção do bem comum da sociedade. Não se pode reduzir a existência humana a um mero individualismo, nem limitá-la a um simples coletivismo.»⁷⁸

Cada indivíduo deve ser compreendido na sua relação com a sociedade onde se insere, ou seja, a dignidade de cada indivíduo prevê a dignidade de todos os outros. Cada indivíduo, enquanto membro da sociedade, deve procurar salvaguardar o bem comum, nomeadamente, no interesse coletivo. Refere o Santo Padre, que «quando o coração está verdadeiramente aberto a uma comunhão universal, nada e ninguém fica excluído desta fraternidade.» (LS 92), relembrando que «Tudo está relacionado, e todos nós, seres humanos, caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada

⁷⁵ Cf. Maria da Glória Garcia, «Despertar para o Bem comum!» em *Bem comum: público e/ou privado?*, ed. Imprensa de Ciências Sociais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Lisboa: 2013), 43 – 54;

⁷⁶ Cf. Giorgio Filibeck, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II* (Cascais: Principia – Publicações Universitárias e Científicas, 2000), 110;

⁷⁷ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Responsabilidade solidária pelo bem comum», acessado a 26 de janeiro de 2023, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/responsabilidade-solidaria-pelo-bem-comum/>;

⁷⁸ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Responsabilidade solidária pelo bem comum».

uma das suas criaturas e que nos une também, com terna afeição, ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio e à mãe terra.» (LS 92)

É função das Ciências, da Filosofia e da Teologia permitir e criar perspectivas novas para penetrar o futuro de forma esclarecida e humanizada, tornando o nosso mundo cada vez mais habitável e adequado à total realização definitiva de todos. É urgente aperfeiçoar e continuar a sã tradição humanista que refletiu sobre a intencionalidade, as potencialidades, a vocação pessoal e comunitária, inerentes à estrutura humana.⁷⁹ Não se pode desconsiderar que

«[...] a noção de bem comum engloba também as gerações futuras. As crises económicas internacionais mostraram, de forma atroz, os efeitos nocivos que traz consigo o desconhecimento de um destino comum, do qual não podem ser excluídos aqueles que virão depois de nós. Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional.» (LS 159)

A vontade de viver com os outros é o fundamento do bem comum, complementando-se no viver para os outros.

2.1.3 - O bem comum na Doutrina Social da Igreja

O conceito de bem comum é uma herança que a Igreja Católica foi fortalecendo ao longo dos séculos, defendendo que, apesar da pluralidade de interesses individuais das pessoas, grupos, sociedades ou organizações, há um bem comum que a todos pode e deve pertencer, pois todos temos a mesma dignidade.

No Compêndio da Doutrina Social da Igreja, fruto do trabalho do Conselho Pontifício Justiça e Paz, de 2004, encontra-se de forma resumida, mas completa, o ensinamento social da Igreja, bem como, são tratadas diversas questões culturais e sociais que envolvem sobretudo os fiéis leigos. Os princípios da Doutrina Social da Igreja estão aí confirmados e valorizados, incitando os valores morais que devem pautar a vida social, sendo eles: O princípio do bem comum, a destinação universal dos bens, o princípio da subsidiariedade, a participação e o princípio da solidariedade e a caridade.⁸⁰ O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja, e, uma vez que a doutrina se destina a orientar o

⁷⁹ Cf. Domingues, «Em que consiste a dignidade da pessoa humana», 154;

⁸⁰ Cf. Conselho Pontifício Justiça e Paz, «Compêndio da Doutrina Social da Igreja», acessado a 26 de janeiro de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

comportamento das pessoas, levará cada uma delas, como consequência, ao empenho pela justiça, segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais.⁸¹ Quando anuncia o Evangelho à sociedade, a Igreja deseja atualizar no decurso da história aquela que é a mensagem de Jesus Cristo, procurando assim contribuir para a construção do bem comum. Todos os princípios da Doutrina Social da Igreja têm um carácter universal e elementar, sensibilizando para a realidade social na sua totalidade.

Neste enquadramento, abordar-se-á em seguida a evolução do conceito de bem comum à luz da Doutrina Social da Igreja, acompanhando os principais documentos do Magistério e o pensamento dos Papas, a partir de Leão XIII.

- Papa Leão XIII (1878-1903)

Desde os primórdios, que a questão social é uma área de reflexão e de ação da Igreja Católica. A carta encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891, representa um marco no que a esta temática diz respeito, sendo considerada como o primeiro documento verdadeiramente constitutivo do que hoje se entende como Doutrina Social da Igreja. Segundo Sardica, por Doutrina Social da Igreja compreende-se o discurso ou conjunto de ideias e ensinamentos com que a hierarquia eclesiástica se pronuncia acerca dos desafios e problemas levantados pelas sociedades humanas.⁸² Tornou-se um instrumento essencial para o amadurecimento da fé, ajudando o cristão a interpretar melhor a realidade e a construir uma opinião. Em suma, a Doutrina Social da Igreja é um conjunto dinâmico e crescente de ensinamentos que orientam os cristãos perante as questões colocadas pelo contexto social, político, económico e cultural contemporâneo, procurando também orientar práticas concretas.⁸³ Desde a *Rerum Novarum* (RN) em diante, a Igreja encontrou assim uma forma de se posicionar perante problemas que são sobretudo sociais.⁸⁴ A partir desta encíclica, a Igreja Católica articulou numa doutrina coerente o conjunto dos princípios morais inclusos na Revelação e desenvolvidos pelo Magistério no desenrolar da história; esta doutrina social oferece os critérios morais para a decisão e a ação na vida pessoal, familiar e social, apresentando ainda a visão integral do Homem, a sua dignidade intrínseca, a sua natureza espiritual e o seu destino último.⁸⁵

⁸¹ Cf. Filibeck, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, 58;

⁸² Cf. José Miguel Sardica, «O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*», *Didaskalia*, n.ºXXXIV (2004): 6, <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19679/1/V03402-003-055.pdf>;

⁸³ Cf. Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», 150;

⁸⁴ Cf. Sardica, «O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*», 8;

⁸⁵ Cf. Filibeck, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, 113.

No século XIX, perante a pobreza gerada pela industrialização, a Igreja percebeu que tinha que procurar um novo lugar no mundo, pois a nova realidade exigia, além de uma forma diferente de tratar os problemas, um método diferente de compreender e abordar a questão social. Face a esta conjuntura, a encíclica *Rerum Novarum* propõe os seguintes princípios: a primazia da pessoa sobre as coisas; relativização das riquezas e do bem-estar terrenos ao fim e a felicidade eternas da pessoa; o direito de todos à propriedade como instrumento de promoção humana e garantia da responsabilidade e autonomia pessoais; o direito de associação; a vocação de todos para a construção de uma sociedade fundada sobre justiça, fraternidade e amor recíproco. Defende ainda que o papel da Igreja no Estado, o lugar da iniciativa individual e das associações, são articuladas pelo papa no sentido do respeito tanto dos direitos e dos deveres dos indivíduos como do bem comum da sociedade.⁸⁶

Em suma, a encíclica reflete preocupação perante o impacto dos conflitos políticos no campo económico, e consequentemente, no campo social. Assim, propõe medidas para melhorar a condição dos operários, insistindo pela dignidade, respeito aos trabalhadores e o bem comum, pois a «razão formal de toda a sociedade é uma e comum a todos os seus membros, grandes e pequenos. Os pobres, com o mesmo título que os ricos, são por direito natural, cidadãos.» (RN 24) Por conseguinte, «ainda que todos os cidadãos, sem exceção, devam contribuir para o conjunto dos bens comuns, os quais, aliás, por uma circulação natural, se repartem de novo entre os indivíduos, todavia as contribuições respectivas não podem ser as mesmas, nem de igual medida.» (RN 25) Quem mais tem deve, portanto, gerir em ordem ao bem comum, ajudando os mais necessitados, num espírito fraterno. As sociedades para funcionarem de forma pacífica precisam de instituir consensos que transponham os interesses imediatos dos indivíduos, sendo o bem comum o elemento basilar, onde se procura assim harmonizar os diferentes interesses existentes a favor desse mesmo.

A *Rerum Novarum* nunca pretendeu ser a solução definitiva para a conflitualidade no mundo socio-laboral. O seu propósito era diagnosticar os males da sociedade e as perversidades do sistema industrial, oferecendo uma leitura sobre a «questão social» e um contributo para a sua resolução.⁸⁷ É uma tomada de posição da Igreja sobre uma questão/situação concreta, numa época e num contexto próprio. Este documento continua, em tantos aspetos, extremamente atual. A noção de bem comum está presente em diversos momentos desta encíclica, mas não recebe um tratamento muito rigoroso, pois, são utilizadas, até, várias

⁸⁶ Cf. Peter Stilwell (coord), *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*, (Lisboa: Editor Rei dos Livros, 1987), 34;

⁸⁷ Cf. Sardica, «O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*», 38;

expressões substitutivas para a sua designação, como por exemplo interesse comum, bem público ou salvação comum e particular.⁸⁸

- Papa Pio XI (1922-1939)

Quarenta anos depois da publicação da *Rerum Novarum*, em 1931, o Papa Pio XI publicou a encíclica *Quadragesimo Anno*, num momento onde se atravessava uma crise económica e social, na medida em que existia uma grande concentração do poder por parte do capitalismo liberal que não só explorava o trabalho, bem como, procurava dominar o Estado. Mais do que uma simples comemoração da «magistral encíclica de Leão XIII», com a *Quadragesimo Anno* estamos perante uma intervenção num momento crucial do desenvolvimento do mundo industrializado, quando o desânimo e o sofrimento de multidões abriam caminho a soluções totalitárias e de ditadura, contrárias ao sentido cristão da vida em sociedade. Com a degradação das condições de vida dos trabalhadores as sociedades começaram a dividir-se.⁸⁹ Assim, Pio XI procurou conquistar dois objetivos: eliminar o conflito entre os católicos e dar um impulso aos movimentos sociais de inspiração católica; e oferecer uma nova ordem à sociedade, além do capitalismo liberal e do coletivismo, designadamente nas suas formas mais ditatoriais.

Durante toda a encíclica o Papa faz vários apelos à justiça social, bem como, alude várias vezes ao bem comum e à paz como princípios da justa distribuição. Afirma que é indispensável a reforma das instituições, principalmente o Estado. Estabelece princípios de coesão que servirão de garantia de uma verdadeira ordem social. Na encíclica o conceito bem comum é utilizado com uniformidade e sem termos substitutos, contudo, não é apresentada uma definição clara do conceito, nem as contribuições significativas para a sua determinação. O termo é utilizado de forma bastante formal e designado por «exigências do bem comum» ou «normas do bem comum», e em alguns casos surge ao lado de «justiça social».⁹⁰ Podem apontar-se como inovações ao nível da Doutrina Social da Igreja os seguintes assuntos: a recomendação de uma distribuição mais equitativa da riqueza; a proposta de uma maior integração dos trabalhadores nas suas empresas mediante a participação nos lucros ou na gestão; a explicitação do Princípio da Subsidiaridade e a dinamização da vida associativa.⁹¹

Em certa medida, a *Quadragesimo Anno* e a *Rerum Novarum* são encíclicas que têm o mesmo objeto, que são idênticas nos princípios fundamentais e, de certo modo, apresentam as

⁸⁸ Cf. Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», 160;

⁸⁹ Cf. Stilwell (coord), *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*, 69;

⁹⁰ Cf. Pozzebon, «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja», 161;

⁹¹ Cf. Stilwell (coord), *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*, 70.

mesmas soluções práticas. De facto, a *Quadragesimo Anno* é mais rica em aplicações concretas, podendo assim considerar-se um complemento a *Rerum Novarum*. O que surge de novo na *Quadragesimo Anno* deve-se, principalmente, à nova organização económica que o mundo oferecia naquele tempo.

- Papa João XXIII (1958-1963)

A 15 de maio 1961, o Papa João XXIII publica a carta encíclica *Mater et Magistra*, celebrando o septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum* e o trigésimo aniversário da *Quadragesimo Anno*. No intuito de estabelecer ligações com o passado, testemunhando que se integra numa longa tradição de ensino, neste caso sobre questões sociais, João XXIII começa por afirmar que retoma as orientações tradicionais à luz das novas circunstâncias. Contudo, esta encíclica marcou uma rutura decisiva com o passado, especialmente na atitude em relação ao Estado.⁹² A carta encíclica *Mater et Magistra* (*MM*), pode ser considerada como um documento de transição, inaugurando uma nova fase na Doutrina Social da Igreja, que virá a ser consolidada no Concílio Vaticano II. Ao nível da vida eclesial, foi este o Papa que convocou e iniciou o Concílio Vaticano II, cabendo ao seu sucessor, Paulo VI, a obra de o continuar e encerrar.

A prossecução do bem comum é atualmente indissociável da globalização e tem uma dimensão internacional, sendo, de alguma forma, posta em relevo pela primeira vez por João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra*. Referiu-se a um *commune cunctarum bonum*, que exige consequentemente uma solidariedade universal dos povos.⁹³ Nesta encíclica o Papa considerava que o estado devia assumir um papel mais ativo na vida nacional, como por exemplo, no controlo sobre as grandes empresas, na intervenção mais alargada na resolução de problemas sociais e ainda considerava que deveria ter propriedades em nome do bem comum.⁹⁴ João XXIII destaca as desigualdades entre ricos e pobres e expõe uma lista de exigências do bem comum nacional e internacional (*MM* 79-80) que devem servir de elemento ponderativo quando se avalia o nível do rendimento e remuneração razoável dos trabalhadores, procurando um equilíbrio e a harmonia com o bem comum. (*MM* 78)

Ainda no seu papado, João XXIII escreve a encíclica *Pacem in Terris* (*PT*), em 1963, no decurso do Concílio Vaticano II. A paz surge, nesta encíclica, como uma questão social, realçada pela dignidade humana e pela temática do respeito pelos direitos da pessoa. São

⁹² Cf. Stilwell (coord), *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*, 115;

⁹³ Cf. Ferreira. “O Elogio do Bem Comum” in Comissão Nacional Justiça e Paz, “O Elogio do Bem Comum numa Cultura de Raiz Individualista-Contributos da Doutrina Social da Igreja”, 15;

⁹⁴ Cf. Stilwell (coord), *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*, 21.

abordados os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos povos, sobretudo, a sua relação com a justiça social, com a solidariedade e com a participação de todas as nações nos problemas mundiais. Pela primeira vez, surge uma encíclica destinada não apenas à Igreja e aos cristãos, mas «a todas as pessoas de boa vontade.» Há a procura de uma convivência entre os seres humanos bem constituída, que só poderá ser fecunda e respeitadora da dignidade humana se fundada sobre a verdade. (PT 35) Defende o Papa João XXIII que esta convivência só se obterá se cada um reconhecer devidamente tanto os próprios direitos, quanto os próprios deveres para com os demais (PT 35), da mesma forma que,

«A comunidade humana será tal como acabamos de a delinear, se os cidadãos, guiados pela justiça, se dedicarem ao respeito dos direitos alheios e ao cumprimento dos próprios deveres; se se deixarem conduzir por um amor que sinta as necessidades alheias como próprias, fazendo os outros participantes dos próprios bens; e se tenderem todos a que haja no orbe terrestre uma perfeita comunhão de valores culturais e espirituais. Nem basta isso. A sociedade humana realiza-se na liberdade digna de cidadãos que, sendo por natureza dotados de razão, assumem a responsabilidade das próprias ações.» (PT 35)

Atenta o Papa que todo o cidadão e todos os grupos intermediários devem contribuir para o bem comum, ajustando os próprios interesses às necessidades dos outros (PT 53), não esquecendo que as características étnicas de cada povo devem ser consideradas como elementos do bem comum, tendo sempre em conta a pessoa humana (PT 55).

- Concílio Vaticano II

É na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo atual, do Concílio Vaticano II, que a noção de bem comum ganha um espaço central na Doutrina Social da Igreja. O Concílio Vaticano II surge num momento de alguma tensão na Igreja Católica, contudo, procura dar respostas à modernidade. Independentemente do que possa significar modernidade e a sua aplicação à época em questão, pode considerar-se, ainda que de forma muito vaga, uma época de rutura em relação a uma determinada modalidade de compreensão e de prática da relação entre Igreja e mundo.⁹⁵ O desafio da *Gaudium et Spes* (GS), acabou por ser complexo, pois implicava uma leitura cuidada, com instrumentos de análise fidedignos, perante uma

⁹⁵ Cf. João Manuel Duque. «*Gaudium et Spes*: Igreja e mundo», *Revista Theologica*, nº 48. 2ª série – Fasc. 2 (2013): 300, <https://doi.org/10.34632/theologica.2013.2473>.

cultura em permanente mudança.⁹⁶ A definição de bem comum na *Gaudium et Spes* surge duas vezes. A primeira, no 2.º capítulo - A comunidade humana, onde menciona explicitamente a «Promoção do bem comum»:

«A interdependência, cada vez mais estreita e progressivamente estendida a todo o mundo, faz com que o bem comum — ou seja, o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição — se torne hoje cada vez mais universal e que, por esse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana». (GS 26)

No 4.º capítulo, dedicado à vida da comunidade política, surge novamente a referência ao bem comum, quando o documento trata da «Natureza e fins da comunidade política». Aí se reconhece a insuficiência da sociedade civil para alcançar a plenitude da vida humana, se não houver respeito pelo bem comum, reforçando que o bem comum «compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.» (GS 74) Mais elementos surgem ligados ao bem comum na *Gaudium et Spes*, como por exemplo, a necessidade de educar para o bem comum, com o propósito de formar pessoas capazes de compreender as inevitáveis necessidades da vida social, assumir as exigências multiformes da solidariedade humana e ainda estimular a vontade de tomar parte nos empreendimentos comuns, louvando o modo de agir das nações em que a maior parte dos cidadãos participa, com verdadeira liberdade, nos assuntos públicos. (GS 31). Há nestas referências uma harmonia com as apresentadas em documentos papais anteriores, no entanto, surgem novos avanços nas propostas de âmbito global, desafiando os sistemas jurídicos dos diversos países a criar condições para o pleno desenvolvimento das pessoas.

Em suma, com a *Gaudium et Spes* pretende cultivar nos cidadãos o amor à pátria, mas com espírito aberto, procurando o bem comum de toda a família humana que inclui diferentes raças, povos e nações, unidos por diversos laços. Pede que os cristãos tomem consciência da missão particular e própria que têm na comunidade política devendo, portanto, brilhar, pelo exemplo, desenvolvendo em si o sentido das responsabilidades e da devoção ao bem comum, mostrando, assim, como se pode harmonizar a autoridade com a liberdade e a iniciativa pessoal com a solidariedade.⁹⁷ Não excluir ninguém e respeitar todos os seres humanos e culturas

⁹⁶ Cf. Duque, «*Gaudium et Spes*: Igreja e mundo», 302;

⁹⁷ Cf. Filibeck, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, 131.

surgem, na *Gaudium et Spes*, como suporte do diálogo com a modernidade, onde o bem comum é o que guia para a vida em comunidade.

- Papa Paulo VI (1963-1978)

Quinze meses após a *Gaudium et spes* é publicada a carta encíclica *Populorum Progressio* (PP), do Papa Paulo VI, «Sobre o desenvolvimento dos povos» a 26 de março de 1967. Nesta encíclica a questão social surge com uma abordagem especificamente mundial, onde há o apelo à ação, pois as «iniciativas locais e individuais já não bastam» (PP 13). Reforça Paulo VI que «a situação presente do mundo exige uma ação conjunta a partir de uma visão clara de todos os aspetos económicos, sociais, culturais e espirituais.» (PP 13) No que concerne ao bem comum, este surge como forma de cooperação entre os povos e na vontade de paz. (PP 21) Para o Santo Padre:

«O bem comum exige, pois, em alguns casos, a expropriação, quando certos domínios levantam obstáculo à prosperidade coletiva, pelo facto da sua extensão, do seu aproveitamento fraco ou nulo, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país.» (PP 24)

Paulo VI propõe a resistência pacífica como revolta contra a tirania, porque quando são atacados os direitos fundamentais da pessoa humana e se prejudica o bem comum do país, geram-se novas injustiças, novos desequilíbrios, novas ruínas. (PP 31) A sociedade tem de ser um lugar de encontro, de esperança e de paz, onde o bem comum é um princípio que garante as instâncias da dignidade humana. Na 2.º parte da encíclica, no terceiro capítulo – A caridade universal, onde refere que o desenvolvimento é o novo nome da paz, reforça que «combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover, com o bem-estar, o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade.» (PP 76)

- Papa João Paulo II (1978-2005)

Em 1978 é eleito como Papa, João Paulo II, que dedicou sempre especial atenção às questões sociais, e que singularmente evidenciou em tão diversos documentos e intervenções.

Perante uma época de mudanças políticas, sociais, culturais e económicas, a encíclica *Redemptor Hominis* (RH) é a primeira da autoria do Papa João Paulo II, onde o Pontífice expõe qual o caminho que o seu pontificado irá seguir. Mediante a sua visão antropológica cristã, João Paulo II salienta a união de Cristo com o Homem e com a humanidade, onde Cristo pretende

alcançar cada pessoa como indivíduo, para que cada um possa construir o seu próprio caminho. Cristo é o verdadeiro caminho para a salvação e só chegamos a Deus Pai por seu intermédio. Segundo Brito, a conceção antropológica do Papa enraíza na noção bíblica de criação: o Homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, pelo que tem um lugar central na criação.⁹⁸ Tal não significa um antropocentrismo.

A relação do Homem com a Terra, com as coisas, faz parte da sua própria natureza e ao agir, o homem está a cumprir um mandamento que lhe foi dado, está a viver a sua vocação. A missão dada por Deus de dominar a Terra dirige-se a todos os Homens, pelo que a Terra pertence a todos.⁹⁹ No capítulo «O Homem remido e a sua situação no mundo contemporâneo», o Santo Padre reforça que «a Igreja sempre tem ensinado o dever de agir pelo bem comum», aludindo de que o dever primordial do poder é cuidar do bem comum, pois o «bem comum que a autoridade no Estado serve, será plenamente realizado somente quando todos os cidadãos estiverem seguros dos seus direitos». (RH 17) Ou seja, o bem comum consiste, em primeiro lugar, na defesa e promoção dos Direitos Humanos, e João Paulo II esteve, ao longo do seu pontificado, comprometido com os Direitos Humanos, facto constatado pelo conteúdo das suas encíclicas, exortações, discursos, entrevistas, homilias e outros documentos.

Perante tantas publicações, há espaço para destacar a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* e a encíclica *Centesimus Annus*, no que à temática do bem comum diz respeito. A *Sollicitudo Rei Socialis* (SRS), considerada uma das encíclicas mais reveladoras das preocupações sociais de João Paulo II, é dedicada ao tema do desenvolvimento dos povos, tendo sempre em vista o bem comum. Quando se fala em desenvolvimento há que ter em conta que desenvolvimento leva à produção de bens e, na medida em que esses bens satisfazem necessidades humanas, são humanizantes, abrem os horizontes e são um dom de Deus, não podendo ser apenas económico.¹⁰⁰ O desenvolvimento deve respeitar os Direitos Humanos, incluindo os direitos dos povos e nações, porque há uma conexão intrínseca de carácter moral entre desenvolvimento e Direitos humanos.¹⁰¹ Para este desenvolvimento, o que deve guiar as nações «não se pode justificar senão com a possibilidade e a vontade de contribuir, ampla e generosamente, para o bem comum» (SRS 23), pois existe uma interdependência moral e social, que apela à solidariedade como resposta. (SRS 38). Relativamente à solidariedade:

⁹⁸ Cf. José Henriques Silveira de Brito, «Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II», *Theologica*, 2ª Série, n.º 38, 2 (2003): 344, <https://doi.org/10.34632/theologica.2003.10606>;

⁹⁹ Cf. Brito, «Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II», 345;

¹⁰⁰ Cf. Brito, «Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II», 354;

¹⁰¹ Cf. Brito, «Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II», 355.

«Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.» (SRS 38)

A encíclica *Centesimus Annus* (CA) é publicada como comemoração do centenário da *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, e João Paulo II revê os grandes temas da primeira encíclica social e analisa a realidade do mundo atual, mais concretamente, o contexto de 1991. Destaca a essência da Doutrina Social da Igreja na defesa das injustiças socioeconómicas e na condenação da exploração dos do ser humano, sobretudo no facto de nem sempre serem respeitados os direitos fundamentais do ser humano mesmo em estados democráticos «que às vezes parecem ter perdido a capacidade de decidir segundo o bem comum». (CA 47) Há referência à multiplicidade de culturas, com referência ao facto de Para existir uma adequada formação de determinada cultura é precisa a participação de todo o ser humano, que aí investe as suas capacidades, bem como, o seu sentido de «sacrifício pessoal, de solidariedade e disponibilidade para promover o bem comum». (CA 51)

- Papa Bento XVI (2005-2013)

A 19 de abril de 2005, é eleito o Papa Bento XVI, após a morte de Sua Santidade João Paulo II, num período de profundas mudanças sociais, juntamente com o fenómeno da globalização e a crise do mundo financeiro. Perante esta conjuntura, a Doutrina Social da Igreja para o século XXI viu-se obrigada a reorganizar-se, procurando uma nova forma de enfrentar as adversidades. A liberdade, a justiça e a segurança, com base nos princípios morais de dignidade e respeito pelos Direitos Humanos e em vista o bem comum, eram valores essenciais a ser promovidos. A carta encíclica *Caritas in Veritate* (CV), foi publicada em 2009, abordando vários aspetos do desenvolvimento integral à luz da caridade na verdade, tendo sempre como base a questão da justiça e do bem comum. A propósito do bem comum, diz Bento XVI:

«Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum. É o bem daquele «nós-todos», formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Não é um bem procurado por si mesmo, mas para as pessoas que fazem parte da comunidade social e que, só nela, podem realmente e com maior eficácia obter o próprio bem. Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade. Comprometer-se pelo bem comum é, por

um lado, cuidar e, por outro, valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social, que deste modo toma a forma de pólis, cidade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas necessidades reais. Todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na pólis.» (CV 7)

É aqui amplamente descrito o conceito, facto que o distingue relativamente aos seus antecessores, que não se preocuparam tanto em o discriminar e detalhar. São feitas ainda várias referências ao bem comum relacionadas com as questões económicas levantadas no início século XXI. A este respeito, Bento XVI defende que o sistema económico e a atividade económica se devem saber colocar ao serviço do bem comum, quer ao nível nacional, como ao nível mundial, não esquecendo que quando o lucro não tem como «fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza.» (CV 21) No capítulo VI - Desenvolvimento dos povos e a técnica, reforça que o «desenvolvimento é impossível sem homens retos, sem operadores económicos e homens políticos que sintam intensamente nas suas consciências o apelo do bem comum» (CV 71), bem como, sem a consideração sobre «o bem espiritual e moral das pessoas, consideradas na sua totalidade de alma e corpo.» (CV 76)

Neste breve percurso pelos documentos papais, constatou-se que, no âmbito da Doutrina Social da Igreja, é a encíclica *Rerum Novarum* que dá início a um caminho de reflexão social mais profunda, contudo, «a solicitude social certamente não teve início com tal documento, porque a Igreja jamais deixou de se interessar pela sociedade».¹⁰² Os dois grandes pilares de uma visão cristã do bem comum são: o destino universal dos bens da Terra, exaltando os pobres e advertindo com severidade os ricos, e a comunhão que o bem simultaneamente significa e realiza, na medida em que a comunhão não é apenas o espaço próprio da igualdade, sendo também a liberdade que só a lei estabelece e o direito protege.¹⁰³

Em síntese, reitera-se que o propósito da Doutrina Social da Igreja é orientar atitudes, comportamentos e ações, não só a nível individual como também coletivo. Ao serem percorridos estes pontificados, constatou-se que a visão da Doutrina Social da Igreja deixou de se focar num espaço local para se alargar às fronteiras de todo o mundo, em diálogo com todos. A Igreja Católica tem como algo importante e urgente a construção de estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos Direitos Humanos e menos escravizadoras, mas está

¹⁰² Conselho Pontifício Justiça e Paz, «Compêndio da Doutrina Social da Igreja», 87;

¹⁰³ Cf. Ferreira. “O Elogio do Bem Comum” in Comissão Nacional Justiça e Paz, “O Elogio do Bem Comum numa Cultura de Raiz Individualista-Contributos da Doutrina Social da Igreja, 13.

consciente de que se não existir uma conversão do coração, facilmente as melhores estruturas ou sistemas se tornam desumanos.¹⁰⁴

O bem comum acarreta valores essenciais, desde o respeito, a justiça ou a liberdade, caminhando sempre no sentido de promover condições de vida digna e de qualidade para todos, pressupondo sempre que todos são iguais e merecem receber a dignidade de filhos de Deus. Conforme indica o Compêndio da Doutrina Social da Igreja:

«As exigências do bem comum derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais. Essas exigências referem-se, antes de mais, ao empenho pela paz, à organização dos poderes do Estado, a uma sólida ordem jurídica, à salvaguarda do ambiente, à prestação dos serviços essenciais às pessoas, alguns dos quais são, ao mesmo tempo, direitos do homem: alimentação, morada, trabalho, educação e acesso à cultura, saúde, transportes, livre circulação das informações e tutela da liberdade religiosa.»¹⁰⁵

É no âmbito da inovação social que a Igreja se deve situar, não só através duma proposta doutrinal capaz de dialogar com as novas problemáticas socioeconómicas, mas, sobretudo, pela sua presença e agir social pertinente e de retaguarda, que sempre revelou ao longo da História. Falar de bem comum é sempre atual, especialmente nos tempos que correm, onde a procura pelo poder e pelo lucro dominam as relações entre as pessoas e os povos.

¹⁰⁴ Cf. Filibeck, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, 50;

¹⁰⁵ Conselho Pontifício Justiça e Paz, «Compêndio da Doutrina Social da Igreja», 166.

2.2 - A Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco

A carta encíclica *Laudato Si'*, onde o Papa Francisco pretende «entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum» (LS 3), católicos ou não, surge como um apelo a agir de forma diferente, apresentando sérias preocupações com a degradação ambiental, o aquecimento global, os problemas sociais que daí advém, mas também apresenta muitas das respostas que são fundamentais para os nossos dias. Está dividida em seis capítulos, sendo eles: 1) O que está a acontecer à nossa casa; 2) O Evangelho da Criação; 3) A raiz humana da crise ecológica; 4) Uma ecologia integral; 5) Algumas linhas de orientação e ação; 6) Educação e espiritualidade ecológicas.

O Papa procura compreender os problemas da degradação da Terra a partir da realidade contemporânea de forma ampla e interdisciplinar, analisando as causas fundamentais desses problemas. A carta encíclica é um convite ao ser humano para ser o verdadeiro protagonista de alternativas socialmente mais dignas, justas, éticas e ecologicamente sustentáveis, procurando uma conversão ecológica.

O grande conceito em destaque da *Laudato Si'* é a ecologia integral, na medida em que este nos remete para o facto de estar tudo interligado, onde, infelizmente, o ambiente humano e o ambiente natural se degradam em conjunto;

«[...] e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do Planeta: «Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres.» (LS 48)

Uma das grandes mensagens é também o facto de ser preciso agir perante a cultura do descartável, e sobre esta problemática, indica Marujo que a utilização da natureza como capital fazem com que as atividades socioambientais fiquem cada vez mais vulneráveis às determinações do mercado, onde há primazia pelo lucro a qualquer custo, condição insustentável. Para existir reconhecimento do valor e da dignidade da criação, é preciso sabedoria em usar e cuidar, sustentavelmente, a «casa comum». Assim, a esperança está na propagação de uma cultura sustentável para toda família humana e na construção de um mundo

socialmente mais justo, religiosamente mais respeitoso e ecologicamente mais sustentável.¹⁰⁶ Defendem Oliveira & Lima, que é necessário uma efetiva pedagogia cristã que eduque eticamente as novas gerações contra o consumo descontrolado, que muitas vezes leva ao supérfluo, sustentando uma competição pouco saudável e criando escravos das novas tecnologias, como por exemplo, os telemóveis que são trocados a cada modelo novo que vai chegando ao mercado.¹⁰⁷

Perante este cenário constata-se alguma oposição à alteração de comportamentos, assim como, a «fraqueza da reação política internacional»:

«A submissão da política à tecnologia e à economia demonstra-se na falência das cúpulas mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos.» (LS 54)

É preciso refletir e agir sobre estas questões, uma vez que a sensibilidade para compreender a vulnerabilidade e a fragilidade que existe na sociedade e na natureza torna-se um fator estratégico para o desenvolvimento, sendo necessário promover uma solidariedade socioambiental, uma vez que os mais afetados geralmente são os menos providos de recursos.¹⁰⁸ Há assim um apelo para que as conferências ambientais internacionais tenham mais efeitos reais, uma vez que os países mais ricos não deixaram de privilegiar os seus interesses, o que tem vindo a resultar num aumento das mudanças climáticas cujos efeitos são sentidos nos países pobres, devido à falta de recursos para amenizá-los.¹⁰⁹

A crise ecológica atual está a descaracterizar a criação, afetando a ética e a dignidade humana, bem como, prejudicando os seres humanos e não humanos, sobretudo, perante tamanha incongruência com o consumo excessivo.¹¹⁰ Conforme refere Santos, o Papa, tal como a Igreja, não são uma instância científica nem falam de métodos e teorias da ciência. No entanto, como a humanidade ultrapassa a atual crise ecológica e como, por meio da mística cristã e do

¹⁰⁶ Cf. Marcelo Pereira Marujo, «*Laudato Si'*: Um Presente para o Planeta», *Fluxos & Riscos – Revista de Estudos Sociais*, 4, Vol. 5 (2019): 120, <https://doi.org/10.31750/fr1801r01>;

¹⁰⁷ Cf. Carmo Bráz de Oliveira e Adriano Sousa Lima, «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», *Caderno Intersabere*, 19, vol.9 (2020): 16, <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1449>;

¹⁰⁸ Cf. Marujo. «*Laudato Si'*: Um Presente para o Planeta», 122;

¹⁰⁹ Cf. Oliveira e Lima. «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 13;

¹¹⁰ Cf. Marujo. «*Laudato Si'*: Um Presente para o Planeta», 120.

avanço dos debates ético-humanísticos, poderá haver uma saída para esta crise, há esperança nas palavras do pontífice sendo estas uma orientação segura para a vida e para o cotidiano.¹¹¹

Na *Laudato Si'*, há um convite à reflexão sobre o ensinamento bíblico da criação, relembando que a ciência e a religião, embora tenham diferentes abordagens da realidade, podem entrar em diálogo. Este diálogo deve encaminhar para um maior cuidado com a natureza, para a defesa dos pobres e construção de uma rede de respeito e fraternidade, em prol do bem comum e em detrimento do individualismo que cria uma massa de excluídos.¹¹² Sua Santidade, no seguimento do pensamento dos seus antecessores, atenta para os riscos intimamente ligados ao paradigma tecnocrático e ao relativismo teórico e prático, contudo, não se apresenta com a mesma preocupação doutrinal. Refere Bakker que a maior preocupação do Papa Francisco, antes de tudo, é pastoral e espiritual.¹¹³

Há uma urgência que é revelada e que não pode ser negligenciada: a responsabilidade, aliada a um manifesto de não resignação e de não passividade. O mundo é bom, por isso Deus fez e quer uma criação harmoniosa, e nesse sentido o ser humano é chamado a participar neste projeto originário de Deus. Uma adequada antropologia deverá, por um lado, conduzir à descoberta do verdadeiro lugar do ser humano na criação, o qual deve ser entendido no «sentido de administrador responsável» (LS 116), e, por outro lado, reconhecer, em simultâneo, o carácter particular do ser humano no conjunto da criação e a sua relação com o meio ambiente e os outros seres vivos, obra e criaturas de Deus. Indicam Oliveira & Lima que, Deus, Pai e Senhor de toda a criação, protege-a e cuida dela, agindo com carinho, com amor, porque Deus é amor, é misericordioso, de infindável e inexplicável misericórdia. Por isso, convém ao ser humano o louvor, como o próprio nome da encíclica expressa, «Louvado Seja».¹¹⁴ A palavra de Deus leva o ser humano a perceber a realidade que clama uma ação profética, de anúncio e denuncia. O anúncio do Deus da criação, que coloca nas nossas mãos o cuidado da casa comum; e a denúncia da sua destruição.¹¹⁵

Segundo Santos, o Papa explica que, não importa o credo religioso ou a não existência desse credo, o fato é que todos os seres humanos estão ligados ao planeta Terra. O Planeta é a «nossa casa comum» e, por isso, o ser humano tem responsabilidade ética e fundamental para preservá-lo. A par disto, demonstra que o ser humano, justamente por ser filho e imagem de

¹¹¹ Cf. Iveraldo Santos. «Ensino Religioso e a Questão Ambiental: A perspectiva da *Laudato Si'* do Papa Francisco», *Revista Contemplação*, 13 (2016): 140, <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/111>;

¹¹² Cf. Oliveira e Lima. «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 16;

¹¹³ Cf. Nicolau João Bakker, «*Laudato Si'*: rumo a uma nova antropologia», *Revista Eclesiástica Brasileira*, 301, vol. 76 (2016): 159;

¹¹⁴ Cf. Oliveira e Lima. «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 12;

¹¹⁵ Cf. Oliveira e Lima. «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 12.

Deus, tem o dever místico e ético de cuidar da casa comum. Com estas questões o Papa, mesmo sem ter sido a sua intensão, inaugura uma nova era de relações interdisciplinares entre o ensino religioso e a educação ambiental.¹¹⁶ A educação ambiental passa a ser uma necessidade para a conversão ecológica, porque pode possibilitar mudanças de hábitos e costumes com a finalidade de converter atitudes insustentáveis em atitudes sustentáveis. São as pequenas ações que podem, pensando numa grande rede, promover mudanças cotidianas, onde prevaleça a união e o consenso para a proteção da casa comum, sempre com a intenção de diminuir as diferenças em prol do bem comum, ou seja, favorecer a integração de raças, crenças e etnias para lutar na procura de consenso para cuidar desta nossa casa tão degradada.¹¹⁷

Pode considerar-se a carta encíclica *Laudato Si'* como um belo instrumento educativo, no sentido de tomarmos consciência desta visão integral da vida, servindo esta como um guião que o Papa oferece para serem trilhados caminhos comuns de progresso sustentável, na consciência de que o que recebemos de outros também o transmitiremos aos outros. A proposta da *Laudato Si'* é prática: ver, julgar e agir. Apresenta novos desafios para a educação, que se pretende capaz de responder aos reptos do mundo atual, capaz de preparar melhor homens e mulheres, não apenas do ponto de vista cognitivo, mas do ponto de vista do ser pessoa. Para isso, é importante que exista o contributo do ensino religioso, e neste caso concreto, da disciplina de EMRC, que procura ajudar os alunos na educação para o ser e para a busca de sentido para a existência humana.

2.2.1 - Raiz humana da crise ecológica

As graves consequências da atual crise ecológica podem ser ambientais, sociais e morais. Posto isto, é preciso reconhecer a raiz humana da crise ecológica, que passa pelo paradigma tecnocrático e pelo excesso antropocêntrico (o ser humano como centralidade comparativamente a tudo o resto). Na encíclica, o Papa reconhece a importância e o contributo da tecnologia, mas alerta para a possibilidade de, através da mesma tecnologia, se destruir a natureza e de se explorar o ser humano. Vivemos num século de gigantescas mudanças, associadas à evolução tecnológica e ao seu poder. Sem dúvida que é um enorme progresso, no sentido em que facilita muito a comunicação e o trabalho do ser humano, melhorando a qualidade de vida das populações em todos os sentidos. Tudo isto confere poder à humanidade, no entanto é preciso atentar que esse poder é utilizado de forma equilibrada, acompanhado de

¹¹⁶ Cf. Santos, «Ensino Religioso e a Questão Ambiental: A perspetiva da *Laudato Si* do Papa Francisco», 151;

¹¹⁷ Cf. Marujo, «*Laudato Si*: Um Presente para o Planeta», 122.

responsabilidade, valores e consciência. (LS 105) Relativamente ao paradigma tecnocrático, o autor Zampieri indica que:

«O ser humano é um perigo para si mesmo quando se pretende totalmente autônomo e sem “uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contenham dentro de um lúcido domínio de si” (n. 105). A questão é que a tecnologia parece não se importar com valores e ela mesma assume o caráter de fim, dominando tanto a economia quanto a política (n. 109), deixando rastros de destruição do meio ambiente e exclusões sociais em nome do lucro, da “maximização dos ganhos» e do «crescimento infinito ou ilimitado” (n.106). E se engana quem supõe que a tecnologia seja neutra e possa ser usada somente como meio. Ela impõe um estilo de vida em que o sujeito se torna objeto, ficando refém do que ele mesmo criou.»¹¹⁸

Conforme assinala o Pontífice, a crise ecológica poderá ser resolvida com «um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que se oponham ao avanço tecnocrático.» (LS 111) É o domínio tecnocrático que conduz à destruição da natureza e à exploração das pessoas, especificamente as que pertencem a populações mais vulneráveis.

Nos tempos que correm, assiste-se a um notável excesso antropocêntrico, onde o ser humano se coloca no centro de tudo e acaba por dar prioridade aos seus interesses, muitas vezes duvidosos. No entanto, o ser humano não é o centro, o centro é a criação, sendo esta um todo que se relaciona, constituindo uma rede infinita de interações onde cada criatura desempenha uma função específica, repleta de valor e dignidade. Relativamente a esta temática, Boff indica que a ética da sociedade atual é efetivamente utilitarista e antropocêntrica, onde o ser humano se considera o dono da natureza e que esta existe para satisfazer os seus desejos e necessidades. Esta postura leva á violência e à dominação dos outros e da natureza, negando a justiça e o valor intrínseco dos demais seres da natureza. Há um direito humano e social tal como há um direito ecológico, não tendo o ser humano direito a destruir o que não criou.¹¹⁹ É urgente que o ser humano contenha a sua vontade de dominar sem questionar as consequências que tais atitudes incitariam em si mesmo e, sobretudo, nas gerações futuras. Um antropocentrismo desordenado gera um estilo de vida desordenado.

¹¹⁸ Gilmar Zampieri, «*Laudato si'*: sobre o cuidado da casa comum», *Teocomunicação*, 1, vol. 46 (2016): 10, <https://doi.org/10.15448/1980-6736.2016.1.24347>;

¹¹⁹ Cf. Leonardo Boff, *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade* (São Paulo: Editora Record), 46.

A evolução quando chega ao nível do humano, alcança o patamar da consciência e da liberdade. O ser humano foi criado co-criador e isso faz com que este possa intervir na natureza de forma positiva, cuidando dela, ou de forma negativa, destruindo-a. O ser humano precisa de ser mais humilde, sentindo-se parte da natureza, mais responsável pela sua sustentabilidade e mais cuidadoso com tudo o que faz. Precisa de regressar á Terra da qual se afastou e sentir-se o seu guardião e cuidador.¹²⁰ A visão utilitária do meio ambiente juntamente com o antropocentrismo presente nessa relação de domínio do ser humano sobre a natureza, bem como, os padrões de produção e consumo existentes atualmente, desencadeiam diversos desequilíbrios e a conseqüente crise ecológica que vivenciamos. A evolução científica deve contribuir de forma positiva na questão ecológica, e não o contrário. Contudo, compreender as interações, as problemáticas da biosfera, dos ecossistemas, das mudanças climáticas e de todos os sistemas que compõem a natureza, torna-se impossível usando apenas os métodos científicos, sobretudo porque cada novo conhecimento origina um novo elemento de pesquisa com uma conexão inseparável.¹²¹

Como será visto posteriormente, o conceito chave da encíclica é a ecologia integral que refere que tudo está interligado. E é esta conexão que constitui o real fundamento da correta compreensão ecológica. E é desta compreensão que surge a «antropologia adequada» mencionada pelo Papa Francisco. Conseqüentemente é apenas de uma antropologia adequada que surge o correto cuidado com a natureza. Ou seja, «não haverá uma nova relação com a natureza sem um ser humano novo», como referido na *Laudato Si'* n.º118. Aqui o Papa Francisco abandona a tradicional antropologia cristã que via o ser humano como “isolado” das restantes criaturas, muito acima delas e com a vocação de submetê-las a si próprio. Estamos, portanto, diante da proposta de uma nova antropologia.¹²²

O ser humano é parte integrante do ambiente, assim como todas as outras espécies. Pela sua capacidade intrínseca de adaptação e de intervenção, o ser humano consegue alterar e modificar o ambiente de acordo com as suas ambições egoístas, muitas vezes desmedidas. As preocupações ecológicas têm aumentado ao ritmo do fenómeno religioso da globalização presente no mundo. Em detrimento dessa globalização, emerge a necessidade de atitudes ecológicas que visem recuperar o equilíbrio do cuidado com o ambiente. O ambiente humano jamais se pode separar do ambiente natural, pois é aí que o ser humano respira e vive. A nossa alma, portanto, tem a cor da terra, advém da terra, tal como a alma das plantas e dos animais.

¹²⁰ Cf. Leonardo Boff, «O desafio ecológico à luz da *Laudato Si'* e da COP21 de Paris», *Revista Eclesiástica Brasileira*, 301, vol. 76 (2016): 32;

¹²¹ Cf. Ordo Fratrum Minorum, *O grito da Terra e o grito dos pobres - Um subsídio da Ordem para o cuidado da Criação* (Roma: OFM Communications Office, 2016): 22, <https://paroquiavila.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Grito-da-Terra-Grito-dos-Pobres.pdf>;

¹²² Cf. Bakker, «*Laudato Si'*: rumo a uma nova antropologia», 163.

Contudo a alma do ser humano tornou-se muito mais complexa o que faz toda a diferença. A inteligência adquirida deu complexidade à consciência o que tornou o ser humano livre, mas também responsável.¹²³ A perda de relações harmoniosas e fecundas com a natureza, com os outros seres humanos e consigo mesmo levou à atual crise ecológica, crise essa que abarca falhas nas relações entre o ser humano e a natureza, o individualismo contemporâneo e a alteridade.

Reveste-se de elevada importância a abordagem destas problemáticas em contexto de sala de aula, especialmente, quando estamos inseridos em turmas de contexto socioeconómico mais desfavorecido, onde muitas vezes esses alunos são “vítimas” do excesso antropocêntrico. Manter uma estrutura social e um estilo de vida que promovem a continuidade, e não raras vezes o aumento da pobreza e da desigualdade social, traz, a par dos problemas sociais, consequências ambientais. Não é possível simplesmente propor “sacrifícios ecológicos” a quem pouco tem; é necessário mostrar que a ecologia é muito mais que reciclar, poupar água e os demais recursos, assim como, reduzir o consumo excessivo. Usar roupa doada, em 2.^a mão, pode ser proteger o ambiente. Ir a pé para a escola ou de transportes públicos porque não há um veículo na família, pode ser proteger o ambiente. Há situações humildes, que muitos alunos vivenciam, que são ecológicas. Todos os alunos têm a mesma dignidade, e, como seres pensantes que são, é função da escola dar-lhes ferramentas para analisarem a realidade, serem críticos e consequentemente agirem em conformidade.

É preciso ajudar os alunos a tomar em mãos o seu próprio destino e a quebrarem ciclos. Embora pareça ambicioso, não é impossível.

2.2.2 - Ecologia integral e o seu alcance

Na carta encíclica *Laudato Si'*, assinala-se a carência de uma cultura ecológica assente num conceito de ecologia integral, a qual deve incorporar outras dimensões, além da dimensão ambiental, como a económica, a social, a cultural, a espiritual e da vida quotidiana. É imperativo pensar a ecologia numa perspetiva que considera o mundo como uma «casa comum». A dimensão do cuidado foi sendo esquecida; a alteridade, o respeito e a sacralidade das realidades, transcendente e imanente, foram marginalizadas.

Importa explicar, de forma mais aprofundada, o conceito de ecologia integral, partindo do pressuposto que a ecologia integral exige do ser humano uma nova maneira de entender a sua relação com o outro, mas não apenas o outro igualmente humano, inclui-se a restante

¹²³ Cf. Bakker, «*Laudato Si'*: rumo a uma nova antropologia», 165.

criação, porque tudo o que está intimamente ligado. A ecologia integral é definida pelo Papa como a ecologia que «nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia.» (LS 15) Veja-se primeiro sobre o significado da palavra ecologia, onde refere Gafo que:

«A palavra “ecologia” deriva do grego e significa “a ciência da casa” (oikos = casa). O primeiro a utilizar este termo foi Haeckel em 1966, definindo-a assim: “Ecologia é a ciência global das relações do organismo com o mundo exterior circundante, onde podemos incluir em sentido lato todas “as condições da existência”.»¹²⁴

O papel da ecologia é estudar as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem, mas o reconhecimento de que tudo no Planeta está interligado exige uma postura diferente perante a questão. Foi necessário ampliar o conceito, para a promoção de uma atitude global que mude de facto a situação ambiental, na medida em que a ecologia exige «pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade do qual fazemos parte. Assim como, precisar de que modo as espécies vivas do Planeta se relacionam entre si.» (LS 138) O planeta Terra não é só para os seres humanos é uma casa para toda a criação de Deus. Os seres humanos não são os únicos abençoados por Deus, também os pássaros os peixes e todas as outras criaturas o são. Devemos começar a pensar numa família terrena e não exclusivamente numa comunidade de seres humanos.¹²⁵

Posto isto, o Papa Francisco sugere um caminho teórico que passa pelo reconhecimento do verdadeiro lugar que o ser humano ocupa no universo e que se chama «ecologia integral». A ecologia integral engloba a dimensão ambiental, económica, social, cultural e a própria vida cotidiana, portanto,

«[...] isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade.» (LS 139)

¹²⁴ Javier Gafo, *Dez palavras chave em Bioética* (Coimbra: Editorial Verbo Divino, 1996), 358;

¹²⁵ Cf. Ordo Fratrum Minorum. *O grito da Terra e o grito dos pobres - Um subsídio da Ordem para o cuidado da Criação*, 12.

Refere-se a um todo, no qual as partes não se sobrepõem, mas procuram uma harmonia integral. A ecologia integral exige uma abertura às abordagens que vão além da linguagem exata das ciências e conecta-nos às categorias da essência do ser humano, ou seja, a dimensão espiritual, ética, cultural, relacional, etc.¹²⁶

São incluídas novas dimensões no conceito de ecologia integral que passam pela reformulação do estilo de vida, por uma espiritualidade ecológica, pelo entendimento da existência de uma relação estreita entre os problemas de índole ambiental e os níveis de indignidade em que vive a maior parte dos seres humanos que habitam nesta Casa, a que chamamos planeta Terra. A intenção é promover e caminhar no sentido da dignidade humana, porque

«[...] para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isto implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir.» (LS 147)

As ações que vão ao encontro do agir e que procuram a mudança passam por um processo de educação ambiental, que deve iniciar logo na educação infantil, motivando a transformação de hábitos, atitudes e ideias relativamente ao meio ambiente. É necessário, numa visão cristã de relação com o mundo e com os outros seres vivos, ensinar no âmbito da conversão ecológica, educando para a ecologia integral, ou seja, que não se veja o meio ambiente como algo distante, mas algo da qual todos fazemos parte.¹²⁷

Na Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo Global de 2019, o Santo Padre refere que é necessária uma mudança também educativa e que envolva todos e para isso é necessário construir uma «aldeia da educação», onde, na diversidade, se partilhe o compromisso de gerar uma rede de relações humanas e abertas. Nesta aldeia é mais fácil existir uma união global no sentido de promover uma educação que inclui uma aliança entre todos os componentes da pessoa: entre o estudo e a vida; entre as gerações; entre os professores, os alunos, as famílias e a sociedade civil, com as suas expressões intelectuais, científicas, artísticas, desportivas, políticas, empresariais e solidárias.¹²⁸ É preciso ter a coragem de colocar a pessoa no centro porque num caminho de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada

¹²⁶ Cf. Ordo Fratrum Minorum. *O grito da Terra e o grito dos pobres - Um subsídio da Ordem para o cuidado da Criação*, 22;

¹²⁷ Cf. Oliveira e Lima, «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 16;

¹²⁸ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global»: 5, acessado a 30 de março de 2023, [vademecum-portugues.pdf \(educationglobalcompact.org\)](https://www.vademecum-portugues.pdf).

criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e sugere-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarté.¹²⁹ A ecologia integral é também uma ecologia humana, da vida diária de todos os seres humanos. Assim, a proposta de uma nova ecologia, que se quer integral e integradora, alicerça-se no reconhecimento e defesa dos Direitos Humanos, porque o conceito de ecologia está ligado à noção de bem comum.

Não é possível tratar das questões ambientais sem se considerar as dimensões humana e social da ecologia integral. No documento Papal, afirma-se que: «Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo. Pelo contrário, o mundo do consumo exacerbado é, simultaneamente, o mundo que maltrata a vida em todas as suas formas.» (LS 230)

2.2.3 - O social e o ambiental aspetos indissociáveis

Não se pode pensar sobre uma verdadeira abordagem ecológica sem incluir as questões sociais, onde «uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da Terra como o clamor dos pobres.» (LS 49) As desigualdades que se verificam em tantos países, afetam os indivíduos e a sociedade, pois todos os seres humanos são uma família humana.

O Planeta, em todo o seu esplendor, merece ser cuidado e respeito, contudo, assiste-se ao longo dos tempos a um uso irresponsável dos bens que o ser humano tem à sua disposição. É fundamental refletir e consciencializar sobre o papel cocriador ativo e responsável do ser humano no que respeita à prática quotidiana da sustentabilidade de todas as criaturas. Atualmente o maior problema ou desafio é, sobretudo ao nível do próprio ser humano. Segundo Leis, é necessária uma reflexão que crie as condições (que hoje não existem) para os seres humanos se sentirem moral e espiritualmente envolvidos com a natureza. A humanidade tem criado um mundo cheio de fronteiras entre os seres humanos, entre os povos e entre as espécies. A vida, que os humanos compartilham com uma infinita quantidade de outras espécies, não pode ser codificada apenas em termos económicos ou políticos. A natureza não é o que nos rodeia, mas a vida que recebemos. A natureza é aquilo do qual não se pode prescindir, esse é o seu valor.¹³⁰ Reforça o Santo Padre que, «O meio ambiente é um bem coletivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a

¹²⁹ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global», 5;

¹³⁰ Cf. Héctor Ricardo Leis, «Meio Ambiente, Ética e Religião na Sociedade Contemporânea», *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, 15, Vol III (1999): 1, http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15hectorricardo leis_meioambienteeticaereligiaonasociedadecontemporanea.pdf.

administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros.» (LS 95)

A *Laudato Si'* remete o leitor para o que se passa a nível da sociedade mundial, particularmente no que concerne às gigantescas e crescentes desigualdades na repartição da riqueza e à persistência e, em alguns casos, agravamento, da pobreza e da exclusão a que são sujeitos milhões de pessoas em todo o mundo. A ecologia integral impõe uma preocupação com a qualidade de vida humana e com as condições económicas e sociais que a promovem ou, pelo contrário, a deterioram, dando particular atenção às condições de vida dos mais pobres. A falta de solidariedade social e de sensibilidade ambiental reflete os malefícios de um modelo de desenvolvimento individualista e marcado pela degradação ambiental. Em nenhum momento da História há registo de tamanho isolamento das pessoas e do risco das condições de vida atuais. Dada a dimensão planetária da crise ambiental, a solidariedade precisa de ser estendida no âmbito global, fundada no fato de que todos são parte do meio ambiente.¹³¹ Assim, é essencial procurar soluções integrais que tenham em conta as interações entre a natureza e os sistemas sociais, porque não estamos perante duas crises separadas, estamos perante uma única e complexa crise sócio-ambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. (LS 139)

Com o fim da Segunda Guerra mundial, o mundo vê-se perante uma série de problemas e sente-se pressionado para os resolver: produzir mais comida, recuperar a indústria, reconstruir cidades, avançar tecnologicamente. A palavra de ordem passa a ser «crescimento», sem olhar a custos, especialmente para os povos periféricos. Divide-se o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.¹³² Os poderes económicos começam a justificar o sistema mundial, onde imperam as receitas financeiras que tendem a ignorar as agressões à dignidade humana e ao meio ambiente. Surgem assim questões que expõem um mundo desigual, sustentado num sistema que se apropria dos bens produzidos coletivamente pelo trabalho humano, convertendo quer o trabalho humano quer a natureza em mercadorias que geram lucro, para benefício de um grupo muito restrito.¹³³ Perante a escassez de recursos, os conflitos vão-se instalando na sociedade, provocando danos graves ao meio ambiente, bem como no funcionamento das sociedades e nas suas relações, porque

¹³¹ Cf. Jacson Roberto Cervi & Noli Bernardo Hahn, «O cuidado e a ecologia integral», *Direitos Culturais*, 27, vol. 12 (2017): 163, https://www.researchgate.net/publication/322279973_O_CUIDADO_E_A_ECOLOGIA_INTEGRAL;

¹³² Cf. Selma Maria Schons, «A questão ambiental e a condição da pobreza», 71;

¹³³ Cf. Schons, «A questão ambiental e a condição da pobreza», 75.

«Dentro de cada um dos níveis sociais e entre eles, desenvolvem-se as instituições que regulam as relações humanas. Tudo o que as danifica comporta efeitos nocivos, como a perda da liberdade, a injustiça e a violência. Vários países são governados por um sistema institucional precário, à custa do sofrimento do povo e para benefício daqueles que lucram com este estado de coisas.» (LS 142)

Torna-se fundamental que impere uma consciência moral, que sensibilize para a responsabilidade. Essa consciência deve existir em cada homem e em cada mulher porque está em causa a qualidade de vida da geração atual, mas sobretudo, a das gerações futuras.

Os bens da criação a todos pertencem e, naturalmente, devem estar ao dispor de todos. Para superar a crise ecológica, é preciso ultrapassar as fronteiras da própria ecologia, promovendo a justiça entre os povos e as gerações. A crise ecológica sucede não só da carência de recursos, mas também de uma crise de valores, de justiça e equidade. A ecologia integral é a principal ação orientada pelo Papa pois compreende o todo: seres vivos e casa comum, numa única dimensão; pressupõe também a necessidade de prevenção e justiça social para que não falem os bens básicos à sobrevivência.¹³⁴

Não raras as vezes, a degradação ambiental surge como consequência da inoperância por parte de projetos políticos ou, na maioria das vezes, devida a interesses económicos. Quer a classe política, quer a atividade económica têm de ter uma visão mais correta da relação do ser humano com o ambiente, preservando o património humano da humanidade.¹³⁵ O Santo Padre, a este respeito, assinala que

«[...] falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do Planeta, milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e económicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas se colocam como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. Com efeito, na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no último lugar.» (LS 49)

¹³⁴ Cf. Oliveira e Lima, «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 14;

¹³⁵ Cf. Joana Araújo, Carlos Costa Gomes & António Jácomo, «A casa “in” comum dos refugiados ambientais à luz da *Laudato Si'*». *Cauriensia*, Vol. XI (2016): 411, <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/34132>.

Nesta linha de pensamento, os autores Araújo, Gomes e Jácomo defendem que:

«[...] a natureza é una e indivisível, o problema ecológico não pode ser separado da natureza do ser humano, enquanto ser ético e moral (princípio de integridade), enquanto ser capaz de avaliar pela sua inteligência reflexiva o bem e o mal; o certo e o errado; o apropriado do inapropriado. Assim sendo, se por um lado, o problema ecológico não pode, nunca, ser separado da questão da educação, da cultura, da pobreza e de todas as formas socioeconómicas mais desfavorecidas, formas essas onde abundam problemas humanitários para os quais a bioética está desperta; por outro lado, o Papa apela ao desenvolvimento sustentável adequado de maneira a aplicar o princípio da justiça distributiva e a solidariedade intergeracional [...]»¹³⁶

A ecologia integral surge da percepção e do entendimento da interação dinâmica que existe entre a natureza, a sociedade e a humanidade, não apenas nos níveis biológico e climático, mas também nos níveis económico, geopolítico e cultural. A consciência dessa dinâmica complexa, inter-relacional, gera a degradação ambiental e social de forma integrada. Assim, para se criarem soluções para a degradação ambiental, é necessário criar soluções para a degradação social. O grito da Terra e o grito dos mais vulneráveis e pobres juntam-se numa única voz. Impõe-se um caminho teórico e prático, em alternativa ao raciocínio imposto pelo paradigma tecnocrático, responsável pela degradação ambiental e social.¹³⁷ A problemática ambiental é apenas a parte visível e explorada desta complexa questão, contudo, ela esconde um problema mais profundo e abrangente, que afeta as formas de ser e de viver na atual sociedade. A humanidade precisa de mudar, ganhando consciência de uma origem comum, de uma mútua pertença e de um futuro partilhado por todos. Surge, assim, um importante desafio cultural, espiritual e educativo que se apresenta longo e com necessidade de constante regeneração.

O primeiro compromisso do Pacto Educativo Global é colocar a pessoa no centro, onde se destaca a necessidade de basear as ações educativas num sólido fundamento antropológico. O Papa Francisco refere que cada mudança carece de um caminho educativo para fazer amadurecer uma nova solidariedade universal e dar vida a uma sociedade mais acolhedora.¹³⁸ Neste primeiro compromisso sugere aos educadores a criação de condições para que todos os alunos tenham acesso e conheçam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sugere ainda

¹³⁶ Araújo, Gomes & Jácomo, «A casa “in” comum dos refugiados ambientais à luz da Laudato Si’», 418;

¹³⁷ Cf. Cervi & Hahn, «O cuidado e a ecologia integral», 168;

¹³⁸ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global», 10.

a garantia da existência de oportunidades iguais para todos os membros da comunidade escolar em questão, sem discriminação do gênero, da idade, da raça, da religião, da ideologia ou da condição social, porque é preciso cuidar todos, com especial atenção aos mais frágeis, oferecendo uma formação integral que valorize todas as dimensões da pessoa, incluindo a espiritual.¹³⁹ Também o quinto compromisso merece aqui ser referenciado, na medida em que nos remete para uma educação aberta aos mais vulneráveis e marginalizados. Numa sociedade saudável os mais vulneráveis e os excluídos são acolhidos e tornam-se plenamente cidadãos. O pacto educacional deve, portanto, focar-se no acolhimento dos mais vulneráveis numa cultura de inclusão, com especial atenção às periferias sociais. Neste quinto compromisso é sugerido aos educadores que promovam programas de sensibilização numa perspectiva intercultural e inter-religiosa, procurando sempre a construção de um mundo mais fraterno e acolhedor.¹⁴⁰

Uma educação não narcísica e não personalista desperta e fortalece no ser humano a dimensão do cuidado, dimensão tão negligenciada ao longo do desenvolvimento da ciência moderna. Relações mais humanas, com foco no cuidado, tanto entre as pessoas (com especial atenção aos vulneráveis e pobres), como destas com o meio ambiente, podem representar uma alternativa à tendência contemporânea do paradigma tecnocrático e do excesso antropocêntrico.¹⁴¹ A necessidade da solidariedade, da sensibilidade ambiental e da espiritualidade apontam a urgência da construção de uma nova visão do mundo que religue o ser humano ao universo.¹⁴²

2.2.4 - O bem comum na perspectiva da ecologia integral

Como visto anteriormente, o princípio do bem comum é um conceito muito importante para a Doutrina Social da Igreja sendo, por isso, abordado nos seus mais importantes documentos. No caso concreto da *Laudato Si'*, sendo o meio ambiente e a vida humana bens maiores, não podia deixar de se incluir a sua defesa, proteção e valorização no âmbito do bem comum.

A ecologia integral é indissociável do princípio do bem comum, uma vez que este é primordial para a ética social. Segundo a encíclica, considera-se o bem comum como «o conjunto das condições da vida social que permite, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente, o desenvolvimento integral» (LS 156), aplicando o princípio de subsidiariedade, envolvendo «toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem

¹³⁹ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global», 10;

¹⁴⁰ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global», 14;

¹⁴¹ Cf. Cervi & Hahn, «O cuidado e a ecologia integral», 161;

¹⁴² Cf. Cervi & Hahn, «O cuidado e a ecologia integral», 163.

obrigação de defender e promover o bem comum.» (LS 157) Os governantes e a sociedade em geral têm a obrigação de fomentar o bem comum, que tem várias implicações, que passam pelo bem-estar e segurança social e pela família enquanto célula basilar da sociedade. Assim, o primeiro dever do poder político é cuidar do bem comum, que só é alcançado quando estão protegidos e garantidos os direitos dos cidadãos e de cada ser humano em particular. Desta feita, «o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência.» (LS 157)

Perante as injustiças e o conseqüente aumento de pessoas que se vêem privadas dos seus direitos humanos básicos e são mesmo consideradas «descartáveis», o Papa Francisco aclama por uma necessária centralidade do bem comum, tornando-se «como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres». (LS 158) Esta centralidade do bem comum comporta conseqüências indiscutíveis para os crentes, pois é necessário «contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé.» (LS 158) O Santo Padre Francisco inclui a noção de bem comum dentro da ética social cristã, como princípio central e unificador. É preciso uma articulação entre a proteção do meio ambiente e a defesa da justiça social.

Para se ir ao encontro da ecologia integral e do bem comum, não basta uma produção de baixo carbono e manter a atitude de exploração irresponsável dos bens e serviços da natureza. A Terra não é um balcão de mercadorias; é urgente superar esta visão caso queiramos alcançar o paradigma de relação para com a Terra e, assim, suspender o processo que nos encaminha para um abismo. Estamos cansados do meio-ambiente, queremos o ambiente inteiro, que é como quem diz, uma visão sistémica da Terra, da vida e da civilização humana, constituindo um todo, composto por redes de interdependência, complementaridade e reciprocidade.¹⁴³ Há a carência de redescobrir o que é comum e que é bom para todos, lutando contra o isolamento e o individualismo.

Segundo Cervi & Hahn, não se pode ignorar que na história da espécie humana a dimensão do cuidado sempre esteve presente. Os seres humanos não teriam sobrevivido, ao longo dos tempos, se não tivessem incluído nas suas ações o cuidado, o cuidar do outro. Esta dimensão agrega em sentido amplo todo o desenvolvimento da consciência ético-moral. Cuidar inter-relaciona proteção, preocupação, aflição, como, também, comprometimento, compaixão e afeto. Somente saberá cuidar quem aprendeu a ser profundamente responsável, comprometido, afetuoso e sensível.¹⁴⁴ Para o Papa Francisco, o amor é fio condutor da mudança

¹⁴³ Cf. Boff, «O desafio ecológico à luz da *Laudato Si'* e da COP21 de Paris», 27;

¹⁴⁴ Cf. Cervi & Hahn, «O cuidado e a ecologia integral», 159.

ecológica, afirmando que amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum se manifesta em pequenos gestos de cuidado mútuo, e são uma forma eminente de caridade, sendo o amor social a chave para um desenvolvimento autêntico. Neste contexto, juntamente com a importância dos pequenos gestos diários, o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade. (LS 231) A união e o consenso para proteger a casa comum, surge com a intenção de diminuir as diferenças em prol do bem comum, favorecendo a integração de raças, crenças e etnias no cuidado desta nossa casa tão degradada. Sendo assim, percebe-se que o alinhamento de ideias, onde ciências, religiões e movimentos sociais possam juntas trabalhar com o objetivo de combater a preocupante crise ecológica e empreender um pensar sustentável sobre o nosso bem comum: ecologia integral.¹⁴⁵ É preciso promover novas hermenêuticas da fé, no sentido de criar caminhos de mudanças no comportamento religioso e social, em direção a uma ecologia integral.

Uma vez que o presente trabalho tem como referência os desafios escolares no que toca à ecologia, é importante salientar o papel dos jovens numa possível solução. É na escola, com os alunos, que começam muitos projetos fundamentados por discursos de esperança. A escola é fundamental, porque sozinhos não são capazes de construir uma sociedade melhor e, por isso, na maioria das vezes, vão-se adaptando à sociedade em que estão integrados, procurando sobreviver. A disciplina de EMRC e a sua especificidade no sistema educativo, muito tem a contribuir para que a ecologia se torne integral, em defesa da criação e na promoção do bem comum. A lecionação da disciplina, em particular a UL4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano de escolaridade, deve incluir estratégias e práticas que possibilitem o desenvolvimento humano responsável, comprometido e protetor do meio ambiente, fortalecendo a educação para a paz, a justiça, a distribuição equitativa dos recursos naturais, numa vida sustentável. É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para um novo estilo de vida, onde, por exemplo, a reutilizar algo em vez de o desperdiçar rapidamente pode ser um ato de amor que exprime a nossa dignidade. (LS 211)

O sexto compromisso do Pacto Educativo Global incentiva ao estudo de novas formas de compreender economia, a política, o crescimento e o progresso ao serviço dos seres humanos, no contexto da ecologia integral. Dentro desta renovação da economia e da política está implícita a educação para a capacidade de reconhecer o direito do outro de ser ele mesmo e de ser diferente. A educação deve, portanto, ajudar a viver o valor do respeito, numa

¹⁴⁵ Cf. Marujo, «*Laudato Si'*: Um Presente para o Planeta», 123.

perspetiva do serviço à comunidade. Assim, é sugerido aos educadores a proposta de uma educação integral ao serviço dos valores de participação, de democracia, de política, de justiça, de igualdade, de fraternidade e de paz.¹⁴⁶ Na defesa e promoção do bem comum, todos podem e devem contribuir. É urgente proteger o Planeta das atitudes inconscientes e interesseiras do ser humano, que ao mesmo tempo se tornam atitudes autodestrutivas. A disciplina de EMRC é chamada a intervir, procurando criar uma «cidadania ecológica», fomentando a premissa de que todos estamos interligados, nesta «casa comum».

¹⁴⁶ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Pacto Educativo Global», 15.

Capítulo III

Planificação e Intervenção Pedagógica no Domínio da Ecologia

No âmbito da UL 4 - Ecologia e Valores, a planificação e intervenção pedagógica pretendeu ir ao encontro do conceito de ecologia integral, apresentado na encíclica *Laudato Si'*, com especial foco nas dimensões humana e social, assim como, no princípio do bem comum. O desejado foi partir do estudo dos conceitos de ecologia integral e do bem comum para depois discutir como tornar as várias dimensões acessíveis e significativas para alunos provenientes de contextos sociais e económicos desfavorecidos. O principal objetivo da planificação e intervenção pedagógica seguidamente apresentadas foi criar um recurso didático-pedagógico que ajudasse os alunos a compreenderem que, no que toca à ecologia, todos somos importantes e válidos e que do cuidado com o meio ambiente depende a nossa existência e de toda a criação.

É importante abordar as questões relacionadas com a educação ambiental, sendo que o seu maior objetivo é criar uma nova mentalidade no que toca à relação do ser humano com a natureza, procurando, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação, baseadas em práticas interativas e dialógicas. O desafio de desenvolver práticas educativas que levem os alunos a sentirem-se parte integrante do Planeta e a compreenderem o peso da sua responsabilidade perante o mesmo, como também agirem em consequência, é grande. A disciplina de EMRC deve contribuir para que os alunos não se sintam seres isolados, nem olhem para a sociedade como uma mera soma de indivíduos, mas sim que possam «sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos.» (LS 229) O paradigma de uma ecologia integral é uma proposta ambiciosa que abrange todas as áreas humanas, não sendo possível a sua implementação no âmbito de ações e iniciativas pontuais ou isoladas; deve ser um processo contínuo, o único capaz de dar solidez a uma nova forma de estar nesta «casa comum».

Posto isto, no presente capítulo será abordada a pertinência da *Laudato Si'* na escola e será apresentada toda intervenção pedagógica no domínio da ecologia. Educar para uma cidadania não só ambiental, mas também social, é crucial, e o empenho nesta reflexão e a sua sensibilização está patente na UL4 do programa de 8.º Ano, «Ecologia e Valores», e consequentemente na planificação que posteriormente será apresentada, não descurando o balanço e a reflexão deste percurso.

3.1 - A pertinência da *Laudato Si'* na escola

Conforme abordado no capítulo II, confirma Gafo, que a crise atual não é apenas ecológica e que não se resolve apenas de forma técnica. É necessária uma mudança nos valores fundamentais e nas convicções de bom senso, tal como, uma alteração no nosso estilo de vida. Isto deve levar a uma alteração da vontade ilimitada de domínio que impulsionou o Homem moderno a apoderar-se do Planeta, usando as descobertas científicas e técnica para assegurar o seu poder.¹⁴⁷ No último capítulo da encíclica *Laudato Si'* é sistematizado todo o pensamento anterior e apresentado um conjunto de sugestões ou possíveis hábitos que ajudem a uma alteração do estilo de vida atual. Sua Santidade assume, com evidente clareza, que a formação e a educação são absolutamente fundamentais para a sensibilização e consciencialização da necessidade de uma ecologia integral.

Uma vez que é na escola que os alunos têm maior contacto com a problemática das questões ambientais, a educação ambiental parece ser um instrumento adequado no apelo a outro estilo de vida. O diálogo entre o ensino religioso e a educação ambiental mostra-se positivo na medida em que há a valorização do meio ambiente como elemento que compõe o discurso sobre o sagrado. Na perspectiva de Santos, o meio ambiente é um dos elementos criados pelo transcendente e, por isso, deve ser respeitado, valorizado e ensinado nas aulas. Justamente por ser a morada comum, o Planeta precisa de ser protegido. A encíclica do Papa não foi escrita a pensar no uso das suas reflexões em sala de aula e no ambiente escolar, por professores/alunos, educadores/educandos, mas, apesar disso, as suas reflexões são tão atuais, tão profundas que o seu uso poderá acarretar, do ponto de vista interdisciplinar, um saudável diálogo entre o ensino religioso e a educação ambiental.¹⁴⁸ Indica ainda o mesmo autor que o ensino religioso é uma disciplina que se aproxima do que existe de mais profundo no ser humano: a dimensão da fé e da transcendência, ajudando o ser humano a ter atos de fé religiosa concretos, conforme refere o Papa Francisco na *Laudato Si'*. Assim, o ensino religioso poderá contribuir decisivamente para a educação ambiental ser posta em prática e não ser apenas uma disciplina no currículo académico das escolas, mas uma realidade a ser experimentada pelo educando e pela comunidade escolar.¹⁴⁹ São necessários comportamentos assertivos e o papel da escola passa também por cooperar na formação do carácter dos alunos, reforçando ou levando à aprendizagem de hábitos e de atitudes corretas, benéficas para todos. Para além do cuidado e da mudança de estilo de vida, é também crucial abordar a necessidade de uma espiritualidade ecológica cristã através do ensino da disciplina de EMRC nas escolas.

¹⁴⁷ Cf. Gafo, *Dez palavras chave em Bioética*, 382;

¹⁴⁸ Cf. Santos, «Ensino Religioso e a Questão Ambiental: A perspectiva da *Laudato Si'* do Papa Francisco», 150;

¹⁴⁹ Cf. Santos, «Ensino Religioso e a Questão Ambiental: A perspectiva da *Laudato Si'* do Papa Francisco», 153.

A integração da educação ambiental nas práticas curriculares tem mostrado contornos cada vez mais alargados. A disciplina de EMRC, assumindo a perspetiva da formação integral dos alunos, e modelando a questão existencial dos alunos através de valores que os levam a uma maturidade moral, foi sempre sensível à educação ambiental. Pedagogicamente deve ver-se a vivência da atitude ecológica como um valor que se relaciona com outros valores. É urgente na educação formar para os valores do cuidado de todos, e é neste sentido que a educação ambiental em EMRC se insere: na perspetiva do cuidado pelos outros. A própria especificidade da disciplina contribui para que a ecologia se torne efetiva e integral, reforçando os valores, com um olhar crente, face à tarefa de defesa da criação, sempre com respeito ao ser humano porque, do ponto de vista ético, a relação da humanidade com o meio ambiente deve ser marcada pelo valor do respeito.

No Programa e no manual da disciplina não se encontra o conceito de ecologia integral, uma vez que aquando das suas edições ainda não tinha sido publicada a encíclica *Laudato Si'*. Contudo, o facto desta unidade letiva ser dedicada especificamente à questão ecológica, pode ser certamente muito enriquecida pela perspetiva de ecologia integral da *Laudato Si'*, uma vez que os conteúdos remetem para a responsabilidade do ser humano em relação à natureza e promovem o empenho pessoal em criar condições de habitabilidade no mundo. A unidade letiva «Ecologia e Valores», fomenta nos alunos interesse e compreensão da questão ecológica no sentido que esta não se resume apenas ao meio ambiente, mas também ao ser humano, não de uma forma isolada, mas numa lógica integral, em que tudo está interligado pois «o cuidado pelo ambiente natural, cria igualmente condições para o bem-estar e para o futuro da humanidade».¹⁵⁰ Esta perspetiva está de acordo com a linha de pensamento do Papa Francisco, na medida em que alerta precisamente para a necessidade de não nos contentarmos com a mera informação, mas sim ajudar a consolidar hábitos, afirmando que «é muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida.» (LS 211)

É essencial mostrar aos alunos que atravessamos uma verdadeira crise ecológica, já prolongada, pautada pela destruição do ambiente e pela destituição da dignidade de cada ser humano e de todas as criaturas. A encíclica *Laudato Si'* vem reforçar a mensagem de que a crise ecológica que vivemos é expressão e manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, por isso, a relação com a natureza só será verdadeiramente sarada se houver respeito, dedicação e cura de todas as relações humanas fundamentais. (LS 119)

¹⁵⁰ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Quero Descobrir: Manual do aluno de Educação Moral e Religiosa Católica 8.º ano do Ensino Básico* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 131.

3.2 - Planificação da unidade letiva e respetivos relatórios de aula

O professor defronta-se, na sua prática pedagógica, com situações complexas, instáveis, únicas, que se definem, entre outros aspetos, pela especificidade dos locais, dos agentes interventivos e das culturas. Esta diversidade e complexidade exige do professor um conhecimento científico e técnico.¹⁵¹ Como tem sido descrito por vários autores, a planificação está associada aos estudos curriculares, sendo um processo fundamental nas dinâmicas de plano e desenvolvimento curricular, quer na dimensão individual (professor) quer na dimensão organizacional (escola).

Segundo Arends, a planificação e a tomada de decisão são vitais para o ensino e relacionam-se com todas as funções executivas do professor. A importância da planificação pode ser verificada através da grande variedade de atividades educativas que são afetadas pelos planos e decisões do professor.¹⁵² Indica ainda o mesmo autor, que a teoria e a investigação apontam para o facto de que o ensino planificado é melhor que o ensino baseado em acontecimentos e atividades não direcionados.¹⁵³ A planificação revela-se um desafio para quem a realiza, contudo, legitima uma finalidade, um propósito que se pretende atingir. Apresenta-se como o modo mais eficiente que cada docente tem de preparar o seu trabalho, organizar o tempo das suas aulas e garantir uma melhor aprendizagem por parte dos seus alunos. Para além de servir de guia para as interações com os alunos e de ferramenta de organização, a planificação transmite ao professor uma maior segurança na sua ação pedagógica. Pode ainda assumir-se que, a par de tudo o que foi previamente referido, no caso da disciplina de EMRC, a planificação das aulas tem por base estimular e motivar os alunos para o desenvolvimento de competências e aptidões que vão ao encontro das finalidades da disciplina, dos domínios, das metas curriculares, objetivos e conteúdos, não esquecendo a caracterização da turma.

Indica Sá Carvalho, que estando o Programa da disciplina organizado em função de metas curriculares, o que se pretende é contribuir para reforçar a missão particular e fundamental disciplina de EMRC, bem como, considerar a evolução das necessidades e dos interesses das famílias quanto à educação que procuram para os seus filhos.¹⁵⁴ O modo como são trabalhadas as metas exige sempre uma ligação ao contexto dos alunos, partindo das situações concretas do quotidiano. Conforme refere Carvalho, é pela planificação que o currículo se forma e ganha sentido, sendo fundamental na ligação entre a construção do Programa e a formulação das necessidades de formação dos professores. A planificação é uma

¹⁵¹ Cf. Cunha, *Ser Professor – Bases de uma sistematização teórica*, 74;

¹⁵² Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 44;

¹⁵³ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 45;

¹⁵⁴ Cf. Cristina Sá Carvalho, «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em EMRC, edição 2014», *Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, n.º 31/32, n.º 31/32 (2015): 30.

atividade complexa, que resulta de um equilíbrio de interesses e de conflitos, procedentes da ligação do docente com a sua disciplina e o sistema de ensino, onde existe uma relação de interdependência entre quem ensina, a quem ensina, onde ensina e porque ensina, que exige o reconhecimento de espaços próprios de autonomia entre as diversas fases de desenvolvimento curricular.¹⁵⁵

Para a leção da UL4, propõe-se um conjunto de seis aulas ao longo das quais serão abordados alguns dos conteúdos previstos no Programa da disciplina, com especial enfoque nos que aparentam ser prioritários e pertinentes para a turma, mediante a sua caracterização. Cinco destas aulas foram lecionadas em contexto de sala de aula, sendo a sexta aula uma atividade pedagógica de integração na comunidade educativa. Segundo Arends, a planificação é multifacetada e relaciona-se com três fases do ensino: a fase anterior à instrução (decisão dos conteúdos a serem ensinados e duração); fase da instrução (decisão de quais as questões a colocar e as orientações específicas) e a fase posterior à instrução (decisão sobre a avaliação do progresso dos alunos e o tipo de informação avaliativa a proporcionar).¹⁵⁶

As aulas foram planeadas a partir das metas, objetivos e aprendizagens essenciais da disciplina, à luz da encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco. Assim, neste ponto serão apresentadas as planificações usadas na PES, seguidas dos relatórios de aula. Contudo, devido à extensão dos anexos das aulas, como por exemplos os *PowerPoints* utilizados nas mesmas, não serão apresentados neste momento, uma vez que se encontram no portefólio anexado ao presente Relatório Final. No entanto, há espaço para destacar que o Caderno Ecológico foi um documento orientador do processo ensino-aprendizagem desta unidade letiva. Com o Caderno Ecológico pretende-se que os alunos registem determinadas informações consideradas basilares e, conseqüentemente, que reflitam sobre o seu próprio trabalho e que tenham uma participação ativa, uma vez que o caderno contém exercícios práticos que visam aferir a assimilação de conteúdos dos alunos ao longo da unidade. No final, ficam ali registados os conteúdos mais pertinentes para a presente turma, com as metas, os objetivos e aprendizagens essenciais como “pano de fundo”, tendo como intenção facilitar a assimilação e aquisição de conhecimentos.

O processo de planificação das aulas foi estruturado com a intencionalidade e finalidade pedagógicas evidenciadas no Programa, permitindo que os objetivos preconizados na disciplina de EMRC fossem bem conseguidos. As decisões ao nível da planificação foram tomadas priorizando as áreas pedagógicas, culturais, bem como, a realização pessoal e social. A planificação para a turma do 8.º ano de escolaridade do ensino básico teve ainda em

¹⁵⁵ Cf. Carvalho, «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em EMRC, edição 2014», 38;

¹⁵⁶ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 67.

consideração a calendarização anual do Agrupamento de Escolas da Damaia, assim como, os documentos orientadores da escola.

3.2.1 - «Tudo está interligado.» (LS 117)

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 1 de 6)

Aula 1 – Lição n.º26

Sumário: Introdução à UL4; Chuva de ideias; Visualização de vídeo; Exercício escrito.

Aprendizagem essencial: Discutir o conceito de Ecologia como ponto de partida para um mundo habitável e sustentável.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  50'' | Avaliação formativa |
|---|---|---|---|---|--|--|
| B - Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. | 1 - Reconhecer a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus. | “ O mundo é a nossa casa”; A ecologia como reflexão acerca da casa de todos os seres vivos e da sua relação com o meio ambiente; A Natureza (Criação) como dádiva de Deus; Tudo na natureza está interligado: a relação dos seres humanos entre si e com os outros seres vivos. | Acolhimento e sumário. | Caderno diário/dossier | 5'' | Assiduidade e pontualidade. |
| | | | Introdução à UL Prof. explica a dinâmica do Caderno Ecológico e o facto de ser um elemento de avaliação desta unidade letiva. | Caderno Ecológico | 5'' | Prof. observa a atenção/escuta. |
| | | | Chuva de Ideias O prof. promove a reflexão dos alunos questionando: O que é ecologia? O que são valores? Prof. anota no quadro as respostas. PowerPoint Ecologia e valores (Prof. apresenta a definição de ambos os termos e explica os mesmos. Os alunos devem copiar para o seu Caderno Ecológico as definições); A encíclica <i>Laudato Si'</i> . Vídeos https://www.youtube.com/watch?v=OglltNmMCAC https://www.youtube.com/watch?v=HefdgsbzKoQ Análise dos vídeos. | Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, videoprojector, Internet, <i>PowerPoint</i> , Caderno Ecológico, Vídeo | 25'' | O professor motiva a participação observando a qualidade e quantidade da mesma e o respeito pela participação dos colegas. Observa a atenção/escuta. Observações registadas na grelha de observação. |
| | | | Exercício Escrito No Caderno Ecológico os alunos devem responder às seguintes questões: Para ti, o que torna o mundo especial e bonito? O que Deus criou de bom para ti? Olha pela janela e contempla o céu; o que sentes? Enquanto refletem sobre as questões o prof. coloca a música de fundo: Tudo está interligado - Pe Cireneu Khun SDV https://www.youtube.com/watch?v=1do_VBZG9Ps | Caderno ecológico; Computador, Internet, Tela/quadro, Caneta/giz, videoprojector | 10'' | O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho. |
| | | | Síntese: Proteger a beleza e a diversidade da Terra é um dever de todos. (Proposta) | Caderno ecológico | 5'' | ----- ----- |

Tabela 2 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 26 (Aula 1 de 6)

A primeira aula da UL4 - Ecologia e Valores foi centrada no objetivo 1: «Reconhecer a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus.» A aula iniciou com um breve acolhimento aos alunos, seguindo-se a chamada. A professora escreveu o sumário no quadro enquanto os alunos iam chegando e incentivou o registo do mesmo nos cadernos diários. No geral, os alunos foram pontuais e após os minutos iniciais e o registo do sumário a professora começou por explicar que iriam iniciar uma nova unidade letiva, denominada, «Ecologia e Valores». Explicou ainda que durante esta unidade um elemento de avaliação importante seria o Caderno Ecológico. O Caderno Ecológico foi distribuído aos alunos e a professora explicou o seu conteúdo e o seu objetivo.

Seguidamente, para desafiar os alunos, foi escrito no quadro as palavras Ecologia e Valores, questionando qual seria o significado destes dois conceitos; os alunos foram dando respostas que foram sendo anotadas quadro. De seguida, foi apresentado um *PowerPoint* onde eram mostradas as definições dos dois conceitos, tendo a professora indicado que as definições deveriam ser copiadas para o Caderno Ecológico, no local apropriado.

Após a exploração dos conceitos ecologia e valores, prosseguiu a professora, explicando que o mundo é a nossa casa, e que devemos habitar no planeta Terra, em harmonia com o ar, a água, as plantas, os animais. Indicou que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, incumbindo-o da tarefa de proteger, preservar e continuar a obra da criação. De forma a consolidar estas ideias, a professora apresentou a encíclica *Laudato Si'*, fazendo uma breve introdução sobre o conteúdo e objetivo da mesma. Para reforçar a questão da *Laudato Si'*, os alunos assistiram a um pequeno vídeo desenvolvido pela Vatican News, onde são aprofundados o conteúdo e objetivos da mesma. Após a visualização do mesmo existiu um diálogo com os alunos sobre o seu conteúdo, onde estes puderam apreender que o mundo é a nossa casa comum e que proteger a beleza e a diversidade da Terra é um dever de todos. Para terminar esta parte da aula assistiram ainda a um trecho do vídeo de lançamento da Plataforma de Ação *Laudato Si'*, onde o Papa Francisco renova o apelo à humanidade para agir de forma diferente relativamente ao Planeta porque «o egoísmo, a indiferença e os estilos irresponsáveis estão a ameaçar o futuro dos jovens». Reforça ainda o Santo Padre que para «Das mãos de Deus recebemos um jardim; aos nossos filhos não podemos deixar um deserto».

Seguidamente, os alunos realizaram um exercício prático no seu Caderno Ecológico, que consistia em responder a três questões: Para ti, o que torna o mundo especial e bonito? O que Deus criou de bom para ti? Olha pela janela e contempla o céu; o que sentes? Enquanto refletiam sobre as questões a professora colocou como música de fundo: Tudo está interligado - Pe Cireneu Khun SDV. A professora foi motivando a resolução da atividade e esclarecendo dúvidas pontuais. Os alunos realizaram a tarefa no tempo previsto.

Para terminar a aula, foi contruída a síntese de aula em conjunto: As nossas atitudes refletem-se no Planeta, porque tudo está interligado.

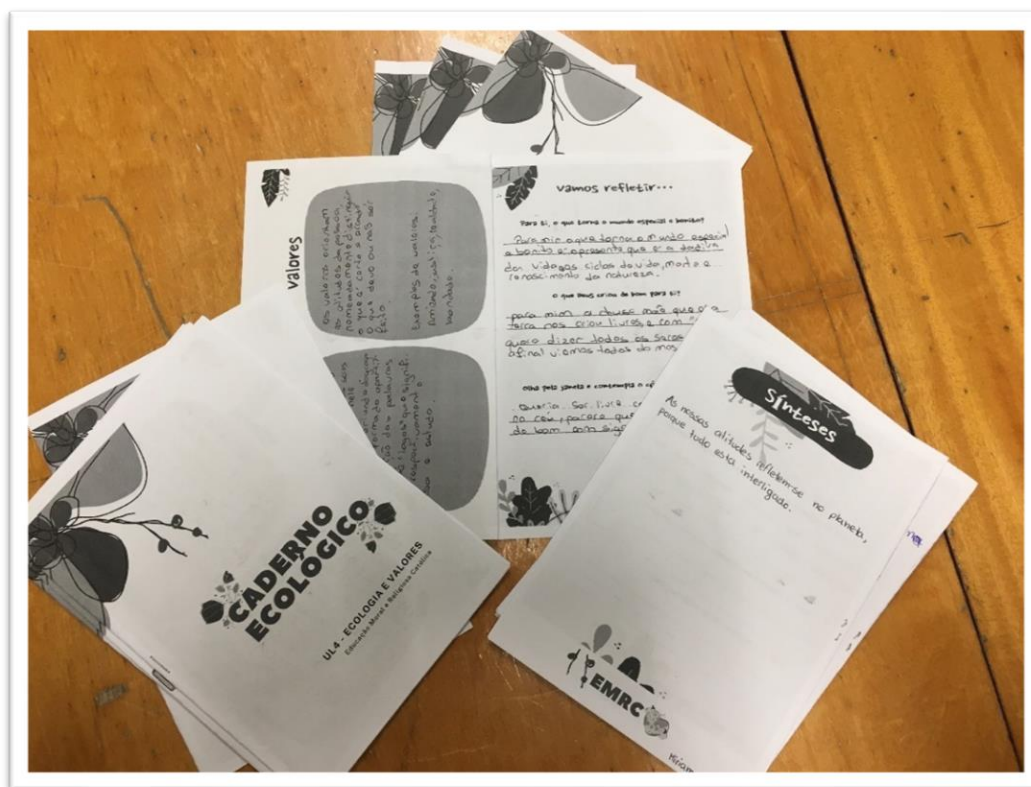


Figura 1 – Evidência 1, da tabela 1 – Caderno Ecológico

Fazendo um balanço final, a aula decorreu com normalidade e sem perturbações da parte dos alunos. O tempo foi bem gerido o que facilitou a explicação de todos os conceitos e a elaboração da tarefa final. Inicialmente os alunos aparentaram estar apáticos, mas com o decorrer da aula começaram a colaborar e a ser mais participativos. Considerou-se que os objetivos foram atingidos. No que concerne à avaliação do núcleo de estágio, foi referida a boa construção do *PowerPoint*, que estava bonito e apelativo, da mesma forma que, foi valorizada a estratégia do Caderno Ecológico por ser um excelente recurso, onde os conteúdos mais importantes vão sendo registados e organizados. Foi ainda referido que, tendo em conta o conteúdo da aula, a diferença entre habitar e ocupar deveria ter sido melhor explorada.

3.2.2 - «Das mãos de Deus recebemos um jardim; aos nossos filhos não podemos deixar um deserto.» (Papa Francisco)

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 2 de 6) Aula 2 – Lição n.º 27

Sumário: Reflexão sobre o exercício escrito da aula anterior; A ecologia integral; Elaboração de colar em barro.

Aprendizagem essencial: Discutir o conceito de ecologia como ponto de partida para um mundo habitável e sustentável.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  50'' | Avaliação formativa |
|---|---|---|--|--|--|--|
| B - Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. | 1 - Reconhecer a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus. | “ O mundo é a nossa casa”; A ecologia como reflexão acerca da casa de todos os seres vivos e da sua relação com o meio ambiente; A Natureza (Criação) como dádiva de Deus; Tudo na natureza está interligado: a relação dos seres humanos entre si e com os outros seres vivos. | Acolhimento e sumário. | Caderno diário/dossier | 5'' | Assiduidade e pontualidade. |
| | | | Reflexão sobre o exercício escrito Leitura e análise das respostas dadas à tarefa da aula anterior: Para ti, o que torna o mundo especial? O que Deus criou de bom para ti? Olha pela janela e contempla o céu; o que sentes? Através das respostas dos alunos reforçar que habitar é diferente de ocupar. | Caderno ecológico | 10'' | O prof. verifica a atenção/escuta e observa a participação e o respeito pela participação dos colegas. Observações registadas na grelha de observação. |
| | | | PowerPoint Ecologia integral – definição do conceito Alunos registam no Caderno Ecológico a definição de ecologia integral. | Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, videoprojector, Internet, <i>PowerPoint</i> , Caderno Ecológico | 10'' | O prof. verifica a atenção/escuta e apura a realização da tarefa. |
| | | | Atividade prática - Colar em barro Individualmente os alunos devem decorar um pedaço redondo de barro/pasta de moldar previamente preparado pela professora. O objetivo será construir um colar a seu gosto que os lembre que o planeta Terra deve ser protegido e devemos sempre “levá-lo” junto ao peito, perto do coração. A professora mostra alguns exemplares para inspiração. | Pasta moldar barro; Fio; Missangas; Tinta; Pincéis; Água; Papel | 20'' | O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho, a criatividade e a motivação. Observações registadas na grelha de observação. |
| | | | Síntese: O bem-estar e a felicidade das pessoas estão ligados ao equilíbrio e à saúde do meio ambiente. (Proposta) | Caderno ecológico | 5'' | ----- ----- |

Tabela 3 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 27 (Aula 2 de 6)

A segunda aula continuou centrada no objetivo 1: «Reconhecer a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação enquanto dádiva de Deus.» De modo que se desse continuidade a este objetivo, a aula desenvolveu-se em três momentos: Reflexão sobre o exercício escrito realizado na aula anterior; definição e compreensão do conceito de ecologia integral e por fim, a elaboração de um colar em barro. A presente aula foi assistida pela Professora Orientadora Dra. Cristina Sá Carvalho.

A aula iniciou com um breve acolhimento aos alunos, seguindo-se a chamada. O sumário foi sendo assente no quadro enquanto os alunos iam chegando, existindo um incentivo do registo do mesmo nos cadernos diários. No geral, os alunos foram pontuais. Após os minutos iniciais e o registo do sumário a professora começou por (re)apresentar a professora Cristina Sá Carvalho, e lembrou o motivo da sua presença.

Seguidamente procedeu-se à reflexão sobre o exercício escrito realizado na aula anterior. Houve partilha das respostas por parte de alguns alunos e a professora aproveitou, através das mesmas, para reforçar que habitar é diferente de ocupar.

Após a estratégia inicial, foi apresentado um *PowerPoint* onde se pretendia lembrar e estudar mais a fundo o conteúdo e objetivos da encíclica *Laudato Si'*, existindo especial foco no conceito ecologia integral. Alguns alunos colocaram questões que prontamente foram respondidas. No final da estratégia mais expositiva, foi indicado aos alunos que deveriam copiar para o seu Caderno Ecológico, em local indicado, a definição de ecologia integral. Aquando da utilização do Caderno Ecológico lembrou a importância do mesmo na avaliação dos alunos, aconselhando ao seu preenchimento cuidado. Enquanto os alunos copiavam a definição, a professora distribuiu um círculo em barro, um cordel, tintas e pincéis, e indicou que seguidamente iriam realizar uma atividade prática.

Quando todos os alunos estavam atentos foi explicada a atividade do Colar em Barro, tal como, foram mostrados alguns exemplos para inspiração. Indicou-se ainda que o objetivo seria construir um colar, a gosto, que os lembrasse que o planeta Terra deve ser protegido e que devemos sempre “levá-lo” junto ao peito, perto do coração. Foi feita uma alusão ao barro e à sua origem. Os alunos juntaram-se em pequenos grupos para facilitar a gestão das tintas e pincéis. Tendo em conta o empenho dos alunos não foi possível anotar por escrito a síntese da aula, contudo, foi decidido oralmente que a mesma seria: A ecologia integral diz-nos que tudo no Planeta está interligado.

A título de conclusão, a aula decorreu com normalidade e tranquilidade, sem perturbações da parte dos alunos, e os mesmos estiveram atentos e participativos. Existiu a preocupação de abordar os conteúdos de forma simples, indo ao encontro das características da turma e da própria faixa etária, sendo dados exemplos práticos e concretos do dia-a-dia. Houve

cuidado na forma como foram abordados assuntos mais sensíveis, especialmente os relacionados com a pobreza e a falta de recursos. Os alunos mostraram muito interesse e dedicação na realização do colar. Por fim, o tempo poderia ter sido melhor gerido na medida em que a parte expositiva poderia ter sido mais breve, dando mais tempo à realização do colar.

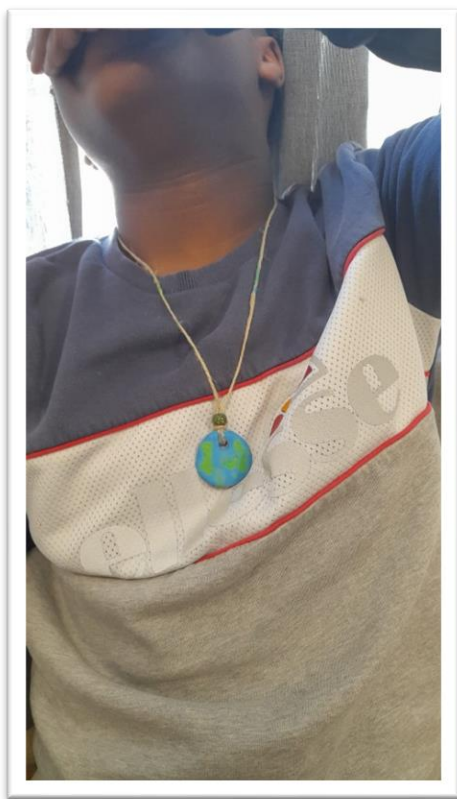


Figura 4 – Evidência 1, da tabela 2 – Aluno com o seu colar



Figura 2 – Evidência 2, da tabela 2 – Colares elaborados pelos alunos



Figura 3 – Evidência 3, da tabela 2 – Colares elaborados pelos alunos

O núcleo de estágio considerou que a aula foi bem estruturada e com a preocupação de colocar os alunos a trabalhar, a serem ativos em sala de aula. Constatou-se que a planificação foi refletida e cuidada, possibilitando a concretização em pleno da mesma. A ideia do colar foi original, com um resultado muito bonito. A professora orientadora, Dra. Cristina Sá Carvalho, considerou que os objetivos foram atingidos. O percurso da aula foi bem feito e no tempo devido, decorrendo a mesma de forma tranquila e fluída. A recuperação da aula anterior foi bem feita e a indicação a conteúdos futuros mostrou conhecimento geral da unidade letiva em questão. A atividade do colar funcionou muito bem, decorrendo de forma natural e revelando um resultado muito bonito. Indicou ainda que devem ser usadas mais expressões corporais, deixando a espontaneidade sobressair, da mesma forma que, a circulação pela sala deve ser mais abrangente, não devendo existir limitação no espaço que se percorre. Por fim, foram feitos reparos de ordem técnica no *PowerPoint*, nomeadamente, no tamanho das letras em alguns diapositivos. Aconselhou a que no futuro sejam potencializadas as atividades, por exemplo, na elaboração do colar, as missangas poderiam ser de vidro em vez de plástico, uma vez que o tema se relacionava com o ambiente.

3.2.3 - «Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos.» (LS 53)

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 3 de 6) Aula 3 – Lição n.º28

Sumário: Ação humana sobre a Natureza: Dinâmica de grupo.

Aprendizagens Essenciais: Questionar razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  50'' | Avaliação formativa |
|---|--|--|---|---|---|--|
| B - Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. | 2 - Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza | A destruição do ambiente vital onde todos (humanos e não humanos) habitamos; Razões que conduzem ao comportamento destrutivo; O egoísmo; O desenvolvimento direcionado apenas para o lucro sem preocupações sociais ou do bem comum; Desejo de obtenção de bem-estar no imediato sem prevenir consequências negativas a médio e longo prazo; Subordinação da política à economia e ao lucro fácil. | Acolhimento e sumário. | Caderno diário/dossier | 5'' | Assiduidade e pontualidade. |
| | | | Leitura do Manual Ação humana sobre a natureza - leitura das páginas 110 e 111 do manual | Manual da disciplina | 5'' | O professor observa a escuta/atenção dos alunos. |
| | | | Dinâmica de grupo no âmbito da ação humana sobre a natureza Os alunos trabalham a pares, ou em grupos de 3. Cada grupo tem que descobrir informações sobre um determinado tema: 1 – O que é o aquecimento global e quais as suas consequências? 2 – O que é a desflorestação e como a podemos combater? 3 – Qual a importância da água e como a podemos proteger? 4 – O que é a desertificação e que problemas causa? 5 – Por que motivo os seres humanos têm comportamentos destrutivos para com o Planeta? Os alunos têm 15 minutos para pesquisar no manual ou na internet através do seu telemóvel as informações solicitadas ao seu grupo. Após esse tempo, cada grupo apresenta à turma a sua pesquisa e vai sendo preenchido o quadro “Cuidar da Casa Comum”, afixado numa parede da sala de aula. | Manual; Fotocópia do quadro “Cuidar da Casa Comum” (anexo) | 35'' | O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho. Observações registadas na grelha de observação. Prof. verifica se as respostas estão corretas e adequadas. Exposição oral. Prof. regista na grelha de observação o desempenho. |
| | | | Síntese: O planeta Terra é a nossa casa comum e devemos cuidar dele. (Proposta) | Caderno diário/dossier | 5'' | ----- ----- |

Tabela 4 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 28 (Aula 3 de 6)

A terceira aula foi centralizada no objetivo 2 – «Interpretar criticamente a ação humana sobre a natureza» e procurou ainda trabalhar a aprendizagem essencial «Questionar razões e situações que conduzem a comportamentos destrutivos para com a natureza». A aula iniciou com um breve acolhimento aos alunos, seguindo-se a chamada. A professora escreveu o sumário no quadro enquanto os alunos iam chegando e incentivou o registo do mesmo nos cadernos diários. Verificou-se um ligeiro atraso na generalidade dos alunos, assim como, uma agitação fora do comum, o que gerou algum atraso no início da aula. Os alunos começaram por recolher os seus colares (já secos e prontos), realizados na aula anterior, o que também criou algum alvoroço.

Após os alunos acalmarem a professora começou por explicar como iria decorrer a aula e quais os conteúdos a tratar. Especificou que iriam trabalhar em grupo conteúdos relacionados com a «Ação Humana sobre a Natureza». Foi feita uma breve introdução através da leitura das páginas 110 e 111 do manual e seguidamente foi indicado aos alunos que teriam que formar cinco grupos, pois cada grupo iria tratar um tema diferente, sendo eles: 1 – O que é o aquecimento global e quais as suas consequências?; 2 – O que é a desflorestação e como a podemos combater?; 3 – Qual a importância da água e como a podemos proteger?; 4 – O que é a desertificação e que problemas causa?; 5 – Por que motivo os seres humanos têm comportamentos destrutivos para com o Planeta?. Após a organização dos grupos os alunos dispuseram de quinze minutos para pesquisar no manual as informações solicitadas ao seu grupo, respondendo à questão levantada. Após esse tempo, cada grupo apresentou à turma a sua pesquisa e foi preenchendo o quadro «Cuidar da Casa Comum». O pretendido com o quadro e a exposição do mesmo vai ao encontro da intenção preconizada no «Cantinho da EMRC», onde há atividades que vão sendo expostas, no sentido de ser valorizado o trabalho desenvolvido pelos alunos. Todos os grupos apresentaram a sua pesquisa, contudo, não preencheram o quadro na totalidade e não houve tempo para construir a síntese de aula.

Fazendo um balanço final da aula em questão, a mesma decorreu com alguma agitação inicial o que dificultou um pouco a gestão do tempo. Os alunos foram chegando a “conta-gotas” o que exigiu alguns ajustes momentâneos na organização dos grupos. No entanto, prestaram atenção aquando da leitura das páginas do manual e durante a realização do trabalho de grupo os alunos revelaram interesse e empenho. Os trabalhos em grupo mostram ser uma estratégia positiva, na medida em que permitem a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento. Através das trocas produzidas nesta relação de aluno-aluno acontece a aprendizagem cooperativa. Além disso, acaba por ser uma estratégia mais dinâmica onde o aluno é o centro, e o trabalho parte dele, promovendo a autonomia. O resultado apresentado pelos grupos revelou-se positivo e adequado às características da turma. Paralelamente com as

3.2.4 - «Laudato Si’, mi’ Signore – Louvado sejas, meu Senhor.»

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 4 de 6)

Aula 4 – Lição n.º 29

Sumário: A natureza na sabedoria religiosa; O exemplo de S. Francisco de Assis; Visualização de vídeo e sua análise.

Aprendizagens Essenciais: Identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  50'' | Avaliação formativa |
|--|---|--|---|---|---|--|
| <p>C - Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas</p> <p>J - Descobrir a simbólica cristã</p> <p>O - Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo</p> | <p>3 – Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local do encontro com Deus</p> <p>4 – Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza</p> | <p>- O “ Criado” nas várias tradições religiosas;</p> <p>- A experiência da gratidão em relação ao Deus que na criação se dá e tudo nos oferece;</p> <p>O exemplo de S. Francisco de Assis e a irmã Natureza</p> | <p>Acolhimento e sumário.</p> <p>Consolidação da aula anterior.</p> | <p>Caderno diário/dossier</p> | 10'' | <p>Assiduidade e pontualidade</p> |
| | | | <p>PowerPoint</p> <p>A natureza na sabedoria religiosa e o exemplo de S. Francisco de Assis</p> <p>Exercício prático</p> <p>Os alunos realizam um exercício de consolidação de conteúdos no seu Caderno Ecológico. A tarefa é realizada a pares e após a conclusão de toda a turma o professor faz a respetiva correção.</p> | <p>Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, Videoprojector, PowerPoint</p> <p>Caderno ecológico</p> | 20'' | <p>O professor observa a escuta/atenção dos alunos.</p> <p>O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho.</p> |
| | | | <p>Visualização de vídeo</p> <p>Os alunos assistem a vídeo sobre o consumismo excessivo e como este afeta o Planeta Terra.</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=TffNfxoTJC4</p> <p>Em seguida é feita uma reflexão e análise sobre o conteúdo do vídeo.</p> <p>Exercício pratico</p> <p>Os alunos refletem e procuram formas de evitar o consumo excessivo e combater o descartável. Anotam as suas reflexões no Caderno Ecológico. É feita uma partilha coletiva das reflexões dos alunos.</p> | <p>Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, Videoprojector, PowerPoint, Internet</p> <p>Caderno ecológico</p> | 15'' | <p>O professor observa a escuta/atenção dos alunos.</p> <p>O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho e a execução da tarefa. Observações registadas na grelha de observação.</p> |
| | | | <p>Síntese: A natureza é local de encontro com Deus e motivo de gratidão e louvor, como testemunha São Francisco de Assis. (Proposta)</p> | <p>Caderno diário/dossier</p> | 5'' | ----- |

Tabela 5 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 29 (Aula 4 de 6)

Na quarta aula da UL4, os objetivos a trabalhar foram o «3 – Conhecer a perspectiva religiosa sobre a natureza como local do encontro com Deus» e o «4 - Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza». Como aprendizagem essencial: «Identificar na mensagem e tradição cristã a natureza como dádiva de Deus para a felicidade do ser humano.»

A aula iniciou com um breve acolhimento aos alunos, seguindo-se a chamada. A professora escreveu o sumário no quadro enquanto os alunos se iam acomodando e incentivou o registo do mesmo nos cadernos diários. A maioria dos alunos foi pontual e procedeu-se ao registo em grelha própria da pontualidade e assiduidade dos alunos. Após o acolhimento e sumário sucedeu-se a consolidação da aula anterior. Cada grupo lembrou o seu tema e indicou os principais problemas e consequências da ação humana sobre a natureza que descobriu na elaboração do trabalho. Os grupos que não haviam escrito no quadro «Cuidar da Casa Comum» foram fazendo o mesmo durante a consolidação. O quadro foi afixado no «Cantinho da EMRC». Decidiu-se como síntese da aula anterior: «As nossas atitudes refletem-se no Planeta Terra».

Seguidamente foi feita uma introdução à temática da aula e foi apresentado um *PowerPoint*, onde o tema principal era «A natureza na sabedoria religiosa e o exemplo de S. Francisco de Assis.» Foi indicado que todas as tradições religiosas exaltam a bondade de Deus manifestada nas obras da criação e o respeito que os seres humanos devem à natureza. Foram feitas pequenas referências à forma como as diferentes religiões encaram a natureza. Esta referência tornou-se bastante pertinente uma vez que na turma existem alunos muçulmanos. No Cristianismo deu-se destaque ao exemplo de S. Francisco de Assis e os alunos ficaram a conhecer a sua história. Ressalvou-se que o Papa Francisco se inspirou em S. Francisco de Assis para escrever a *Laudato Si'*. O santo foi exemplo de cuidado pelo que é frágil, pelos mais pobres e abandonados. Pretendeu-se transmitir que como somos todos filhos de Deus, conseqüentemente, somos irmãos e tomando perceção dessa fraternidade universal, seremos capazes de colaborar na construção de um mundo melhor, na promoção do bem comum. De forma a aplicar os conteúdos lecionados, os alunos realizaram um exercício no seu Caderno Ecológico. A tarefa foi realizada a pares e após a conclusão de toda a turma foi feita a respetiva correção. Os alunos revelaram-se participativos e na generalidade responderam corretamente.

Para reforçar a questão do facto do pensamento de S. Francisco de Assis ser inspirado na procura de um modo de vida alternativo, baseado no uso responsável dos recursos naturais e na promoção do bem-estar de todos, foi apresentado aos alunos um vídeo sobre o consumismo. No final o mesmo foi analisado e explorado. Por fim, os alunos foram desafiados a procurar atitudes que evitem o consumo excessivo e que combatam o “descartável”. Os alunos foram apresentando as suas respostas que foram sendo complementadas. Anotaram as diversas atitudes no Caderno Ecológico. Nesta aula a síntese da mesma foi facilitada pela professora:

«A natureza é local de encontro com Deus e motivo de gratidão e louvor, como testemunha São Francisco de Assis.»

Em suma, a aula decorreu com normalidade, apenas com algumas interrupções dos alunos que foram chegando atrasados, mas que facilmente foram geridas. Foi sendo notada alguma agitação na turma, mas não se mostrou perturbadora do bom funcionamento da aula. Os alunos demonstraram interesse na aula especialmente na realização dos exercícios práticos, como também foram participativos. Foi uma aula tranquila, os exercícios revelaram-se adequados às características da turma e considerou-se que os objetivos foram atingidos. Na reunião de avaliação do Núcleo de Estágio, foi confirmado como aspetos positivos as atividades propostas e o interesse e participação dos alunos. Foi feita também referência à excelente apropriação do vídeo apresentado, tendo uma mensagem forte e direta. Como aspetos negativos destacou-se a ausência da exploração do Cântico das Criaturas, particularmente, a questão do Irmão Sol e da Irmã Lua e foi ainda sugerido a colocação de frases chave no *PowerPoint* destinado à temática da natureza na sabedoria religiosa.

3.2.5 – «Creio que a Natureza une as culturas do mundo.» (Wangari Maathai)

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 5 de 6)

Aula 5 – Lição n.º30

Sumário: Quem foi Wangari Maathai? Biografia e o seu papel enquanto ambientalista; Elaboração de painel sobre Wangari Maathai

Aprendizagens Essenciais: Caracterizar algumas instituições de defesa da natureza.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  50'' | Avaliação formativa |
|---|---|---|---|---|---|--|
| J - Descobrir a simbólica cristã | 3 – Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local do encontro com Deus | A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo.; A responsabilidade em relação às gerações vindouras; Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações. | Acolhimento e sumário. | Caderno diário/dossier | 5'' | Assiduidade e pontualidade. |
| | | | PowerPoint Wangari Maathai – Biografia e o seu papel enquanto ambientalista Visualização de vídeo Pequena biografia de Wangari Maathai https://www.youtube.com/watch?v=dGJiSp3DPjY | Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, Videoprojector, PowerPoint, Internet | 20'' | O professor observa a escuta/atenção dos alunos. O professor motiva a realização da tarefa, observando o empenho. |
| | | | Exercício pratico Os alunos realizam um exercício de consolidação de conteúdos no seu Caderno Ecológico. O exercício consiste em responder a 4 perguntas baseadas na biografia de Wangari Maathai. Após 5 minutos para elaborar a tarefa a mesma é corrigida. | Caderno ecológico | | |
| | | | Painel colaborativo É distribuído a cada par um pedaço de desenho da Wangari Maathai que deve ser pintado a gosto. No final juntam-se todos os pedaços e cria-se a imagem da ambientalista. Cada par deve indicar uma palavra relacionada com a Wangari para acrescentar ao painel, no sentido de dar a conhecer o importante papel da ambientalista. | Fotocópia A3 do desenho de Wangari (anexo), Lápis de cor/canetas, Cola, Papel cenário | 20'' | O professor incentiva a realização da tarefa, observando o empenho, a criatividade e a motivação. Observações registadas na grelha de observação. Verifica se as palavras escolhidas são adequadas. |
| | | Síntese: O ser humano deve centrar-se naquilo que é realmente importante e não na simples vontade de poder indiscriminado que tudo arrasa à sua passagem. (Proposta) | Caderno diário/dossier | 5'' | ----- | |

Tabela 6 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 30 (Aula 5 de 6)

A quinta aula foi lecionada pelo professor estagiário Artur Garcia, com quem a leção da turma foi partilhada. Tal circunstância deveu-se à necessidade da realização da avaliação no âmbito da PES. Uma vez que a UL4 – Ecologia e Valores se refere à UL de referência, manteve-se a planificação e o professor estagiário Artur Garcia apenas fez pequenas adaptações e lecionou a aula previamente planificada e estruturada para a intenção pedagógica principal.

A quinta aula, onde se aborda em exclusivo a ativista queniana Wangari Maathai, surge de um processo reflexivo onde a necessidade de perceber até que ponto era possível comunicar com os alunos e de que forma eles se identificariam com a temática foram questões centrais. A reflexão pode ser um caminho que auxilia os professores a interrogarem-se sobre a sua prática.

A escola, em consequência da massificação escolar, é frequentada por uma grande diversidade de alunos que formam uma heterogeneidade sociocultural que, não raras vezes, é entendida como um fator problemático para o processo educativo. Contudo, refletindo, a multiculturalidade mostra, contrariamente ao expectável, ser um fator enriquecedor. A partir desta multiculturalidade deve existir preocupação na promoção da interculturalidade, onde o foco é a interação e o diálogo, como estratégia essencial para estabelecer pontes e encontrar aspetos comuns entre indivíduos, grupos e comunidades diversas.

Conforme indica Vilaça & Carmona, é necessário dar aos alunos a oportunidade de construir alternativas que os convençam da necessidade de agirem e de acreditarem que o seu futuro está nas suas mãos e que é possível ultrapassar as dificuldades da vida.¹⁵⁷ Posto isto, sentiu-se a necessidade de apresentar alguém com quem os alunos se identificassem, nomeadamente, culturalmente, considerando que se trata de uma turma com alunos maioritariamente de descendência africana. De facto, a história de Wangari Maathai é uma história de superação e de perseverança, onde as suas descendências humildes foram incentivo e não obstáculo. É missão também da escola mostrar que é possível alcançar sonhos e permitir o contacto com histórias reais de superação. Se são objetivos da disciplina de EMRC ajudar a formar pessoas autónomas, capazes de se dar a um projeto pessoal de vida valioso e de levá-lo livremente à prática,¹⁵⁸ então considera-se que nesta aula os objetivos foram atingidos. Analisando a leção do professor estagiário Artur Garcia, denotou-se algum nervosismo pelo facto de não ser uma aula das suas unidades letivas e planificada exclusivamente por ele, contudo, considerou-se que a aula decorreu de forma muito positiva. Sentiu-se apenas a

¹⁵⁷ Cf. Isabel Vilaça e Vítor Carmona, «Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica», *Revista Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, 5 (2006): 91, https://www.educris.com/v3/centrorecursos/download.php?t=doc&f=pastoral_catequetica_5_210625034826.pdf;

¹⁵⁸ Cf. Vilaça e Carmona, «Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica», 96.

necessidade de aprofundar mais a importância da relação do Ambiente com o Prémio Nobel da Paz, bem como, a relação com a questão do feminismo.

3.3 - Atividade de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa «Cuidar da Casa Comum»

A presente atividade embora pertença à lecionação da UL4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano, foi dinamizada pelo grupo de estágio e incluiu também a turma do 9.º ano. Com esta atividade pretendeu-se consolidar os conteúdos trabalhados ao longo da unidade letiva, com especial foco na meta O - «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo», objetivo 4 - «Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza»; e conteúdo «Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo.» A aprendizagem essencial inerente a esta atividade foi «Participar em iniciativas que promovam a proteção do mundo como casa comum.» Primeiramente foi pensada a atividade num todo, começando pelos objetivos, a data, os momentos constitutivos da mesma e todos os procedimentos inerentes (aprovação do Conselho Pedagógico, autorização dos Encarregados de Educação se aplicável, contactos com outras entidades, materiais e/ou recursos a utilizar, informar os professores do Conselho de Turma, os Diretores de Turma). Após toda a reflexão necessária a atividade ficou definida da seguinte forma: Palestra; Plantar árvore no recinto escolar; Recolha de Lixo no Parque de Neudel; Almoço partilhado, estilo piquenique, no Parque.

Para a organização da atividade foram elaborados diversos documentos, mais especificamente, requerimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Águas Livres, o texto de agradecimento e passagem de testemunho a ler no momento da plantação da árvore, as autorizações para participar na recolha de lixo e no almoço partilhado e ainda um certificado de participação, que foi devidamente assinado e carimbado pela Direção.

3.3.1 - «A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.» (LS 13)

Nível 8.º ano — Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores (Aula 6 de 6) Aula 6 – Lição n.º31

Sumário: Atividade Ambiental «Cuidar da Casa Comum».

Aprendizagens Essenciais: Participar em iniciativas que promovam a proteção do mundo como casa comum.


| Metas | Objetivos | Conteúdos | Estratégias | Materiais |  | Avaliação formativa |
|---|---|--|--|--|---|---|
| <p>J - Descobrir a simbólica cristã</p> <p>O - Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo</p> | <p>3 – Conhecer a perspetiva religiosa sobre a natureza como local do encontro com Deus.</p> <p>4 - Reconhecer o contributo do Cristianismo no cuidado da Natureza.</p> | <p>A experiência da gratidão em relação ao Deus que na criação se dá e tudo nos oferece; o reconhecimento da natureza como lugar permeado pela presença de Deus; A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza: usar a natureza com equilíbrio e sem arbitrariedade e egoísmo; A responsabilidade em relação às gerações vindouras;</p> <p>Instituições de defesa da natureza: objetivos e atuações.</p> <p>Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo.</p> | <p>Palestra sensibilizadora sobre a importância da floresta e o impacto negativo dos fogos rurais</p> | <p>Sala de aula, Computador, Tela/quadro, Caneta/giz, Videoprojector</p> | 40'' | <p>Assiduidade e pontualidade. O professor observa a escuta/atenção dos alunos.</p> |
| | | | <p>Plantação de árvore no recinto escolar</p> | <p>Material de jardinagem, árvore, Texto de agradecimento e passagem de testemunho</p> | 40'' | <p>O professor observa o envolvimento e interesse dos alunos.</p> |
| | | | <p>Recolha de lixo no Parque de Neudel (localizado nas imediações da escola)</p> | <p>Luvas, sacos do lixo, Diploma de participação</p> | 30'' | <p>O professor incentiva a realização da tarefa, observando o empenho e o trabalho em equipa. Observações registadas na grelha de observação.</p> |
| | | | <p>Almoço picnic no Parque de Neudel</p> | <p>-----</p> | 60'' | <p>Relações interpessoais</p> |

Tabela 7 - Planificação da Unidade Letiva 4: Ecologia e Valores, Lição n.º 31 (Aula 6 de 6)

Para abertura da atividade de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa designada por «Cuidar da Casa Comum», optou-se por uma palestra sensibilizadora sobre a importância da floresta e o impacto negativo dos fogos rurais. A palestra foi a cargo dos Bombeiros Mistos do Concelho do Seixal, mais concretamente, pelo Bombeiro de 1.ª Tiago Soares. Pretendeu-se que os alunos apreendessem quais os impactos ambientais dos fogos rurais no meio ambiente, como também, compreendessem o alcance da questão ambiental e a forma como esta toca em tantas áreas do quotidiano e até mesmo profissões. Também se pretendeu proporcionar aos alunos um contacto externo e diferente ao que estão habituados. A dimensão da aprendizagem é muito vasta e abrangente, não podendo atribuir-se exclusivamente ao referencial professor-aluno. A diversidade dos contextos e das práticas que podem utilizar-se para promover a aprendizagem evidencia a necessidade de aproximação dos alunos à realidade social, devendo adequar-se as aprendizagens às reais necessidades do indivíduo e da sociedade. Os alunos mostraram-se interessados e tiveram oportunidade de colocar questões, que foram prontamente respondidas. O material necessário para a realização da palestra foi uma sala de aula (sala D205 para as duas turmas, 8.ºE e 9.ºD), o retroprojektor e o computador.

Após a palestra procedeu-se à plantação da árvore, estratégia esta que ia ao encontro da sensibilização dos alunos para as questões ambientais e ao mesmo tempo responsabilizar os mesmos para o cuidado a ter com as árvores e plantas, tendo como finalidade a turma do 8.ºano ficar responsável por cuidar da árvore no próximo ano letivo. Relativamente à turma do 9.º ano, uma vez que estavam a terminar o seu percurso escolar na escola Básica Pedro D'Orey da Cunha, propôs-se que a mesma seleccionasse uma turma de 5.ºano para apadrinhar a árvore. Pretendeu-se promover nos alunos atitudes de cidadania responsável, nomeadamente na preservação do meio ambiente. Estas atividades promovem a preocupação no cuidado que se deve ter com a natureza. Foi necessário escolher uma espécie a plantar adequada ao clima e solo, sendo a escolhida uma oliveira. O material necessário foi a respetiva árvore e o material de jardinagem inerente. No final de todo o processo de jardinagem, foi lido um pequeno texto de agradecimento e de apadrinhamento. Também os representantes da Junta de Freguesia e da Direção da escola, que se fizeram presentes, discursaram e louvaram a ação ambiental e os seus objetivos.

Terminados os momentos solenes, seguiram os alunos e professores para o Parque Neudel para a recolha de lixo. Esta ação pretendeu consciencializar os alunos para um problema que todos devemos ajudar a resolver: manter os espaços limpos. É importante realizar estas iniciativas de modo a que todos cresçam com uma boa consciência ambiental, reforçando assim os valores ecológicos dos alunos e o seu compromisso com o meio ambiente. Ensinar a deitar o lixo no sítio adequado desde cedo é fundamental para que as crianças e jovens adquiram este

hábito e o pratiquem durante as suas vidas. Haverá vantagens que a escola inclua experiências de aprendizagem em contextos não formais, complementando as aprendizagens formais com aspectos decorrentes da vida quotidiana dos alunos. Para esta ação de limpeza foram utilizados sacos do lixo e luvas. O percurso até ao Parque foi feito a pé, uma vez que se localiza nas imediações da escola. Todos os procedimentos de segurança foram tidos em consideração.

Por fim, a atividade terminou com um almoço partilhado, estilo picnic no Parque de Neudel. Com este almoço partilhado, desejou-se promover junto dos alunos o convívio e a partilha, vivenciando os valores da amizade e da interajuda. Foi também um momento de reflexão sobre o percurso realizado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada.

A título de conclusão, e conforme já foi mencionado, reforça-se a importância da integração da educação ambiental nas práticas curriculares. É sabido que a religião, por meio das várias denominações religiosas existentes, exerce uma grande influência nas atitudes e nos valores dos indivíduos, desempenhando, dessa maneira, um importante papel educativo. Nesse sentido, a disciplina de EMRC tem um contributo deveras importante para levar os alunos a perceberem a importância de terem comportamentos e atitudes ecológicas, motivando-os a assumirem uma ética do cuidado em relação ao planeta Terra, testemunhando a vivência ecológica como uma educação dos valores da gratidão, do cuidado, do respeito, da responsabilidade e da fraternidade. Refere Silva, que os valores mais elevados da humanidade estão incluídos nos antigos princípios religiosos e filosóficos referentes à ética e à moral, portanto, o conhecimento científico ocidental moderno, o meio ambiente e os seres vivos em geral, teriam muito a ganhar, se todos os que se preocupam com as questões ambientais atentassem mais seriamente os ensinamentos ancestrais a esse respeito, no sentido de descobrirem as razões pelas quais esses ensinamentos foram criados.¹⁵⁹ A crise atual não é só ecológica, alastra-se por todas as áreas de atuação humana e em cada uma delas é necessária uma reflexão que inclua a integralidade global. É necessária uma consciencialização clara e profunda, que chegue ao coração dos alunos, que mostre que cuidar do ambiente é cuidar da própria vida e cuidar dos outros. O conhecimento ecológico proporciona uma base fundamental para a compreensão da natureza dos problemas ambientais que enfrentamos e é indissociável de um conjunto de valores que lhe é inerente.

No que à temática do meio ambiente diz respeito, as atividades «outdoor» são de mera importância, numa avaliação que tem de ultrapassar as potencialidades associadas ao contexto formal de aprendizagem. Uma vez que um dos problemas demonstrados na encíclica *Laudato Si'* é o excesso antropocêntrico, considera-se que um contato continuado com a natureza pode

¹⁵⁹ Cf. Magnólia Gibson Cabral Silva, «Religião e sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida», *Paralellus: Revista Eletrónica em Ciências da Religião*, 8, Vol. 4 (2013): 184, <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/281>.

promover outras formas de pensar e de ver o mundo menos centradas no ser humano. As escolas deveriam potenciar um conjunto continuado de deslocações a espaços com características diversas, repensando o tipo de finalidades educativas a elas associadas e conseqüentemente os moldes da sua implementação no que se refere à periodicidade, exigências, disciplinas envolvidas e número de alunos.

Se a escola é um meio privilegiado onde os saberes se cruzam, devemos desafiar o próprio campo educativo como espaço físico e humano propício para uma formação da educação ambiental, porque a melhor forma de solucionar problemas ambientais é evitá-los. O diálogo entre a EMRC e a educação ambiental mostra-se positivo na medida em que há a valorização do meio ambiente como elemento que compõe o discurso sobre o sagrado, acrescentado ainda que «a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza.» (LS 215) Desta forma, não restaram dúvidas da pertinência da atividade, que envolve a questão ambiental de uma forma pluridisciplinar.



*Figura 6 – Evidência 1, da tabela 6 –
Preparação do terreno para plantar a
árvore*



*Figura 8 - Evidência 2, da tabela 6 – Aluno
a regar a árvore*



*Figura 7 - Evidência 3, da tabela 6 -
Plantação da árvore*

Toda a atividade decorreu de forma positiva, serena, ordenada e organizada. Os alunos revelaram interesse e envolveram-se em todos os momentos. No momento da recolha do lixo a maioria dos alunos do 9.º ano apresentaram alguma relutância. Esta facto mostra a verdadeira necessidade de dinamizar estas atividades de sensibilização e de cidadania ativa. O ponto alto acabou por ser o almoço piquenique, onde foi possível os alunos confraternizarem com os professores de uma forma mais informal e próxima. Houve risos, brincadeiras e agradecimentos.

3.4 - A avaliação e os progressos dos alunos

A avaliação é um elemento essencial para verificar os conhecimentos dos alunos e faz parte do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, deve ser vista como um elemento que permite ao aluno melhorar, de forma a atingir o sucesso, e não como um elemento penalizador, sendo importante procurar estratégias de avaliação diversificadas. Conforme refere Arends, tal como os líderes são responsáveis pela avaliação das pessoas que trabalham a seu cargo, os professores são responsáveis pela avaliação dos seus alunos. A avaliação e a atribuição de classificações são de máxima importância para os alunos e encarregados de educação, e a forma como se processam têm consequências a longo prazo.¹⁶⁰ A avaliação acarreta um conjunto de informações que são recolhidas e sintetizadas pelos professores referentes aos seus alunos. A recolha de informação pode ser feita de forma informal, com observações e troca verbais, ou de forma formal, através de trabalhos de casa, testes e relatórios escritos.¹⁶¹ A avaliação deve ajudar a aprender, devendo propiciar aos alunos transformações e novas perspetivas de aprendizagem.

A avaliação das aprendizagens dos alunos é um momento de extrema importância pela reflexão séria que exige, sobretudo porque se trata de um processo contínuo e sistemático. Avalia-se para informar, para situar o professor e o aluno no percurso escolar, para aperfeiçoar o ensino, para acompanhar e regular a aprendizagem do aluno. Os professores, como profissionais reflexivos e não simplesmente cumpridores de diretrizes externas, recriam as práticas propostas, personalizando-as e adaptando-as aos contextos e destinatários concretos. É importante considerar a naturalidade das diferenças. Conforme defende Sacristán, a ideia de alcançar os mesmos fins com a educação, assumindo que todos os alunos apresentam a mesma natureza humana, é um tema central no pensamento educativo e um desafio difícil para os professores. A consideração da diversidade humana é uma constante na educação e as respostas que podem ser dadas a esta questão, dependem do modo como se entende a universalidade e da forma como esta é respeitada. Distinguir os alunos pelo seu engenho, agrupá-los de acordo com as suas características e habilidades, individualizado o ensino, são práticas inerentes ao desenvolvimento da sensibilidade pedagógica.¹⁶² É fundamental a avaliação estar alinhada com este pensamento.

Os instrumentos de avaliação possibilitam o acompanhamento da aprendizagem do aluno, visto que expressam o que o aluno aprendeu ou ainda precisa aprender. A utilização

¹⁶⁰ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 227;

¹⁶¹ Cf. Arends, *Aprender a Ensinar*, 229;

¹⁶² Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 63.

repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação não permite ver o indivíduo sob todos os ângulos, o que pode induzir em erros graves. Os instrumentos de avaliação apresentam diferentes naturezas: testes, cadernos, fichas, trabalhos de grupo, trabalhos individuais, portefólios, apresentações orais, grelhas/registos de observação, outros.

Tendo por finalidade promover a aprendizagem, na prática da avaliação formativa é apropriado o uso da observação dos alunos durante a realização de tarefas de aprendizagem e na sua intervenção em sala de aula. A observação proporciona continuidade, possibilitando o acompanhamento e a regulação da aprendizagem dos alunos, no entanto, para isso, é necessário utilizá-la de forma direta e organizada. O professor precisa de organizar formas de registos que expressem os dados registados durante a observação, evitando a subjetividade. A observação apresenta várias vantagens, nomeadamente, viabiliza o registo de comportamentos quer positivos quer negativos, capta aspetos mais espontâneos, é fácil de aplicar e avalia aspetos para os quais não há outras técnicas. A observação realizada com fins avaliativos exige que o professor faça um registo, documentando esse tipo de avaliação e as informações recolhidas.

Para a UL4 – Ecologia e Valores, foi elaborada uma grelha de observação que permitiu recolher informação sobre o trabalho em sala de aula de cada aluno. Também existiu uma grelha própria referente à avaliação do Caderno Ecológico, do caderno diário e do trabalho de grupo (aula 3). A avaliação deve valorizar a aprendizagem e não apenas o ensino, e tem de estar na base da criação de condições para que cada aluno aprenda a conhecer, aprenda a fazer, aprenda a viver juntos e com os outros.

Ainda no que se refere à UL4 – Ecologia e Valores, a avaliação foi feita de forma contínua, onde, conforme já foi mencionado, se incluiu o registo da colaboração e participação nas atividades propostas ao longo dos tempos letivos, e da observação, pelo professor, das atitudes resultantes do processo de ensino-aprendizagem, expressas pelos discentes. Foram ainda avaliados o caderno diário e o Caderno Ecológico. O Caderno Ecológico foi um elemento de avaliação importante e surgiu de forma organizada e devidamente planeado, com exercícios práticos que visaram aferir a assimilação de conteúdos ao longo da unidade. Assim, foi possível construir uma visão alargada e pormenorizada, quanto possível, da aquisição e compreensão de conteúdos por parte dos alunos. Com o Caderno Ecológico pretendeu-se ainda que os alunos pudessem refletir sobre o seu próprio trabalho e que tivessem uma participação ativa, não esquecendo a responsabilidade. O objetivo foi assegurar aos alunos, e ao professor, uma maior compreensão do que foi ensinado, influenciando de forma positiva a forma como se ensina, se aprende e se avalia.

A avaliação é um processo contínuo e importa referir que os alunos, no final do ano letivo, foram avaliados mediante o seu desempenho ao longo de todas as unidades letivas,

considerando os diversos instrumentos de avaliação utilizados. A diversidade de instrumentos de avaliação foi utilizada em prol dos alunos, sendo o sucesso dos mesmos o principal objetivo. Quando centrada no aluno, a avaliação proporciona horizontes mais vastos, onde os alunos podem descobrir melhor o seu potencial, incentivando-os a serem agentes ativos da sua formação. A avaliação é uma questão bastante complexa e, não parece existir um consenso em torno de um modelo verdadeiramente eficaz, contudo é sabido que a mesma deve ser o mais justa possível.

Denotou-se um grande progresso nos alunos no decorrer do ano letivo. Os alunos chegaram à sala de aula, no primeiro dia de aulas, com uma atitude tímida e revelaram-se pouco participativos em dinâmicas que exigiam as suas opiniões e pontos de vista, bem como, eram pouco céleres na elaboração das tarefas propostas e com ritmos de trabalho distintos. Também a pontualidade da generalidade dos alunos se mostrou um fator perturbador no início do ano letivo. Contudo, a reflexão elaborada no final de cada aula permitiu procurar e aplicar diversas estratégias que foram mitigando os aspetos negativos. No final do ano letivo, na generalidade, os alunos apresentavam uma postura mais participativa e sentia-se um genuíno envolvimento nas tarefas propostas, mais concretamente, na lecionação da UL4 – Ecologia e Valores, que foi a última unidade a ser lecionada.

3.5 - Reflexão sobre a Unidade Letiva 4 – Ecologia e Valores, do 8.º ano

Terminada a lecionação da UL4 no âmbito da PES, importa efetivar uma ponderação global da mesma, onde a reflexão sobre os métodos e estratégias de ensino aplicados permite ao docente aumentar o seu repertório de lecionação, como também, revela ser um processo de desenvolvimento profissional.

A lecionação da UL4 pressupõe as metas e os objetivos como linhas orientadoras, que assentam necessariamente numa metodologia ativa e aberta, deixando campo livre à adequação das características da turma. A questão ecológica é abordada de forma muito específica na unidade letiva, e os seus conteúdos sensibilizam os alunos, tal como, promovem um espírito crítico, independentemente das convicções religiosas. O seu contributo é uma mais-valia para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais sustentável. Pode considerar-se que a unidade letiva está orientada em dois sentidos: reconhecer a natureza como dádiva de Deus (numa leitura crente) e, também, educar os alunos no sentido da responsabilidade de respeitar a natureza e todos os seus elementos. Tanto a dignidade humana como a beleza e a bondade da criação têm implicações humanas e sociais, que necessitam de ser testemunhadas e passadas de geração em geração.

Para a lecionação da unidade letiva em questão, conforme já foi mencionado, optou-se por fazer referências à encíclica *Laudato Si'* e seguir a sua linha de pensamento e atuação. A *Laudato Si'*, onde o Papa Francisco pretende «entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum» (LS 3), católicos ou não, surge como um apelo a agir de forma diferente, apresentando sérias preocupações com a degradação ambiental e o aquecimento global, mas também dando muitas das respostas que são fundamentais para os nossos dias. O Papa procura compreender os problemas da degradação da Terra a partir da realidade contemporânea de forma ampla e interdisciplinar, analisando as causas fundamentais desses problemas. A carta encíclica é um convite ao ser humano para ser o verdadeiro protagonista de alternativas socialmente mais dignas, justas, éticas e ecologicamente sustentáveis. Na *Laudato Si'*, assinala-se a carência de uma cultura ecológica assente num conceito de ecologia integral, a qual deve incorporar outras dimensões, além da dimensão ambiental, como a económica, a social, a cultural, a espiritual e da vida quotidiana. É imperativo pensar a ecologia numa perspetiva que considera o mundo como uma «casa comum», nunca esquecendo que tudo está interligado. Posto isto, não surgiram dúvidas na pertinência da encíclica na planificação desta unidade letiva. Ao ser abordada e trabalhada a *Laudato Si'*, vai-se ao encontro dos conteúdos e objetivos da unidade, passando-se por todas as metas.

Num primeiro momento, o objetivo foi dar a entender aos alunos que o ambiente humano não se pode separar do ambiente natural, pois é neste último que o ser humano vive e respira. A par disso os alunos foram sendo sensibilizados, ao longo de toda a unidade letiva, para o facto de estarmos a assistir à degradação dos dois ambientes, assim como, para o facto de não ser possível enfrentar de forma adequada a degradação ambiental, sem se prestar atenção às causas que se relacionam com a degradação humana e social. (LS 48) Este aspeto não pode causar indiferença, uma vez que os mais afetados pela degradação ambiental e humana são precisamente os mais frágeis do Planeta. Tudo está interligado, e as nossas atitudes refletem-se no planeta Terra. Fez-se referência de forma específica ao termo «Ecologia Integral», sendo importante realçar que o bem-estar da humanidade depende da manutenção de um ambiente saudável, bem como, da biodiversidade, ou seja, a relação de respeito que se estabelece com os mais variados seres que habitam nesta terra. Foi também reforçado junto dos alunos que «Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo. Pelo contrário, o mundo do consumo exacerbado é, simultaneamente, o mundo que maltrata a vida em todas as suas formas.» (LS 230), particularmente na aula 4, no segundo momento, dedicado ao consumismo.

Para enriquecer a temática da UL4 optou-se por apresentar um exemplo pessoal concreto e com a qual os alunos se identificassem: Wangari Maathai, a ativista ambiental queniana que aliou a luta pela preservação do ambiente à paz e à igualdade. Wangari Maathai foi a primeira mulher negra a receber o Prémio Nobel da Paz, pelo seu trabalho de defesa do meio ambiente e das comunidades do seu país, o Quénia. Wangari esteve muitos anos fora do Quénia pois teve a oportunidade de estudar biologia nos Estados Unidos da América. Quando regressou deparou-se com um país completamente diferente daquele que havia deixado, pois encontrou uma grande devastação florestal promovida por grandes empresários de plantações de café e chá. Pode ler-se na autobiografia da ativista queniana que quando esta se deparou com destruição ambiental lamentou a perda de todas as árvores, mas sentiu um profundo reconhecimento pela sabedoria do seu povo e pela forma como várias gerações de mulheres tinham transmitido às filhas a tradição cultural de deixar que as figueiras crescessem nos seus lugares, e esperava também transmitir essa tradição aos seus filhos.¹⁶³ Em grande parte dos países africanos as mulheres têm a responsabilidade de cultivar os campos, cuidar das colheitas e garantir água, sendo, portanto, as primeiras pessoas a encarar e a conhecer os problemas ambientais, bem como, a escassez de água e alimentos. As mulheres foram as primeiras a sentir a escassez e o desgaste dos recursos naturais, e, inevitavelmente, surgiram conflitos e as pessoas

¹⁶³ Cf. Wangari Maathai, *Indomável – Uma luta pela liberdade* (Lisboa: Editorial Bizâncio), 135.

começaram a lutar pelo que restou de terra, água, pastos e florestas. Foi às mulheres que, mais tarde, Wangari deu toda a responsabilidade no seu projeto ambiental.

A campanha de Wangari foi sempre enraizada no mundo real, com reconhecimento do dilema enfrentado pelas comunidades pobres com as suas próprias necessidades básicas. Wangari apresentava uma incrível capacidade de relacionar questões ambientais complexas com o seu impacto nas vidas comuns.¹⁶⁴ Com o Movimento Cinturão Verde, milhares de cidadãos comuns foram mobilizados e habilitados para agir e efetuar mudanças. Aprenderam a superar o medo e a sensação de impotência e passaram a defender os seus direitos democráticos. A árvore tornou-se um símbolo de paz e de resolução de conflitos.¹⁶⁵ Progressivamente, o Movimento Cinturão Verde foi crescendo e de um projeto de plantação de árvores tornou-se também um movimento que plantava ideias.¹⁶⁶ Assim as comunidades onde o Movimento Cinturão Verde trabalhava começaram a desenvolver a responsabilidade pessoal de melhorar a qualidade de vida, em vez de ficarem à espera que o Governo o fizesse, uma vez que, naquela altura, não estava muito preocupado no bem-estar das populações nem com o ambiente. Esta responsabilidade pessoal tornou-se coletiva à medida que as comunidades geriam melhor o ambiente. Com o passar do tempo surgiram também seminários de educação cívica e ambiental que se tornaram parte integrante do trabalho do Movimento Cinturão Verde.¹⁶⁷

Wangari Maathai refere que foi muitas vezes questionada sobre o motivo da escolha das árvores, e que respondia que na verdade existiam muitas respostas para essa questão, mas que no fundo o que a motivava era a ação, o agir, porque o mais importante naquele momento era concentrar-se no que podia efetivamente ser feito e não nas justificações das escolhas.¹⁶⁸ De facto, é este exemplo de cidadania ativa, de ação, de luta e de perseverança que se pode destacar no exemplo de vida de Wangari e que se deve transmitir aos alunos. Ao plantar, regar e cuidar de uma planta, estamos também a regar o presente e aguardando os frutos no futuro. É um ato de fé na vida, no tempo e na natureza. Como ensina Wangari, o trabalho de replantar (a alma e) o mundo não é tarefa solitária, vivemos juntos no mundo e só juntos, cuidando uns dos outros, podemos tornar o planeta Terra num sítio melhor.

Por fim, o culminar da unidade letiva com a atividade ambiental foi bastante positivo e consolidou os conteúdos abordados.

De uma forma geral, considera-se que os objetivos foram atingidos. Os alunos mostraram sempre interesse nas aulas e nas atividades propostas, apresentando um

¹⁶⁴ Cf. Ruth Oniang'o, *et al.* «Action for Africa and the Earth», *World Nutrition*, n.º2 (2011): 527, https://www.researchgate.net/publication/316232213_Wangari_Maathai_Action_for_Africa_and_the_Earth;

¹⁶⁵ Cf. Ruth Oniang'o, *et al.* «Action for Africa and the Earth», 531;

¹⁶⁶ Cf. Maathai, *Indomável – Uma luta pela liberdade*, 184;

¹⁶⁷ Cf. Maathai, *Indomável – Uma luta pela liberdade*, 185;

¹⁶⁸ Cf. Maathai, *Indomável – Uma luta pela liberdade*, 132.

comportamento adequado e uma participação positiva, tendo em conta a caracterização da turma. Já haviam sido lecionadas três unidades letivas antes da Unidade 4 – Ecologia e Valores, o que permitiu um conhecimento mais aprofundado da turma em questão e das suas características, nomeadamente, a pouca participação em dinâmicas que exigem as suas opiniões e pontos de vista e os diferentes ritmos de trabalho existentes. Este facto, orientou a escolha das estratégias a utilizar, visando sempre o sucesso pedagógico.

Uma vez que a temática abordada na unidade letiva é bastante habitual podia de alguma forma suscitar desinteresse, contudo, tal facto não aconteceu. A problemática que também se levantava seria a existência de desinteresse devido à realidade socioeconómica de alguns alunos da turma, mas ao ser retirado o foco da ecologia associada à ciência e procurar-se trabalhar a ecologia à luz do religioso e da moral, trouxe outra perspetiva à temática e promoveu o envolvimento dos alunos. Aparentemente os alunos compreenderam que também eles podem ser ativos e responsáveis na defesa da natureza e nas relações com os que os rodeiam.

A qualidade das sínteses elaboradas no final de cada aula foram um desafio para manter a harmonia entre a exigência de clareza dos conteúdos e os objetivos a serem atingidos, mas foram sempre ao encontro do pretendido.

Ao longo da leção da unidade letiva foram tidos em conta os conteúdos a abordar para que se pudessem aplicar metodologias e estratégias enquadradas ao que se pretendia transmitir aos alunos, nunca esquecendo as características da turma. No geral, a planificação foi cumprida e os conteúdos abordados foram adequados à faixa etária. Conforme os relatórios de aulas descrevem, os problemas e as falhas ao nível da leção foram sendo identificadas e posteriormente corrigidas.

Os materiais criados e adaptados, os vídeos, os *PowerPoint*, o manual da disciplina, o diálogo e as diferentes atividades, permitiram chegar a uma aprendizagem significativa para os alunos. O Caderno Ecológico revelou-se uma estratégia muito positiva e adequada, bem como, foi valorizado pelos alunos. Existindo a consciência que por vezes se cai, com facilidade, no uso excessivo de recursos didáticos, houve a preocupação da diversidade, contudo, o foco foram os conteúdos a transmitir, alinhados com as competências, as potencialidades e as necessidades dos alunos.

Quando se optou por lecionar a UL4 à luz da encíclica *Laudato Si'*, foi preocupação que os alunos percebessem que a responsabilidade do ser humano não se limita somente à proteção do ambiente natural, mas inclui o cuidado das pessoas. Ao preservarmos a saúde do ambiente natural, estamos também a criar condições para o bem-estar e para o futuro da humanidade. Num caminho educacional é importante transmitir estas responsabilidades aos alunos, ajudando a transmitir conhecimentos intelectuais, morais e éticos. O cuidado com cada um é

indispensável para que depois esse cuidado seja multiplicado como que numa cadeia relacional. Cada um de nós é responsável pelo seu próprio bem, e, por conseguinte, pelo bem do outro seu irmão, numa procura constante pela promoção do bem comum. São necessários comportamentos assertivos e o papel da escola passa também por cooperar na formação do carácter dos alunos, reforçando ou levando à aprendizagem de hábitos e de atitudes corretas, benéficas para todos. Para além do cuidado e da mudança de estilo de vida, é também crucial abordar a necessidade de uma espiritualidade ecológica cristã através do ensino da disciplina de EMRC nas escolas.

A educação no domínio da ecologia tem um papel relevante no sentido em que incentiva um novo estilo de vida, e neste caso concreto orientado pela tripla consciência de «uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado.» (LS 202) Motivar os alunos para as questões ambientais torna-se um caminho importante a trilhar, procurando chegar a uma mudança de valores, nomeadamente, para os de justiça social e equilíbrio com a natureza, tendo a participação ativa como princípio básico. Deve, assim, ser um processo participativo por meio do qual os alunos constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, tomam atitudes, exercem habilidades voltadas para a conquista da qualidade de vida e ambiental no espaço habitado, num contexto de justiça social. E foi assim que surgiu a atividade «Cuidar da Casa Comum». Esta atividade, embora se tenha realizado com a colaboração e integração de todo o Núcleo de Estágio, encaixa-se na planificação da UL4 – Ecologia e Valores, sobretudo nas metas e objetivos da mesma.

A aula número cinco foi lecionada pelo professor Artur Garcia, em virtude das aulas assistidas. O professor estagiário Artur Garcia na sua leção fez as alterações que considerou pertinentes, sem descuidar a base da planificação, especialmente, as metas, os objetivos e conteúdos.

Não obstante a análise positiva dos conteúdos apresentados no Programa de EMRC e as sugestões do manual da disciplina, a proposta de leção apresentada pretende não substituir, mas sim ser um contributo para uma posterior extensão ou adaptação dos conteúdos a lecionar.

Conclusão

Apesar do presente relatório final se ter desenvolvido, sobretudo, a partir da encíclica *Laudato Si'* e da promoção do bem comum, tendo como referência a UL4 - Ecologia e Valores, ele constitui o resultado de toda a experiência da PES no ano letivo 2021/2022, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Pedro D'Orey da Cunha, do Agrupamento de Escolas da Damaia.

No primeiro capítulo, no enquadramento da PES, a análise do contexto da escola e da turma foram tarefas fundamentais para uma maior adaptação das planificações. Para uma maior eficácia do processo de ensino-aprendizagem, o professor deverá analisar a turma e tudo o que lhe é inerente, para conseguir adequar as estratégias às características dos alunos. A multiculturalidade patente na turma foi um elemento fundamental no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Vivemos num mundo multicultural e o nosso sistema escolar deveria espelhar este aspeto da vida moderna. É preciso reconhecer que os alunos que frequentam a escola da atualidade provêm de um amplo leque de meios familiares, línguas e competências, para ser possível ir ao encontro das suas necessidades educativas, promovendo assim uma educação multicultural.¹⁶⁹

Não se deve negar as especificidades de cada aluno mas sim adaptá-las e ajustá-las, procurando acomodação e integração, visando eliminar casos de discriminação e prejuízos face às minorias. Dizer que a escola é para todos, pressupõe a consideração pela diversidade cultural que existe na mesma. Do ponto de vista pessoal, uma escola multicultural é uma escola “rica”. Também as realidades sociais são distintas, e neste caso concreto, a turma espelhava o contexto social em que a escola se encontrava. Mas estas características não podem ser barreiras, devem sim, ser incentivos e acrescentos de responsabilidade.

A escola deve estar consciente e atenta no que toca aos problemas sociais que condicionam o sucesso e a plena integração dos alunos mais desfavorecidos. Defende Sacristán que, sem as condições mínimas necessárias para se corrigirem desigualdades estamos perante não só um problema de injustiça, mas também perante um abismo entre seres humanos que discriminam os desfavorecidos, afastando-os da sociedade. A desigualdade implica distância entre uns e outros e a exclusão promove a degradação do excluído. A capacidade de inclusão tem uma projeção na inserção nas atividades produtivas, ou seja, uma sociedade onde os seus membros se educam minimamente está aberta ao progresso.¹⁷⁰ Assim sendo, perante as dificuldades e características dos alunos, a intervenção pedagógica ao longo do estágio pautou-se pela inclusão e integração de todos os alunos, procurando-se sempre ensinar bem, sem

¹⁶⁹ Arends, *Aprender a Ensinar*, 14;

¹⁷⁰ Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 58.

inferiorizar, sem infantilizar e sem descurar conhecimentos. No caso concreto da ecologia, todos os alunos são importantes, independentemente do contexto social onde se inserem, pois cada um, à sua maneira, pode dar um excelente contributo na promoção da ecologia integral - nenhum aluno deve estar à margem do bem comum.

Conforme registado na introdução, este trabalho desenvolveu-se com dois objetivos essenciais, sendo o primeiro: Reconhecer que se atravessa uma verdadeira crise ecológica, já prolongada, pautada pela destruição do ambiente e pela destituição da dignidade de cada ser humano e de todas as criaturas, procurando compreender se abordar o tema da ecologia do ponto de vista antropológico e direcionado para o bem comum pode ser mais motivador e inclusivo para alunos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, muitas vezes eles as próprias vítimas indiretas do «excesso antropocêntrico».

A encíclica *Laudato Si'* («Louvado sejam»), com o subtítulo: Sobre o Cuidado da Casa Comum, é uma carta papal, do Papa Francisco. Aborda essencialmente o cuidado da «nossa casa comum», destacando a importância de entender que o ser humano está intrinsecamente ligado ao planeta Terra e à natureza, portanto, ao ser desrespeitada a natureza é também desconsiderado o próprio ser humano. A *Laudato Si'* traz uma nova metodologia de evangelização que pressupõe o ver, o julgar e o agir. O agir inclui propostas para que o cristão possa conhecer a realidade (ver), iluminando-a com a Palavra de Deus (julgar). Depois deve servir a Deus, ao próximo e a toda a criação, tendo como modelo maior o próprio Cristo, denunciando práticas contrárias ao mandamento do amor (agir).¹⁷¹ Assim, revestiu-se de incomparável pertinência a utilização da encíclica e da sua mensagem para a lecionação da UL4 - Ecologia e Valores, mediante o objetivo apresentado. A sociedade está a ser levada a repensar a sua forma de viver e estar na Terra. Reflexão e prática devem contemplar uma ação global, não se caindo no erro de pensar em mudanças isoladas ou exclusivas. Ninguém pode ficar de fora e a escola desempenha um papel fundamental.

Segundo Peña, é no seio da crise ecológica que se está a constatar que existem exigências universais de ordem ética que devem ser respeitadas. Uma moral ecológica é uma moral de solidariedade da espécie; os bens do Planeta são comuns a todos os seus habitantes; como são limitados e cada vez mais escassos é primordial administrá-los com critérios de justiça.¹⁷² Há um desafio educativo em negar a forma de felicidade que o estilo de vida atual, baseado no consumismo, transparece e impõe aos indivíduos. Para uma boa educação ambiental não basta não provocar danos à natureza de forma direta, é preciso também consciencializar

¹⁷¹ Cf. Oliveira e Lima, «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida», 13;

¹⁷² Cf. Juan L. Ruiz de la Peña, *Teologia da Criação* (São Paulo: Edições Loyola, 1989), 171.

para os «mitos da modernidade baseados na razão instrumental» (LS 210): individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras. Além disso, é ainda necessário recuperar os diferenciados níveis do equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com todos os seres vivos, e o espiritual com Deus. Para isso, é imperativo uma mudança nos comportamentos que degradam a natureza. As boas práticas devem ser motivadas em todos os meios da sociedade, na família, na escola e na Igreja.¹⁷³

É muito importante o contributo das religiões na procura de soluções para os problemas económicos, sociais e ambientais e a disciplina de EMRC oferece um enorme contributo. A responsabilidade da disciplina no sistema educativo e a sua especificidade muito têm a acrescentar, nomeadamente, para que a ecologia se torne efetiva e integral, em defesa de toda a criação. Mais do que transmitir conteúdos, a disciplina procura consciencializar para a necessidade de mudança e à aquisição de uma cultura ecológica, que deve ir mais além da reciclagem, abrindo horizontes para uma maior vivência da solidariedade, da fraternidade, do bem comum. Cuidar da criação com pequenas ações é muito nobre e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para um novo estilo de vida (LS 211), porque estes comportamentos restituem no ser humano o sentimento de dignidade e promovem uma profundidade existencial, reforçando assim o sentimento de que vale a pena a nossa passagem pelo mundo. (LS 212)

Assim, para atingir este primeiro objetivo, procurou-se que os alunos fossem capazes de olhar a realidade circundante e, sendo eles agentes de transformação no mundo, colocassem os seus dons ao serviço dos outros e do bem comum. Porque se o Papa Francisco assume que «há educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos numa ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão» (LS 210), foi aí que esta prática pedagógica se quis situar.

Relativamente ao segundo objetivo, que consistia em criar um recurso didático-pedagógico que ajudasse os alunos a compreenderem que do cuidado com o meio ambiente depende a nossa existência e de toda a criação, desenvolvendo práticas educativas que levem os alunos a sentirem-se parte integrante do Planeta e a compreenderem o peso da sua responsabilidade perante o mesmo, considera-se que o mesmo foi atingido. É sabido que a educação muda as pessoas e que através delas se pode mudar o mundo, tornando-o num sítio melhor. Assim sendo, é bastante pertinente formar os alunos numa perspetiva educativa baseada no cuidado do outro e no cuidado pela «casa comum», originando assim comportamentos mais ecológicos, que conseqüentemente levam a uma conversão ecológica. É preciso fomentar nos

¹⁷³ Cf. Zampieri, «*Laudato Si'*»: sobre o cuidado da casa comum», 18.

alunos espírito autônomo e de cidadania ativa, onde estes sejam capazes de construir novas referências e se consigam projetar como agentes dos seus planos individuais, da comunidade da qual fazem parte e do mundo.

Se a escola é um meio privilegiado onde os saberes se cruzam, deve desafiar-se o próprio campo educativo, como espaço físico e humano, no âmbito da educação ambiental, porque a melhor forma de solucionar problemas ambientais é evitá-los. Dado o atual estado do planeta Terra, assim como a enorme crise ecológica que se vivencia, torna-se urgente que a educação ajude a minimizar estes problemas.

Segundo Sacristán, o direito social à cultura e à educação têm um caráter fundamental uma vez que deles depende a dignidade da pessoa, na medida em que podem enriquecer as possibilidades do seu desenvolvimento, mas também porque se relacionam com todos os outros direitos civis, políticos e económicos.¹⁷⁴ Embora a educação seja um direito universal, para ser aplicado integralmente, carece de reformas tanto ao nível das metodologias, como dos conteúdos a privilegiar, mas também de uma atitude inclusiva por parte dos professores. Espera-se que um docente seja capaz de criar e implementar projetos e atividades onde os objetivos e conteúdos permitam a igualdade de oportunidades para a aprendizagem de todos os alunos, promovendo e valorizando as suas identidades, a diversidade das suas culturas e línguas.

Foi com estes pressupostos que a planificação da UL4 - Ecologia e Valores foi pensada, construída e aplicada, revelando-se de facto bastante pertinente e com resultados muito positivos. Embora a *Laudato Si'* não faça parte do Programa da disciplina de EMRC, facilmente se pode constatar que as metas curriculares e os objetivos propostos estão em sintonia com a temática da mesma, e, conseqüentemente, com a planificação proposta e utilizada.

O interesse, a envolvência e os resultados demonstrados pela turma são uma clara evidência de que esta temática importa a todos, e que independentemente do meio social em que os alunos estão envolvidos, a sua ação conta e é essencial.

Quando se levantou a questão da pertinência da unidade letiva, nomeadamente no sentido de desmistificar que só quem tem mais recursos pode colaborar na construção de um mundo melhor, mais justo, mais solidário e mais ecológico, já existiam pistas de que efetivamente essa não aparentava ser uma premissa verdadeira. Todos se devem sentir responsáveis pelo destino comum e se devem esforçar, na medida em que todos podemos colaborar «como instrumento de Deus, para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas.». (LS 124) Reforça o Santo Padre, que os seres humanos são capazes de escolher o bem, ultrapassando condicionalismos psicológicos e sociais que lhes

¹⁷⁴ Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 57.

sejam impostos, porque cada pessoa do mundo não deve esquecer a sua própria dignidade, e que ninguém tem o direito de tirar. (LS 205) De modo algum deverá existir exclusão ou discriminação quando o assunto da ecologia é abordado em salas de aula repletas de alunos com carências socioeconómicas, muito pelo contrário, pois ao tratar do assunto no sentido da ecologia integral e do bem comum, o professor proporciona a compreensão de que o mais pequeno gesto conta e cada um tem um papel fundamental porque quando se promove o desenvolvimento de um pensamento crítico, reflexivo e de análise, fortalecem-se as atitudes e os comportamentos responsáveis, solidários, emancipatórios.

Considera-se ainda como uma estratégia inclusiva, pegar no exemplo de Wangari Maathai, a ativista ambiental queniana. Ao abordar uma ativista com uma cultura idêntica à da maioria dos alunos da turma, permitiu que estes se identificassem e que tivessem contacto com experiências de vida positivas, com sentido e com um final feliz.

Esta discussão não se encerra aqui, tendo em conta a complexidade do tema, contudo, espera-se que tenha sido um contributo positivo na lecionação da UL4 – Ecologia e Valores, da disciplina de EMRC.

A título pessoal, toda a prática de ensino supervisionada se revestiu da maior importância, sendo uma etapa marcante na formação enquanto mestranda. As diferentes ações educativas concretizadas permitiram espaços de discussão e partilha de saberes úteis à prática pedagógica, ajudando a ultrapassar obstáculos e incitando à autorreflexão e à autoavaliação de todo o processo. A reflexão é essencial, ajudando o professor na sua formação e na sua evolução enquanto profissional da educação, permitindo que este se conheça melhor e descubra o tipo de professor que é e quer ser, num processo que é contínuo. Relativamente a esta unidade letiva em questão, o maior desafio passou pelo afastamento de práticas pedagógicas tradicionais. A turma, apresentando-se como multicultural e inserida num contexto socioeconómico desfavorecido, exigiu metodologias de ensino e de aprendizagem motivadoras e que fossem ao encontro da realidade e especificidade da mesma, para que os alunos fizessem aprendizagens, sempre que possível, significativas e duradouras. A proposta de lecionação apresentada foi uma visão pessoal e adaptada à turma com a intenção de abordar o tema da ecologia mais facilmente e significativamente para os alunos, mas que não excluiu a análise e interpretação do Programa da disciplina.

Por fim, reservo-me o direito de, neste último parágrafo, deixar de usar o impessoal. O professor apresenta-se como um elemento fundamental que possibilita contribuir para a felicidade de cada um dos seus estudantes e é neste sentido que pretendo levar a minha caminhada enquanto docente. Para mim, a felicidade dos alunos está no facto de permitir que cada um aprenda e dê significado ao que aprende, garantido que, durante a sua vida, os alunos

recordarão o que aprenderam na aula de EMRC e conseqüentemente, estabeleçam uma relação positiva com o conhecimento e com a aprendizagem. Acredito que é possível assegurar à educação uma autonomia que lhe permita centrar-se nos valores humanos, na formação do cidadão, na visão crítica e criativa do mundo. A escola deve ser um lugar onde os alunos se sentem acolhidos, compreendidos e realizados, e que lhes dá ferramentas para lutarem pelas injustiças, procurando o bem comum. Percebi, senti e vivenciei o valor dos professores na intervenção na comunidade educativa e na democratização do acesso à educação e ao conhecimento a todas as classes sociais, especialmente, nos mais desfavorecidos. Este percurso de formação ficou marcado pelo investimento pessoal, suportado pela determinação e compromisso em fazer mais e melhor, tendo sempre consciência dos desafios que contemplam o dia-a-dia de um profissional de educação.

Bibliografia

Documentos Eclesiais

Conselho Pontifício Justiça e Paz. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São João do Estoril: Principia, 2005.

Concílio do Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002.

Concílio do Vaticano II. «Declaração *Gravissimum Educationis* – Sobre a Educação Cristã». *Acta Apostolicae Sedis*, 58 (1966).

Papa Bento XVI. Carta Encíclica *Caritas in Veritate*. Lisboa: Paulus, 2009.

Papa Francisco. Carta Encíclica *Laudato Si'*. Lisboa: Paulinas, 2015.

_____. Exortação Apostólica Pós-sinodal *Christus Vivit*. Lisboa: Paulus, 2019.

Papa João XXIII. «Carta Encíclica *Mater et Magistra*». *Acta Apostolicae Sedis*, 53 (1961).

_____. «Carta Encíclica *Pacem in Terris*». *Acta Apostolicae Sedis*, 55 (1963).

Papa João Paulo II. «Carta Encíclica *Redemptor Hominis*». *Acta Apostolicae Sedis*, 71 (1979).

_____. «Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*». *Acta Apostolicae Sedis*, 80 (1988).

_____. «Carta Encíclica *Centesimus Annus*». *Acta Apostolicae Sedis*, 83 (1991).

Papa Leão XIII. «Carta Encíclica *Rerum Novarum*». *Acta Sanctae Sedis*, 23 (1890-1891).

Papa Paulo VI. «Carta Encíclica *Populorum Progressio*». *Acta Apostolicae Sedis*, 59 (1967).

Papa Pio XI. «Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*». *Acta Apostolicae Sedis*, 23 (1931).

Estudos e Ensaios

Ambrósio, Juan. «Finalidades, Domínios de Aprendizagem e Metas Curriculares. Programa de EMRC, edição de 2014». *Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, n.º 31/32 (2015): 63–81.

Araújo, Joana, Carlos Costa Gomes e António Jácomo. «A casa “in”comum dos refugiados ambientais à luz da *Laudato Si’*». *Cauriensia*, Vol. XI (2016): 407-426. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/34132>.

Arends, Richard I. *Aprender a Ensinar*. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, 1995.

Bakker, Nicolau João. «*Laudato Si’*: rumo a uma nova antropologia». *Revista Eclesiástica Brasileira*, 301, vol. 76 (2016): 158-170.

Boff, Leonardo. «O desafio ecológico à luz da *Laudato Si’* e da COP21 de Paris». *Revista Eclesiástica Brasileira*, 301, vol. 76 (2016): 24-43.

Boff, Leonardo. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. São Paulo: Editora Record, 2008.

Brito, José Henriques Silveira de. «Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II». *Revista Theologica*, n.º 38, 2.ª Série, 2 (2003): 343-356. DOI: <https://doi.org/10.34632/theologica.2003.10606>.

Cabral, Ruben de Freitas. *O novo voo de Ícaro – Discursos sobre a Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus, 1999.

Carvalho, Cristina Sá. «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em EMRC, edição 2014», *Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, n.º 31/32 (2015): 29-61.

Cervi, Jacson Roberto e Hahn, Noli Bernardo. «O cuidado e a ecologia integral». *Direitos Culturais*, 27, vol. 12 (2017): 149-172. https://www.researchgate.net/publication/322279973_O_CUIDADO_E_A_ECOLOGIA_INTEGRAL.

Cunha, António Camilo. *Ser professor – Bases de uma sistematização teórica*. Braga: Casa do Professor, 2008.

Domingues, Bernardo O. P.. «Em que consiste a dignidade da pessoa humana». *Humanística e Teologia*, n.º11 (1990): 151-170. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/24527>.

Duque, João Manuel. «*Gaudium et Spes: Igreja e mundo*». *Revista Theologica*, n.º48, 2.ª série – Fasc. 2 (2013): 299-310. DOI: <https://doi.org/10.34632/theologica.2013.2473>.

Ferreira, Manuel Carmo. «O Elogio do Bem Comum» em *O Elogio do Bem Comum numa Cultura de Raiz Individualista-Contributos da Doutrina Social da Igreja*, editado por Comissão Nacional Justiça e Paz e Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, junho de 2008.

Filibeck, Giorgio. *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*. Cascais: Principia – Publicações Universitárias e Científicas, 2000.

Gafo, Javier. *Dez palavras chave em Bioética*. Coimbra: Editorial Verbo Divino, 1996.

Garcia, Maria da Glória. «Despertar para o Bem comum!» em *Bem comum: público e/ou privado?*. Editado por Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22896>.

Leis, Héctor Ricardo. «Meio Ambiente, Ética e Religião na Sociedade Contemporânea». *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, 15, Vol. III (1999): 1- 12. http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15hectorricardoleis_meioambienteeticaereligiaonasociedadecontemporanea.pdf.

Mamede-Neves, Maria Aparecida Campos. «As Voltas e Viravoltas dos Jovens do Início do Século XXI». *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, n. º5, Vol. 1 (jan./jul. 2010): 39-52. https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapis/volume5_n1/mamede-neves.pdf.

Maathai, Wangari. *Indomável – Uma luta pela liberdade*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2007.

Maritain, Jacques. *A pessoa e o bem comum*. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1962.

Marujo, Marcelo Pereira. «*Laudato Si'*: Um Presente para o Planeta». *Fluxos & Riscos – Revista de Estudos Sociais*, n.º4, Vol. 5 (2019): 119 – 126. DOI: <https://doi.org/10.31750/fr1801r01>.

Moita, Fernando. «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual». *Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, n.º 26 (2013): 53-74.

Oliveira, Carmo Bráz de e Adriano Sousa Lima. «A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco: ver, julgar e agir para preservar a casa comum e a vida». *Caderno Intersaberes*, n.º19, vol.9 (2020): 5-19.
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1449>.

Oniang'o, Ruth et al. «Action for Africa and the Earth», *World Nutrition*, Vol. 2, n.º2 (2011): 515-533.
https://www.researchgate.net/publication/316232213_Wangari_Maathai_Action_for_Africa_and_the_Earth.

Ordo Fraturum Minorum. «O grito da Terra e o grito dos pobres - Um subsídio da Ordem para o cuidado da Criação». Roma: OFM Communications Office, 2016.
<https://paroquiavila.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Grito-da-Terra-Grito-dos-Pobres.pdf>.

O'Reilly, Pe. Ailbe. «A Dignidade da Pessoa Humana e o Bem Comum no Concílio Vaticano II». *Revista De Magistro de Filosofia*, Ano V, n.º10 (2012).

Pato, João Luísa Schmidt e Maria Eduarda Gonçalves (orgs). «Um reflexão contemporânea acerca do Bem comum» em *Bem comum: público e/ou privado?*, editado por Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013.
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22896>.

Peña, Juan L. Ruiz de la. *Teologia da Criação*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

Pozzebon, Paulo Moacir Godoy. «Bem comum, sociedade e pessoa humana na filosofia e na Doutrina Social da Igreja». *Cadernos Fé e Cultura* 2, n.º2 (jul/dez 2017): 153 - 173.
<https://doi.org/10.24220/2525-9180v2n22017a4269>.

Santos, Ivanaldo. «Ensino Religioso e a Questão Ambiental: A perspectiva da *Laudato Si'* do Papa Francisco». *Revista Contemplação*, n.º13 (2016): 139-156.

<http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/111>.

Sacristán, José Gimeno. *A Educação Obrigatória*. Porto: Porto Editora, 2002.

Sardica, José Miguel. «O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*». *Didaskalia*, n.ºXXXIV (2004): 3 – 55.

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19679/1/V03402-003-055.pdf>.

Schons, Selma Maria. «A questão ambiental e a condição da pobreza». *Revista Katálysis*, v. 15, n.º 1 (jan./jun. 2012): 70-78. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100007>.

Seabra, Teresa. «Desigualdades escolares e desigualdades sociais», *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 59 (2009): 75-106. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>.

Silva, Magnólia Gibson Cabral. «Religião e sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida», *Paralellus: Revista Eletrónica em Ciências da Religião*, 8, Vol. 4 (2013): 175-186.

<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/281>.

Stilwell, Peter (coord). *Os Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja – Documento de 1891 a 1981*. Lisboa: Editor Rei dos Livros, 1987.

Vilaça, Isabel e Vítor Carmona. «Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica», *Revista Pastoral Catequética: revista de catequese e educação*, 5 (2006): 89-96.

https://www.educris.com/v3/centrorecursos/download.php?t=doc&f=pastoral_catequetica_5_210625034826.pdf.

Zampieri, Gilmar. «*Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum». *Teocomunicação*, n.º1, vol. 46 (2016): 4-23. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-6736.2016.1.24347>.

EMRC e Ministério da Educação

Comissão Episcopal da Educação da Educação Cristã e Doutrina da Fé. «Critérios para a admissão de candidatos à lecionação da Educação Moral e Religiosa Católica». Moscavide, 2014. https://www.educris.com/v3/download.php?f=criterios---perfil-dos-professores-de-emrc_140506102036.pdf&n=Requisitos+para+a+admiss%C3%A3o+de+candidatos+%C3%A0+EMRC.

Conferência Episcopal Portuguesa. Educação Moral e Religiosa Católica. «Um valioso contributo para a formação da personalidade». Fátima, 2006. <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

Diário da República. *Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março do Ministério da Educação*. Diário da República: série 1, n.º42, 1424-1433. Acedido a 20 de fevereiro de 2023. <https://files.dre.pt/1s/2009/03/04200/0142401433.pdf>.

Diário da República. *Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação*. Diário da República: Série I, n.º 129, 2928–2943. Acedido a 02 de novembro de 2022. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl_55_2018_afc.pdf.

Direção Geral da Educação. «Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária». Acedido a 05 de novembro de 2021. <http://www.dge.mec.pt/teip>.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. *Despacho n.º 6944-A/2018*. Diário da República, 2.ª série - n.º 138 - 19 de julho de 2018. Acedido a 02 de novembro de 2022. <https://files.dre.pt/2s/2018/07/138000001/0000200002.pdf>.

Ministério da Educação. *Aprendizagens Essenciais de Educação Moral e Religiosa Católica: 8º Ano, 3º ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação, 2018. Acedido a 06 de outubro de 2022. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_8a.pdf.

Sá Carvalho, Cristina; Pedrinho, Dimas; Ambrósio, Juan; Urbano, Elisa; Moita, Fernando. Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Gráfica Almondina, 2014.

Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Quero Descobrir: Manual do aluno de Educação Moral e Religiosa Católica, 8.º ano do Ensino Básico*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.

Legislação

Diário da República. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007*. Diário da República, 1.ª série, n.º 251 - 31 de dezembro de 2007. Acedido a 10 de novembro de 2021. <https://files.dre.pt/1s/2007/12/25100/0912009120.pdf>.

Webgrafia

Agrupamento de Escolas da Damaia. «O Patrono». Acedido a 05 de novembro de 2021. <https://aedamaia.pt/index.php/agrupamento/escolas/eb2-3-prof-pedro-d-orey-da-cunha>.

Agrupamento de Escolas da Damaia. «Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Damaia». Acedido a 05 de novembro de 2021. <https://www.aedamaia.pt/index.php/agrupamento/documentos/projeto-educativo>.

Conferência Episcopal Portuguesa. «Responsabilidade solidária pelo bem comum». Acedido a 26 de janeiro de 2023. <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/responsabilidade-solidaria-pelo-bem-comum/>.

Congregação para a Educação Católica. «Pacto Educativo Global». Acedido a 30 de março de 2023. <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística. «Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal - 2015/2021», INE (2022). Acedido a 30 de março de 2023. <https://www.ine.pt/xurl/pub/31592402>.

Junta de Freguesia das Águas Livres. «História». Acedido a 10 de novembro de 2021. <http://www.jf-aguaslivres.pt/a-freguesia/16/historia/2/historia/57>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Setor de Educação (UNESCO). «Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem». Acedido a 30 de março de 2023.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>.

Papa Francisco. «Audiência Geral: Catequese sobre São José 1. *São José e o ambiente em que viveu*». Acedido a 27 de fevereiro de 2023.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2021/documents/papa-francesco_20211117_udienza-generale.html.